

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2007/2008



Trabalho de Investigação Individual

O TEXTO CORRESPONDE A UM TRABALHO ELABORADO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA / DO EXÉRCITO PORTUGUÊS / DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA.

«A Zona de Operações Terrestre no contexto das invasões francesas em Portugal: uma abordagem histórico-geográfica e militar»

CARLOS PEDRO SILVESTRE OLIVEIRA

MAJ/INF



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**«A ZONA DE OPERAÇÕES TERRESTRE (ZOT) NO
CONTEXTO DAS INVASÕES FRANCESAS EM PORTUGAL:
UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-GEOGRÁFICA E
MILITAR»**

MAJ INF Carlos Oliveira

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2007/08

Lisboa – 2008



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**«A ZONA DE OPERAÇÕES TERRESTRE (ZOT) NO
CONTEXTO DAS INVASÕES FRANCESAS EM PORTUGAL:
UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-GEOGRÁFICA E
MILITAR»**

MAJ INF Carlos Oliveira

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2007/08

Orientador:

MAJ INF Abílio Lousada

Lisboa – 2008



Agradecimentos

Durante a realização deste trabalho de investigação individual beneficiei de apoios institucionais e pessoais, aos quais não poderia deixar de expressar o meu reconhecimento e gratidão.

Em termos institucionais, ao Instituto de Estudos Superiores Militares, onde o ambiente me estimulou à prossecução dos objectivos do estudo.

O meu primeiro agradecimento pessoal é dirigido ao meu orientador, Major Abílio Lousada, pela sua disponibilidade, interesse e ajuda.

Uma segunda palavra, de apreço e agradecimento, às funcionárias da Biblioteca do IESM, pela sua disponibilidade e auxílio no trabalho de pesquisa.

A todos os amigos com quem partilhei e discuti o tema em estudo, o meu profundo agradecimento e amizade.

À Elsa e à Carolina, pela compreensão e amor.



Índice

Resumo.....	vi
Abstract	vii
Palavras-chave	viii
Lista de abreviaturas.....	ix
1. Introdução.....	1
2. Enquadramento Político-Estratégico da Guerra Peninsular	5
3. Portugal Geográfico-Militar	8
a. Caracterização do Teatro de Operações da Península Ibérica	8
b. Análise da ZOT de Portugal Continental.....	16
4. As invasões francesas: uma abordagem histórico-geográfica e militar.....	21
a. O “Exército de Observação da Gironda” e a centralidade do Eixo Estremenho	22
b. A várzea de Chaves no contexto da Invasão de Soutl	28
c. O “Exército de Portugal” de Masséna e o Eixo da Beira Alta.....	34
5. Conclusões.....	39
Bibliografia.....	x
Apêndices	xv

Índice de Figuras

Carta Topográfica Militar do Terreno ao Norte de Lisboa	Apd 2/1
Carta militar da fronteira do Alentejo entre o Tejo e a Vila de Assumar	Apd 2/2
Triangulação entre o Cabo da Roca e o Cabo Carvoeiro	Apd 2/3
Extracto do manuscrito original da carta da Península de Setúbal	Apd 2/4
Carta Militar das Principaes Estradas de Portugal	Apd 2/5
Mappa da província d’Entre Douro e Minho	Apd 2/6
Carte des royaumes d’Espagne et de Portugal : divisés par provinces	Apd 2/7
Topographia do terreno entre a Moita, Palmella, Setubal e a Serra do Risco	Apd 2/8
Mappa das fronteiras da provincia do Minho	Apd 2/9
Mappa militar da villa e arredores de Abrantes	Apd 2/10
Mappa hydrographico da barra da cidade de Faro: feito por ordem do Ill.mo Senhor Agostinho Jansen Moller &c. que governa as armas de este reyno do Algarve	Apd 2/11
Mapa de la provincia de Beira	Apd 2/12
Carta topografica da provincia da Extremadura : comprehendida entre o Oceano e	Apd 2/13



os rios Tejo, Mondego e Zêzere	
O TO da Península Ibérica	Apd 3/1
A Meseta Ibérica	Apd 3/2
Elementos geográfico-geológicos da Península Ibérica	Apd 3/3
A Fortaleza Ibérica	Apd 3/4
Regiões naturais da Península Ibérica	Apd 3/5
Rios principais da Península Ibérica	Apd 3/6
Carta hipsométrica de Portugal	Apd 3/7
Elementos geográfico-geológicos de Portugal	Apd 3/8
O relevo de Portugal	Apd 3/9
Rede viária fundamental da Hispânia Romana	Apd 4/1
Rede viária romana em Portugal	Apd 4/2
Ponte de Segura, Rio Erges	Apd 4/3
Tempos de deslocamento de um correio expresso do Serviço Mala-Posta entre Lisboa e as capitais de Distrito, em 1810	Apd 4/4
[Carta de] Portugal, London, 1804	Apd 5/1
Castelos e Fortalezas de Portugal	Apd 7/1
Dispositivo do Exército de Linha Português em 1807	Apd 8/1
Eixos de Aproximação da ZOT	Apd 9/1
Zona a Norte do Douro (Vista Sul)	Apd 9/2
Eixo de Aproximação C (EA C1 e C2)	Apd 9/3
Vale do Mondego (Vista Sul)	Apd 9/4
Eixo da Beira Alta (EA B)	Apd 9/5
Vale do Tejo (Vista Sul)	Apd 9/7
Eixo do Tejo (EA H)	Apd 9/8
Alentejo (Vista Sul)	Apd 9/9
Eixo do Alentejo (EA A1 a A3)	Apd 9/10
Eixo do Alentejo (EA A4)	Apd 9/12
Algarve (Vista Sul)	Apd 9/11
Eixo do Algarve	Apd 9/12
Região de Lisboa (Vista Sul)	Apd 9/13
Região do Objectivo Final Lisboa (Vista Sul)	Apd 9/14
Itinerário de Junot em Espanha (1807)	Apd 10/1
Itinerários de Junot pela Beira Baixa	Apd 10/2



Itinerários de Junot pelo Vale do Tejo (EA H)	Apd 10/3
O Plano da invasão de Soult em Portugal (1809)	Apd 10/4
A ponte sobre o rio Côa, utilizada na invasão de Masséna	Apd 10/5
Linhas de Torres Vedras	Apd 10/6

Índice de Apêndices

- 1 – CORPO DE CONCEITOS
- 2 – A CARTOGRAFIA NA ÉPOCA DA GUERRA PENINSULAR
- 3 – O TEATRO DE OPERAÇÕES DA PENÍNSULA IBÉRICA
- 4 – AS VIAS ROMANAS NA PENINSULA IBÉRICA
- 5 – A POPULAÇÃO PORTUGUESA EM 1801
- 6 – LA GRANDE ARMÉE
- 7 – CASTELOS E FORTALEZAS DO REINO DE PORTUGAL EM 1805
- 8 – DISPOSITIVO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS EM 1807
- 9 – A ZOT DE PORTUGAL CONTINENTAL
- 10 – AS INVASÕES EM PORTUGAL (1807-1811)



Resumo

O tema proposto entrecruza a História Militar de Portugal e da Europa com a Geografia da Península Ibérica, em especial com a de Portugal Continental, dos primórdios do século XIX. Retrata-se o período das invasões francesas em Portugal com a finalidade de sistematizar a influência que, à época, os aspectos geográficos do Território Nacional tiveram sobre o emprego dos instrumentos militares Franco-Espanhol e Anglo-Português.

Emprestaram-se diligências para caracterizar o Teatro de Operações da Península Ibérica, em geral, e analisar a Zona de Operações Terrestre de Portugal Continental, em particular. No estudo da Zona de Operações Terrestre identificaram-se: os objectivos prováveis a conquistar pelos invasores para controlar o Território Nacional; os eixos de aproximação terrestres, o que implicou a identificação dos principais eixos de penetração em Território Nacional; as principais acessibilidades e as vias de comunicação terrestres do País, com relevo para as de interligação a Espanha; como a aproximação ao continente também é possível por mar, identificaram-se ainda os portos da costa portuguesa que, à época, eram mais propícios a desembarques de forças navais; finalmente, caracterizou-se a população portuguesa no período.

A investigação procurou ainda esclarecer o contributo da Cartografia às operações militares realizadas no contexto das invasões francesas em Portugal. Analisaram-se alguns dos seus produtos, mapas e cartas da época, de forma a validar se o rigor e o detalhe consubstanciaram uma mais-valia para o planeamento e execução das operações militares

Finalmente, analisaram-se as três invasões que Portugal sofreu entre 1807 e 1811. Na abordagem, relatam-se episódios de alianças e conflitos entre portugueses, espanhóis, ingleses e franceses, que transformaram Portugal num campo de batalha de excelência entre a Inglaterra e a França, com Portugal e a Espanha de permeio. Napoleão não se deslocou pessoalmente a Portugal, contudo procurou impor a sua autoridade inicialmente por Junot (1807) e mais tarde por Soult (1809) e Masséna (1810).

Nas conclusões, discorreu-se acerca dos factores de decisão que terão sido ponderados para a escolha dos eixos de aproximação utilizados pelos invasores e acerca da influência da Zona de Operações Terrestre ao planeamento e condução das invasões francesas em Portugal.



Abstract

This theme crosses the Europe and Portugal Military Histories of XIX century with the Iberian Peninsula Geography, Portugal, in particular. The aim of the study is to understand the Portugal military and geographic characteristics influence in the employment of the British-Portuguese and French-Spanish opponent armies during the Peninsular War.

Portugal Land Operations Zone characteristics, as objectives, land and maritime axis of approach, road and itineraries accesses and population were studied in order to understand their influence in military plans used at the campaigns.

Also, the Cartography science was studied in order to recognize its contributions to military operations during the Peninsular War campaigns.

Napoleon tried to conquer Lisboa for tree times: General Junot - 1807, Marshal Soult - 1809 and Marshal Masséna – 1810. These campaigns were analysed in this study, focused in the Portugal Land Operations Zone characteristics, wondering to understand about their really influence in the campaigns operations.

Finally, in the conclusions, it was tried to find out about the decision factors which were considered in order to select the axis of approach used in each French invasion campaign in Portugal.



Palavras-chave

GUERRA PENINSULAR

TEATRO DE OPERAÇÕES

ZONA DE OPERAÇÕES TERRESTRE

INVASÕES FRANCESAS



Lista de abreviaturas

CE - CORPO DE EXÉRCITO

EA - EIXO DE APROXIMAÇÃO

EME - ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

ENE - ESTE-NORDESTE

EP - EIXO DE PENETRAÇÃO

ESE - ESTE-SUDESTE

FIG - FIGURA

H - HIPÓTESE

IESM - INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

IGeoE - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO

M - Metros

NE - NORDESTE

NNE - NORTE-NORDESTE

NNW - NORTE-NOROESTE

NW - NOROESTE

ONW - OESTE-NOROESTE

OSW - OESTE-SUDOESTE

QD - QUESTÃO DERIVADA

PC - PORTUGAL CONTINENTAL

PI - PENÍNSULA IBÉRICA

ST^a - SANTA

SE - SUDESTE

SÉC - SÉCULO

SSE - SUL-SUDESTE

SSW - SUL-SUDOESTE

SW - SUDOESTE

TN - TERRITÓRIO NACIONAL

TO - TEATRO DE OPERAÇÕES

ZOT - ZONA DE OPERAÇÕES TERRESTRE



1. Introdução

a. Contexto e definição do problema

As invasões francesas em Portugal decorreram no início do século (séc.) XIX, período em que a Inglaterra, enquanto potência naval, se constituiu como a principal opositora ao poder continental da França napoleónica. De facto, a “(...) Inglaterra, que tinha seguido uma política de neutralidade, sobressalta-se e a ruptura com a França vem a dar-se depois de 21 de Janeiro de 1793, quando a Convenção condena Luís XVI à guilhotina (...)” (Vicente, 1999: 12).

As monarquias europeias, tolerantes até então face aos acontecimentos da Revolução Francesa, apressaram-se a firmar sucessivas coligações anti-francesas para tentar conter os excessos revolucionários dentro de França.

Contudo, os franceses foram somando vitórias consecutivas nos diversos campos de batalha europeus, até atingirem Portugal Continental (PC), em 1807.

Os Exércitos napoleónicos iriam defrontar inicialmente os portugueses e mais tarde a aliança Anglo-Portuguesa, combatendo em PC, uma Zona de Operações Terrestre (ZOT) de características semelhantes ou diferenciadas em relação a Espanha?

Este é pois o contexto e a definição do problema que o estudo visa abordar. Por enquanto, sabe-se apenas que as invasões seguiram por rumos distintos no interior do Território Nacional (TN). Certamente, razões houve para que tal sucedesse. Imposições operacionais ou em resultado das características condicionadoras/catalisadoras da ZOT continental?

A abordagem histórico-geográfica e militar dos acontecimentos será a tónica a perseguir e decreta-se como o verdadeiro desafio demarcado pelo tema do trabalho.

b. Objectivos da investigação

Este trabalho visa a concretização de objectivos que pretendem superar as muitas abordagens históricas existentes sobre o tema. Pretende-se analisá-lo sob uma perspectiva que possa compreender raias de originalidade: uma abordagem histórico-geográfica e militar. Os objectivos do estudo são:

- Aquilatar o contributo da Cartografia para a defesa do Reino de Portugal;
- Identificar os aspectos geográficos do território condicionadores/catalisadores das marchas dos exércitos invasores;
- Identificar os factores de decisão, eventualmente, ponderados para a selecção dos Eixos de Aproximação (EA) utilizados nas invasões francesas em Portugal de 1807, 1809 e



1810.

c. Importância do estudo e justificação da escolha

“ (...) *Essa série de campanhas sucessivas (...), constitui na história do exército português, como na própria história da Nação um dos períodos mais notáveis, mais dramáticos e nele se colhem mais ensinamentos, sob o ponto de vista material, e moral de defesa do país, do que qualquer outro.*” (Henriques, 2006: 77).

No contexto do Curso de Estado-Maior Conjunto, no Instituto de Estudos Superiores Militares, um tema que cruza as esferas de acção de disciplinas como a Geopolítica, a Estratégia, a História e a Geografia Militares, entre outras, conjuga um conjunto de factores que resultam em estímulo para a prossecução deste estudo, visando aprofundar o conhecimento da História Militar de Portugal. Acrescente-se que o ciclo da História de Portugal que se retrata decorreu acerca de dois séculos e que, desde 2007, decorrem as celebrações do seu bicentenário. Estas são algumas das razões que cativam a atenção dos portugueses em geral e a família militar em especial, pois a Guerra Peninsular (GP) constitui «laboratório in-vitro» ideal para consolidar ensinamentos e incrementar o saber Histórico-Científico e Militar.

d. Delimitação do estudo

Este estudo centra-se na análise da ZOT de PC e dos movimentos operacionais dos exércitos invasores em 1807, 1809 e 1810.

A abordagem foi delimitada aos seguintes aspectos:

- A caracterização do Teatro de Operações (TO) da Península Ibérica (PI) centra-se em PC;
- A caracterização da ZOT centra-se nos objectivos, nos EA utilizados pelos invasores e nas principais linhas naturais de defesa dos EA em estudo;

Excluíram-se as descrições pormenorizadas de batalhas, reorganizações do Exército Português, campanhas fora de Portugal, detalhes da guerra subversiva e do período em que os ocupantes se mantiveram em Portugal.

e. Metodologia

Realizaram-se entrevistas exploratórias a entidades reputadas no campo da História Militar portuguesa visando recolher tópicos e orientações para o estudo. Em paralelo, efectuou-se uma pesquisa documental entre a vasta bibliografia publicada sobre as invasões francesas em Portugal, sítios da internet e artigos de revistas especializadas em assuntos militares.



Formulou-se a seguinte questão central a fim de nortear a investigação a desenvolver:
No contexto das invasões francesas em Portugal, em que medida a ZOT condicionou as operações militares no território continental?

Formularam-se as seguintes questões derivadas¹:

QD1 – Quais as características do TO da PI e da ZOT de PC?

QD2 – No período das invasões francesas em Portugal, qual foi o contributo da Cartografia portuguesa para as operações de defesa do Reino de Portugal?

QD3 – Que características da ZOT de PC se revelaram condicionadoras/catalisadoras à selecção dos EA do inimigo nas invasões em Portugal de 1807, 1809 e 1810?

Para hipóteses de trabalho formularam-se as seguintes:

H1 – A PI constitui um TO excêntrico na Europa, relativamente isolado e com cariz marítimo e continental em simultâneo. A ZOT de PC é particularmente marítimo-continental, pois os flancos Ocidental e Sul do País são abertos ao mar, logo propícia à execução de operações conjuntas.

H2 – No contexto das invasões francesas em Portugal, a cartografia militar portuguesa caracteriza-se por ter parco pormenor e erros de representação frequentes, revelando-se pouco útil às operações militares.

H3 – O relevo e a hidrografia foram os aspectos geográficos essenciais condicionadores das opções estratégicas, operacionais e táticas ao planeamento e condução das operações militares.

f. Índice explicativo

Após a introdução, no segundo capítulo enquadrou-se Portugal na GP segundo o plano Político-Estratégico, investigando os acontecimentos que conduziram à entrada de Portugal no conflito, a transferência da Casa Real para o Brasil e a directiva dada à população para não oferecer resistência à invasão Franco-Hispânica de 1807.

O terceiro capítulo inicia-se com uma caracterização geral do TO da PI, centrada em Portugal. Para além da orografia, também se analisou a população. No estudo da ZOT, identificaram-se os objectivos militares, caracterizou-se a ameaça napoleónica, os EA utilizados nas invasões e as linhas naturais de defesa. Estudaram-se ainda as principais vias de comunicação da PI, com especial destaque para as que interligavam Portugal e Espanha. Em Apêndice², tratou-se o tema da Cartografia portuguesa, procurando aquilatar o seu nível de

¹ Estas serão a base da análise e será através das respostas obtidas que se espera encontrar a solução para a questão central. Indicam o caminho a percorrer e mantêm a orientação, evitando a dispersão.

² Ver Apêndice 2.



desenvolvimento enquanto ciência e a medida do seu apoio às operações de defesa do Reino de Portugal, no período de 1807 a 1811. O capítulo procura dar resposta às QD1 e QD2, investigando-se a validade das H1 e H2.

No quarto capítulo analisamos as três invasões a Portugal ocorridas no período em estudo. As descrições centram-se nos movimentos operacionais das forças em PC e numa análise aos aspectos geográficos da ZOT condicionadores/catalisadores à execução dos mesmos. Inicia-se com a invasão de 1807 e estende-se às invasões de 1809 e 1810. Este capítulo procura responder à QD3.

No último capítulo sintetizam-se as principais conclusões das invasões de 1807, 1809 e 1810-11, averigua-se a validade da H3 e dá-se resposta à questão central enunciada, que materializa a etapa de chegada do percurso que agora se inicia.

Para melhor compreender o estudo, alerta-se sobre o uso recorrente de terminologia militar pelo que se aconselha uma consulta ao Corpo de Conceitos³ antes de continuar a sua leitura.

³ Ver Apêndice 1.



2. Enquadramento Político-Estratégico da Guerra Peninsular

A Guerra Peninsular, como é conhecida em Portugal e Inglaterra, decorreu no séc. XIX e traduz o nome do TO. Em Espanha é designada por Guerra de La Independência, designação atribuída ao levantamento nacional e, em França, usa-se preferencialmente Guerra de Espanha, o nome do País ocupado (Henriques, 2007b: 172).

A França, na última década do séc. XVIII, conturbou-se interna e externamente⁴ com a Revolução de 1789. Entretanto, Luís XVI, o monarca francês, acautelando a iminente bancarrota, convocou os Estados Gerais, tal era a gravidade do declínio económico-financeiro e da insatisfação popular que atingia o país. De facto, em Setembro de 1792, a Convenção Girondina⁵ decidiu proclamar a república, prender e julgar Luís XVI, que morreu na guilhotina (21 de Janeiro de 1793) (Ventura, 2004: 14). Aparentemente, nos primeiros meses, os acontecimentos em França pareciam não ter inquietado as restantes cortes europeias. Portugal não era excepção, onde diversas entidades partilhavam da apatia europeia perante o desabar do antigo regime francês. Em Portugal, a *Gazeta de Lisboa* e o *Jornal Enciclopédico* encarregavam-se de publicar notícias sobre o assunto, as quais eram recebidas com tolerância. De facto, os acontecimentos eram inclusive observados com simpatia por parte do embaixador português em Paris, que manifestava agrado pela mudança que se operava em França: a liberdade política e civil, a superintendência do Estado nos bens da Igreja e a reforma civil e criminal (Vicente, 2007b: 15-16). Contudo, a execução de Luís XVI gerou o repúdio da Inglaterra, da Áustria, da Rússia e da Prússia, que se coligaram para impedir o exacerbar da Revolução para o restante espaço europeu (Couto, 2007: 9). Em Portugal, o receio da anarquia e da difusão de teorias subversivas instaurou-se, levando o governo de Lisboa a instituir medidas de vigilância e restrição das Liberdades. Pina Manique, então Intendente Geral da Polícia, personificava as medidas entretanto tomadas, perseguindo e inspirando o terror entre os afrancesados, que considerava fontes de propaganda. Inflexível, tratou ainda de se opor à fundação de diversas lojas maçónicas em Lisboa e de vigiar os emigrantes franceses refugiados em Portugal (Gotteri, 2006: 48-49).

Entretanto, em França, o poder régio foi substituído pela Convenção Nacional (1792-1795), eleita por sufrágio universal, sob os auspícios da qual a França obteve as vitórias contra a 1ª Coligação (1792-1797)⁶. Porém, a liderança oriunda da mesma não conseguiu implementar as medidas necessárias para alterar o rumo de declínio económico-financeiro, sendo substituída por

⁴ A independência dos Estados Unidos da América do Norte e a insurreição dos Países Baixos Austríacos - a actual Bélgica.

⁵ Os Girondinos (nome derivado da região francesa da Gironda, de onde provieram os seus principais dirigentes) eram um grupo político moderado, chefiado por Jacques-Pierre Brissot (1754-1793). Este grupo era constituído pela média burguesia e fazia oposição aos Jacobinos - liderados por Robespierre.

⁶ Venceu o Exército Austro-Prussiano em Valmy, em 20 de Setembro de 1792, e resolveu a contenda a Campanha do Rossilhão e da Catalunha, nos Pirenéus.



um Directório (1795-1799), no qual pontificava o então General Napoleão Bonaparte, de apenas vinte e cinco anos, reconhecido como o homem forte que a França necessitava para exaurir os «excessos» da revolução e restaurar a estabilidade do País (Glover, 2001: 21).

Portugal participou na Campanha do Rossilhão com um Corpo Expedicionário de tropas, no contexto da 1ª Coligação anti-francesa, mas não chegou a declarar oficialmente guerra à França. No fim do conflito, a Espanha e a França, sua aliada em 1796, reaproximaram-se, assinando um Tratado de Paz em separado, a Paz de Basileia, o que a afastou dos seus aliados de ocasião, Portugal e Inglaterra (Couto, 2007: 9).

Após a expulsão dos austríacos de Itália (1796-97) e de uma derrota no Egipto⁷ (1798-99), Napoleão regressou a França, dissolveu o Directório e instaurou um Consulado. Desta forma, a França passou de revolucionária a imperial, desembocando numa acelerada expansão, reveladora da ambição do General. Este venceu novamente a Áustria, em Marengo (1800), e a 2ª Coligação⁸ (1799-1804). Granjeando um enorme prestígio, Napoleão foi nomeado Cônsul⁹ vitalício, em 1802, e o Senado atribuiu-lhe o título de Imperador de França, em 1804.

Em 1801, a ameaça de Napoleão a Portugal, manifestada durante a Campanha do Egipto, concretizou-se. A guerra foi declarada pela Espanha, mas orquestrada pela França, sendo Manuel Godoy, à data Primeiro-Ministro de Espanha, o influenciador dos acontecimentos. Napoleão enviou um corpo de tropas para Espanha a fim de reforçar as forças espanholas no conflito que a história designou por Guerra das Laranjas. Este durou de 27 de Fevereiro a 6 de Junho de 1801 e não foi honrosa para nenhuma das partes. Portugal saiu derrotado e perdeu Olivença para a Espanha; quanto à França, ficou com o compromisso de Portugal fechar os seus portos aos navios e ao comércio inglês (Sepúlveda, 1932: 3).

O ano de 1805 assinalou uma «viragem» no conflito europeu. A Armada Franco-Espanhola, comandada pelos Almirantes Vileneuve e Gravina, foi derrotada pela frota naval inglesa, comandada pelo Almirante Nelson, nas proximidades do cabo de Trafalgar, derrota que estatuiu a supremacia da Armada Britânica nos oceanos e inviabilizou o plano francês de invasão a Inglaterra. É neste contexto que Napoleão idealiza o Bloqueio Continental – o isolamento da velha Albion¹⁰ – para a submeter à derrota através de uma «asfixia» económica (Henriques, 2007a: 125).

⁷ Portugal participou nesta campanha, depois da batalha naval de Abukir, em 1798, com uma Esquadra em auxílio da esquadra inglesa do Mediterrâneo, sob o comando do Marquês de Niza. A este respeito, Napoleão mandou publicar em Ordem do Dia, dirigida ao Exército francês do Oriente, as seguintes palavras: “*«Virá um dia em que a nação portuguesa pagará com lágrimas de sangue o ultrage feito à República».*” (Napoleão, citado por Sepúlveda, 1932: 3).

⁸ Alemanha, Holanda e o Reino de Nápoles.

⁹ Ano em que é assinada a Paz de Amiens (25 de Março de 1802), a qual marcou um interregno entre os conflitos da 2ª e da 3ª Coligações europeias contra a França (Couto, 2007: 9).

¹⁰ Albion foi o termo romano para designar a Grã-Bretanha.



Entretanto, a França voltou a defrontar vitoriosamente a Inglaterra, a Áustria, a Rússia, a Suécia e o Reino de Nápoles, a denominada 3ª Coligação, em Ulm (derrota das forças austríacas, em 17 de Outubro de 1805), em Austerlitz (derrota das forças Austro-Russas, em 02 de Dezembro de 1805) e em Nápoles, onde José Bonaparte, o irmão mais velho do Imperador, foi colocado no trono (Couto, 2007: 10).

O Bloqueio Continental foi instituído oficialmente em Berlim (21 de Novembro de 1806), a capital da Prússia vencida e ocupada. Este determinava o encerramento compulsivo de todos os portos europeus a navios, mercadorias e negociantes britânicos. As vitórias francesas contra a quarta Coligação¹¹, permitiram a Napoleão controlar a faixa Este da Europa e passar a ocupar-se com o Bloqueio Continental a Oeste. Portugal continuava a protelar diplomaticamente a adesão ao mesmo, sem contudo expressar a recusa oficial. Assim, a partir de 1807, a Inglaterra ficou com as suas ligações comerciais ao continente europeu reduzidas aos portos portugueses, e mesmo estas estavam ameaçadas pela pressão francesa (Henriques, 2007a: 125).

Em 07 de Julho de 1807, França e Rússia assinaram o Tratado secreto de Tilst, pelo qual Napoleão e o Czar acordaram em eliminar as dinastias dos Bourbons em Espanha e a dos Braganças em Portugal¹². O projecto de Napoleão consistia em concentrar na sua família todos os tronos da Europa. Dessa forma, enquanto a Rússia auxiliaria a França a conquistar Gibraltar aos ingleses e ficaria com a Turquia, a França ocuparia Tunis, Argel e Malta (Sepúlveda, 1932: 2).

A conjuntura conduziu Portugal a um dilema estratégico pois Napoleão exigiu, em 12 de Agosto de 1807, que o País se decidisse em aderir ao Bloqueio Continental (declaração de guerra implícita à Inglaterra), ou seria invadido. Contudo, a imposição era inaceitável para Portugal, na medida em que se encontrava em jogo o interesse nacional ultramarino, principalmente no Brasil, e a secular aliança a Inglaterra. A invasão francesa de Portugal tornou-se assim inevitável. A ambiguidade diplomática portuguesa foi ficando insustentável face à pressão francesa e, em 20 de Outubro de 1807, o Príncipe Regente, D. João, assinou um Decreto que, quebrando a neutralidade portuguesa, ordenava o fecho dos portos aos navios ingleses, tanto de guerra como mercantes. Na data do decreto, já o Exército da Gironda, comandado pelo General Andoche Junot, marchava em direcção à fronteira portuguesa. Em 16 de Novembro, a frota Britânica, comandada pelo Almirante Sidney Smith chegou a Lisboa, com o objectivo de vigiar a Esquadra russa, comandada pelo Almirante Siniavin¹³, e destruir a frota portuguesa, se necessário fosse,

¹¹ A 4ª Coligação foi formada pelos seguintes Estados: Inglaterra, Prússia e Rússia.

¹² A coroa destes reinos seria para um príncipe da família de Napoleão (Sepúlveda, 1932: 2).

¹³ Em Novembro de 1807, a esquadra russa do Almirante Siniavin procurou abrigo no porto neutro de Lisboa. O número de navios excedia o permitido pelo estatuto de neutralidade que Portugal tinha procurado manter desde 1801. D. João recebeu o Almirante russo e, a 29 de Novembro, embarcou para o Brasil. A



para impedir que Junot a capturasse. Um acto idêntico ao que os ingleses tinham feito, cerca de dois meses antes na Dinamarca, em retaliação pela sua adesão ao Bloqueio continental. Lorde Strangueford, o embaixador inglês em Lisboa, exigiu, no dia 22 de Novembro, que a Casa Real e a Corte portuguesa embarcassem para o Brasil, cumprindo o acordo assinado em Londres, em 22 de Outubro. Consequentemente, em 26 de Novembro, D. João ordenou a publicação de um Decreto onde justificou a sua partida para o Brasil, recomendando que não fosse oferecida resistência às tropas francesas¹⁴ e, simultaneamente, formou o Conselho de Regência que assumiria os destinos do País durante a sua ausência. De 27 a 29 de Novembro, os passageiros embarcaram em Belém e carregaram-se os navios. A frota portuguesa, escoltada por navios ingleses, fez-se ao mar em 29 de Novembro, na véspera da chegada de Junot a Lisboa (Ventura: 2007: 19).

Ainda hoje não existe consenso entre diversos autores e historiadores sobre os acontecimentos de 29 de Novembro de 1807, que levaram para as terras de Vera Cruz o futuro D. João VI. Quanto ao assunto, citam-se as palavras do 2º Visconde de Santarém, uma jovem testemunha dos eventos de 1807: *“É preciso lembrar que impérios como a Rússia, a Áustria e a Prússia dobraram perante o colosso francês; que a Inglaterra apenas escapou à sorte das potências continentais devido à sua posição insular, à força da sua aristocracia e às suas numerosas frotas; (...) quantos soberanos foram abatidos do trono, enquanto o príncipe regente, após ter sido o primeiro monarca que ousou atravessar o Atlântico, salvou mediante esta sua determinação corajosa a sua coroa dos projectos do dominador da Europa.”* (Henriques, 2006: 76).

Face ao exposto, verificamos que se Portugal tivesse aderido ao bloqueio continental, evitaria a guerra com a França, mas tal comportaria a inequívoca e consequente declaração de guerra por parte da Inglaterra, ainda mais prejudicial ao País.

3. Portugal Geográfico-Militar

a. Caracterização do Teatro de Operações da Península Ibérica

“A natureza do terreno é factor fundamental para que um exército possa ser levado à vitória.”
Sun Tzu (Europa-América, 1988?: 103)

Situada no extremo sudoeste da Europa, a PI é nitidamente separada da França pelos

esquadra inglesa do almirante Sidney Smith executava o bloqueio naval do porto de Lisboa desde o dia 20 e prestou honras militares a D. João, quando os últimos navios saíam da barra, no dia 30, quase em simultâneo com a entrada de Junot em Lisboa (Sachetti, 1998).

¹⁴ António Ventura relembra um excerto do Decreto de 26 de Novembro, elucidativo das razões pelas quais D. João recomendou a não resistência dos portugueses à invasão de 1807: *“defesa, que seria mais nociva, que proveitosa, servindo só de derramar sangue em prejuízo da humanidade»* (2007: 19).



Pirenéus e de África pelo Mediterrâneo¹⁵. Das penínsulas do Sul da Europa, a PI é a que se liga ao continente por um istmo mais estreito (cerca de 440 km). A sua posição e configuração tornam-na numa “(...) *espécie de ponte lançada entre dois continentes*(...)” (Cortesão, citado por Ribeiro, 1977: 66). A PI é, assim, um TO excêntrico na Europa.

Trata-se de um maciço polígono, de forma regularmente pentagonal, com largura máxima de cerca de 1000 km, à latitude do cabo Finisterra, reduzindo para cerca de 800 km, à latitude de Barcelona e aumentando para cerca de 850 km, à latitude do Cabo da Nao (e da península de Lisboa). O seu comprimento varia entre os 820 km, à longitude de Gibraltar, e os 700 km, à longitude de Huelva, aproximadamente. A superfície ronda os 581000 Km², em que cerca de 211000 km² correspondem a planaltos. Sendo cercada pelo mar em cerca de sete oitavos da periferia, a linha da costa atinge cerca de 4118 km, dos quais cerca de metade correspondem ao litoral mediterrâneo, induzindo a contrastes, nos diversos aspectos geográficos, entre as regiões litorais e as do interior. A sua orla marítima, sobretudo no litoral mediterrânico, desenvolve-se em arcos apoiados nos diversos cabos (Finisterra, Carvoeiro, Roca, Espichel, Sines, Sagres, St^a Maria, Gibraltar, Gata, Palos, da Nao e de Creus) e, em linhas gerais, é pouco recortada, onde as rias galegas e o estuário do Tejo são as aberturas mais significativas (Assunção, 2001). Esta apresenta em Espanha um rebordo que dificulta o acesso ao interior, facilitando a sua defesa. Quanto à vertente ocidental da PI, que Jaime Cortesão designou de “(...) *melhor cais da Europa* (...)” (citado por Ribeiro, 1977: 75) ela é, de modo geral, baixa e rectilínea, mas com reentrâncias de pormenor, exceptuando a região cantábrica, pelo que propicia uma boa base de partida para viagens marítimas.

O solo é um extenso planalto desnivelado que abrange cerca de 60% do território, a Meseta Ibérica¹⁶, situado a 640 m de altitude média (Lautensach, 1987: 14). Na secção portuguesa da Meseta, a altitude reduz progressivamente, num plano levemente inclinado para ocidente. A Meseta é circunscrita por enrugamentos exteriores terciários¹⁷ e depressões laterais¹⁸. As bacias dos cursos inferiores do Tejo e do Sado completam a base comum do conjunto peninsular (Silva, 1950: 67). A planura da Meseta é quebrada por alguns alinhamentos montanhosos que se destacam pela maior elevação das suas cotas: os Montes Cantábricos, a NW, o Sistema Ibérico, a NE, e o Sistema Bético ou Serra Morena, a Sul. É dividida, sensivelmente a meio, pelo Sistema Central Divisório ou Cordilheira Central, uma cadeia

¹⁵ Gibraltar dista cerca de 14 km de África (Assunção, 2001). Ver Fig.1 do Apêndice 3.

¹⁶ Ver Fig.2 do Apêndice 3.

¹⁷ A Cordilheira Pirenaica, a NE, e o Maciço ou Sistema Penibético, a Sul (Silva, 1950: 67).

¹⁸ As bacias dos rios Ebro e Guadalquivir. O vale do Guadalquivir é atravessado de Leste a Oeste pelo rio que lhe dá nome. Este vale é fechado, no sul, pelas montanhas do sistema Bético, que descem rapidamente para o Mediterrâneo e configuram uma costa de modo geral abrupta, entre o estreito de Gibraltar e o cabo da Nau (Silva, 1950: 67).



montanhosa, com orientação ENE-OSW, que atinge cerca de 2592 m, no pico de Almanzor, na serra de Gredos. É também separada pelos Montes de Toledo, situados a Sul da Cordilheira Central¹⁹, com orientação paralela (Lautensach, 1987: 12-13).

O relevo da PI configura-a como uma «fortaleza» com pendor para oeste. Nesta, a frente externa retardadora é formada pelos Pirenéus e o maciço Penibético, o «fosso» pelas depressões do Ebro e do Guadalquivir, o «reduto central» pela Meseta e a «gola» por Portugal, o ponto fraco da mesma por o flanco oeste ser aberto ao mar²⁰ (Silva, 1950: 60).

Na PI identificam-se as seguintes regiões naturais ou geográficas: a Região Central do Norte ou de Castela-a-Velha²¹; a Região Central do Sul ou de Castela-a-Nova²²; e cinco regiões periféricas: Cantábrica ou Setentrional, Pirenaica ou Nordeste, Levantina ou Oriental, Andaluza ou Meridional e a Portuguesa ou ocidental²³ (Silva 1950: 27-29).

Quanto à hidrografia, pela maior extensão dos seus percursos, destacam-se os rios Douro (cerca de 927 km), Tejo (cerca de 1.007 km) e o Guadiana (cerca de 870 km), rios internacionais, e o Ebro e o Guadalquivir, totalmente espanhóis. Assim, o Douro nasce na região de Castela-a-Velha, corre para Oeste e atinge Portugal junto a Paradela, onde passa a acompanhar a fronteira para Sul, entra em Portugal junto a Barca de Alva e termina o seu percurso no Oceano Atlântico, junto à cidade do Porto (Ribeiro, 1987: 13). Tem um perfil encaixado, leito profundo e declives frequentemente abruptos, em especial no troço internacional²⁴. Em Portugal, a sua transposição a vau é apenas possível na época estival e em poucos pontos do seu percurso, constituindo um obstáculo de valor a movimentos que impliquem a sua travessia (Cabral, 1932a: 41). No início do séc. XIX, o acesso marítimo à cidade do Porto era difícil e perigoso, em especial no inverno, devido à frequente subida das águas do Douro, que ocultavam os escolhos da barra marítima (Goterri, 2006: 15).

O Tejo é o rio mais extenso da PI. Nasce na Serra de Albarracin (Espanha), atinge Portugal junto à Aldeia de Monte Fidalgo (Castelo Branco) e desagua no Oceano Atlântico, junto a Lisboa. Em Espanha, o seu perfil é equilibrado, mas no troço português, da fronteira até Abrantes, as suas margens são rochosas e os declives abruptos, em particular nas Portas de Ródão, onde começa a ser navegável. Entretanto, a partir de Tancos, o rio alarga, formando uma bacia. Na época, o Tejo era de transposição quase impossível entre Abrantes e o Mar sem

¹⁹ Ver Fig.3 do Apêndice 3.

²⁰ Ver Fig.4 do Apêndice 3.

²¹ Uma planície, a Norte da Cordilheira Central – a submeseta setentrional.

²² Outra planície, a Sul da Cordilheira Central – a submeseta meridional.

²³ Ver Fig.5 do Apêndice 3.

²⁴ Nos 122 Km do Douro Internacional, o declive do leito baixa dos 550 m para os 122 m - quase 4 metros por quilómetro (Silva, 1950: 44). Para Lautensach, os declives baixam dos 550 m para os 115 m (1987: 13).



o uso de meios especiais²⁵, pelo que um exército que pretendesse atingir Lisboa deveria passar-se para a margem Norte antes de Abrantes, sob pena de não o conseguir executar se progredisse pela margem Sul. Na foz, o seu estuário constituía um excelente ancoradouro, onde os maiores navios podiam fundear a meio do rio. O forte de São Julião da Barra, a Torre de Belém, a Torres do Bugio e a Torre Velha, dispostas ao longo das margens, eram importantes elementos do dispositivo defensivo de Lisboa (Goterri, 2006: 23). O Tejo revela-se, assim, como um dos maiores obstáculos naturais do TO, em particular em Portugal, a movimentos que tenham de o atravessar.

Em Portugal, os afluentes do Tejo, a Norte, têm percursos irregulares e quedas rudes de declives, contrastando com os do Sul, de perfis equilibrados. Entre estes, destacam-se o Erges, o Pônsul, o Ocreza e o Zêzere, a Norte, e o Sorraia, a Sul. Os três primeiros compartimentam a região da Beira Baixa, constituindo obstáculos à progressão para o interior do País a forças provenientes de Espanha. Já o Sorraia, com orientação sensivelmente paralela, facilita os movimentos apoiados na sua baixa. Importante para o tema em análise, o Zêzere nasce na região da Serra da Estrela e desagua no Tejo, junto a Constância. À época, esta Vila era designada por Punhete, junto à qual Junot e parte das suas tropas transpuseram este rio com grande dificuldade, em Novembro de 1807 (Gaspar, 2007: 15).

O Guadiana nasce em Espanha, nas lagoas de Ruidera, onde tem percurso regular. Ao entrar em Portugal, embate no maciço Alentejano, junto a Santo Idelfonso, e ruma para Sul, acompanhando a fronteira em direcção a Vila Real de Santo António, onde desagua no mar. Entre Serpa e Mértola, uma série de rápidos impedem a sua navegação para Norte (Silva, 1950: 45). O rio constitui um bom obstáculo natural²⁶, em especial, a Sul de Serpa.

O Minho é também internacional e, apesar de não se enquadrar no conjunto dos mais extensos, é um rio importante pois delimita a fronteira setentrional de Portugal. Nasce junto à Serra de Meira, na Galiza e, na época estival, permite a transposição a vau, mas apenas em determinados pontos do seu percurso afastados da foz (Cabral, 1932a: 45).

Na faixa ocidental do TO peninsular situa-se Portugal. O País faz fronteira terrestre com a Espanha, a Norte e a Este, e a Sul e a Oeste, é quase exclusivamente aberto ao mar, “(...) o elemento que lhe alicerça a identidade.” (Goterri, 2006: 13).

Tem uma superfície com cerca de 88748 km² (pouco mais de 1/5 de Espanha) e um litoral com extensão superior a 845 km (Dicionário, 1980: 1497). Tem a forma aproximada de um rectângulo, alongado no sentido Norte-Sul, com cerca de 560 km de comprimento máximo,

²⁵ Para comprová-lo lembra-se que na invasão espanhola de 1580, o Duque de Alba e as suas tropas, para passar o Tejo e atingir Lisboa, tiveram de embarcar em Setúbal para Cascais, na Esquadra do Marquês de Santa Cruz (Santos, 1991: 20).

²⁶ Ver Fig.6 do Apêndice 3.



entre Melgaço e o Cabo de Santa Maria, por cerca de 218 km de largura máxima, entre a foz do rio Neiva até à fronteira com Espanha, no Douro. Ligado à Espanha por uma fronteira que ronda os 1200 km, apenas uma área exígua do NE dista mais de 200 km do mar (Ribeiro, 1987: 26), o que confere ao País importância estratégica, pois pode funcionar como base de partida para forças que, desembarcando na sua costa, pretendam dirigir-se para o interior da Europa²⁷ (Costa, 1950: 9).

O território continental português é considerado montanhoso num terço da sua superfície²⁸, apesar de 43% desta ter altitude inferior a 200 metros, contra apenas cerca de 15% da superfície total da PI²⁹ (Lautensach, 1987: 14). A Cordilheira Central penetra em Portugal e separa a secção portuguesa da Meseta em duas zonas, de áreas semelhantes mas com relevo desigual³⁰: a setentrional, que ocupa cerca de 51200 km² e tem 400 m³¹ de altitude média, e a meridional, com cerca de 37500 km² e 250 m de altitude média (Ribeiro, 1987: 127).

No País existem três regiões distintas, e até opostas em termos geomorfológicos, que apresentam mais semelhanças com as regiões espanholas adjacentes do que entre elas: região a Norte do Douro, região central e região a Sul do Tejo³².

Na região a Norte do Douro situa-se o Sistema Galaico-Duriense³³, o qual é uma continuação dos Montes Cantábricos em Portugal. As serras existentes têm, de modo geral, uma orientação NE-SW, exceptuando a Serra de Reboredo, Marão, Valongo, Coroa e Cabreira, cuja orientação geral é NW-SE. A orografia é tipicamente montanhosa, mas não uniforme, em que os vales, estreitos e difíceis, dificultam a circulação, quase unicamente possível em itinerários abertos pela acção do homem. A região pode subdividir-se em duas zonas divididas pela linha geral definida pelas Serras do Gerês, Cabreira e Marão. Na zona Oeste, o Minho é uma espécie de anfiteatro voltado para o mar, com uma faixa litoral, onde o terreno é mais baixo, permitindo boas comunicações (Cabral, 1932a: 51-52). Os seus maiores rios, o Lima, o Cávado e o Ave, têm orientação NE-SW, que compartimentam transversalmente o terreno em relação à direcção Norte-Sul, e desaguardam no mar. De facto, constituiriam obstáculos de valor a forças inimigas provenientes da fronteira Norte, junto a Valença, se as suas características geofísicas fossem

²⁷ Para além de se situar numa posição privilegiada para controlar as principais rotas marítimas comerciais entre a Europa e os continentes americano e africano (IAEM, 1982: 3).

²⁸ Em especial na Região a Norte do Douro.

²⁹ Para Orlando Ribeiro, 72% do território português encontra-se abaixo dos 400 metros e as altitudes superiores a 700 metros correspondem a 12% da superfície do País (1987: 167).

³⁰ Na metade setentrional do País estão concentradas 95% das áreas com altitude superior a 400 metros de Portugal Continental (Ribeiro, 1987: 167).

³¹ Os valores apresentados por Lautensach são ligeiramente diferentes: a metade setentrional tem uma altitude média de 370 metros e a meridional tem 160 metros (1987: 127-128).

³² Ver Fig.7 do Apêndice 3.

³³ Este maciço inicia-se nas Astúrias, em Espanha e prolonga-se até à Serra do Caramulo, em Portugal (Lautensach, 1987: 14).



outras³⁴ e não existissem a Portela do Homem e a do Lindoso, no flanco direito do Lima e do Cávado, que permitem o seu envolvimento (Silva, 1950: 73). A Este, Trás-os-Montes é uma zona planáltica e montanhosa, sendo cortada por vales profundos. Os rios, com orientação ENE-WSW, constituem bons Eixos de Penetração (EP) em Portugal, em especial o Tâmega (Ribeiro, 1977: 154).

Na região central situa-se a penetração da Cordilheira Central, que se inicia na Serra das Mesas (ou Malcata), abrangendo ainda as Serras da Estrela, do Açor e da Lousã. Paralelamente e a Sul, situam-se outras serras que são também parte integrante da Cordilheira, destacando-se, pela maior elevação das suas cotas, as Serras da Gardunha, de Álveolos e a do Cabeço do Rainho. Com orientação NW-SE, situam-se as Serras do Buçaco, São Pedro da Mucela, Muradal, Talhadas (ou Perdigão), Penha Garcia e Melriça, constituindo pontos importantes para poder barrar a progressão de forças provenientes de Este e NE (Silva, 1950: 37). Quanto à hidrografia, destacam-se o Vouga e o Mondego que, com vales largos, facilitam as comunicações (Ribeiro, 1987: 12).

Na região a Sul do Tejo, destaca-se a penetração dos Montes de Toledo em Portugal. Esta concretiza-se através do Maciço de Portalegre³⁵, continua para Oeste, abrangendo as Alturas de Estremoz, a Serra da Ossa e a de Monfurado (Ribeiro, 1987: 12). As serras do Baixo Alentejo (Cercal e de Grândola) e do Algarve (Monchique e do Caldeirão) são a continuação do Sistema Bético³⁶ em Portugal. A região entre o Tejo e as serranias Algarvias é, de modo geral, plana, logo propícia a deslocamentos com relativa rapidez (Ribeiro, 1987: 13). As serras mencionadas constituem-se como obstáculos.

A Orla Meso-Cenozóica ocidental abrange a região a Norte do Tejo, entre o mar e a linha geral definida por Espinho-Coimbra-Cabo da Roca³⁷. Esta é geralmente baixa, contudo compreende algumas serras com interesse estratégico: o Maciço de Porto de Mós ou Serra de Albardos, que dividem a costa marítima do rio Tejo, a Serra de Montejunto e o seu prolongamento para SW, a Serra do Barregudo. Com orientação NE-SW, a Serra de Albardos é um separador natural de forças, condicionador dos movimentos de acesso à região de Lisboa. Contudo, a sua orientação estrangula a faixa litoral, no paralelo de Alcobaça, facilitando a sua defesa; a Leste, na baixa de Tomar, tal já não acontece. O maciço de Albardos é, ainda, um acidente natural vantajoso para a defesa de Lisboa, na linha Santarém-Rio Maior-Óbidos. O prolongamento da Serra dos Candeeiros separa o sector central, Alto da Serra-Engrenal, do

³⁴ Maiores declives, largura, profundidade, natureza do solo, etc.

³⁵ Serras de São Mamede e de Marvão.

³⁶ O conjunto formado pelas serras algarvias e o Sistema Bético é designado por Sistema Mariânico. Este inicia em Alcaraz, na Espanha, e termina no Cabo de São Vicente, em Portugal (Lautensach, 1987: 13).

³⁷ Ver Fig.8 do Apêndice 3.



sector esquerdo, no litoral. E Rio Maior, como nó de comunicações, permite manobrar pelo interior para a faixa junto ao Tejo ou para a do litoral, para Lisboa. A sua ocupação é assim vantajosa para a defesa. Quanto à Serra de Montejunto, esta teria pouco valor se isolada, com acessos difíceis, é apenas útil para a observação, mas é a Serra do Barregudo que lhe acrescenta valor. Foi nesta região que foram construídas as Linhas de Torres Vedras, de que falaremos no quarto capítulo (Cabral, 1932b: 176-177).

A Orla Meso-Cenozóica Meridional, na costa algarvia, é composta por uma extensa faixa de arenitos, não se referenciando nenhum alinhamento montanhoso significativo. As bacias dos cursos inferiores do Tejo e Sado correspondem a um antigo golfo marinho e os seus estuários constituem boas «estradas» fluviais. Os Ilhéus das Berlengas e Farilhões, a cerca de 10 km de Peniche, completam o relevo de Portugal³⁸ (Silva, 1950: 43).

Os rios portugueses são, de modo geral, todos eles navegáveis entre os 2 Km (o Ave) e os 85 km (o Mondego). Contudo, apenas permitem a navegação a embarcações de pequeno calado, excepto na foz do Douro, Mondego e Tejo (Silva, 1950: 45-47). A costa portuguesa é pouco recortada, arenosa e geralmente baixa, exceptuando nos promontórios de Sagres (ou Cabo de São Vicente), Peniche, Espichel e Sines (Goterri, 2006: 14).

A rede viária é um aspecto importante a observar quando se planeiam operações militares. Nela apoiar-se-ão quer movimentos de carácter operacional quer de apoio às operações³⁹. A rede viária nacional apresenta maior densidade de estradas no litoral do que no interior. Estas foram (re)construídas para interligar, prioritariamente, os principais aglomerados populacionais. No início do séc. XIX, a situação das estradas portuguesas apresentava características de distribuição semelhantes. Para Elsa Pacheco, a rede de estradas decalca, na sua estrutura fundamental, muitos dos traçados definidos na época romana. Estes cobriam, de modo geral, toda a PI, pelo que as Fig. 1 e 2 do Apêndice 4 auxiliam a identificar as prováveis vias de comunicações terrestres entre Portugal e Espanha. Em termos militares, não só os itinerários são importantes, como também o podem ser as pontes. Sem a sua existência, a transposição de cursos de água poder-se-ia transformar numa tarefa difícil, ou mesmo impossível, sem a utilização de meios especiais. Observe-se o exemplo da ponte romana de Segura⁴⁰, utilizada pelas forças de Junot para entrar em Portugal. Relembre-se que no início do séc. XIX, as deslocações faziam-se sobretudo a pé ou a cavalo, sobre uma rede viária precária, que fazia aumentar não só o tempo de deslocamento, mas também a penosidade das viagens⁴¹. Em 1849, Filipe Folque referiu-se à situação das vias de comunicação portuguesas, escrevendo: “(...) *um*

³⁸ Ver Fig.9 do Apêndice 3.

³⁹ Designados por movimentos logísticos ou administrativos.

⁴⁰ Ver Fig.3 do Apêndice 4.

⁴¹ Ver Fig.4 do Apêndice 4.



paiz sem commercio interno, sem communicações, onde geralmente as estradas são os trilhos dos carros e cavalgadas, que os invernos inutilizão (...)“ (citado por Dias, 2003).

Face à imagem de continuidade da orografia e dos itinerários, julga-se oportuno concluir que estes, mais do que dividem, unem Portugal e Espanha. Então, se não existem verdadeiros limites geográficos divisórios, porque razão existe uma fronteira?

Santos Costa responde referindo-se à “(...) *inquebrantável vontade dos homens (...)*” (Costa, 1950: 9). A fronteira política entre Portugal e Espanha resulta mais da história que da existência de verdadeiros aspectos geográficos divisórios. A região onde se habita influi não só nos géneros de vida, mas também nas formações sociais, podendo criar oposições não só entre o homem rural ou continental e o marítimo, mas também entre o rural do Norte, onde os habitantes são rudes, arraigados à vida rural e à família e apresentam, de modo geral, uma resistência à fadiga maior do que quaisquer outros (Cabral, 1932a: 38), e o do Sul, de coesão social e política menos consistente (Ribeiro, 1977: 74).

A coesão de um povo que se pretende conquistar é outro factor de planeamento das operações militares. Na GP, a França e a Espanha atacaram Portugal, um país pouco populoso, mas em que o povo demonstrou uma forte coesão social.

Em 1801, a população portuguesa⁴² rondava os 2845990 habitantes, uma densidade média de cerca de 32,43 hab/km² (MEMO). Orlando Ribeiro afirma que o litoral é o fomento da nacionalidade portuguesa. Para o autor, o cariz continental do povo espanhol é distinto do português, recordando que, apesar da reconhecida expansão ultramarina espanhola, os colonos espanhóis fixavam-se maioritariamente em cidades interiores⁴³, ao contrário dos portugueses (1977: 124). Quanto à sua distribuição, os principais centros populacionais situavam-se junto ao litoral e só Lisboa e Porto concentravam mais de 10% da população total (Ribeiro, 1987: 26). Este facto influenciava a decisão sobre os itinerários a utilizar para a marcha dos exércitos, pois os reabastecimentos eram executados à base dos recursos locais, uma das características dos exércitos napoleónicos⁴⁴, que justifica, em parte, o cariz popular da guerra subversiva em Portugal contra os invasores, pois esta prendeu-se não só com a violência do ocupante, mas também com a ideia que, quando o pão é pouco e tentam roubá-lo, a insurreição é espontânea (Lousada, 2008). Em termos comparativos, a população espanhola rondava os 11,5 milhões de habitantes (quatro espanhóis para cada português), pelo que Portugal era demasiado pequeno

⁴² Ver Apêndice 5.

⁴³ Esta situação faz pensar que Toledo, Madrid, Valhadolid e Salamanca, poderosas cidades castelhanas no séc. XIX, eram centros de cultura, comércio e de administração, enquanto em Sevilha e Cádiz, por exemplo, predominava o cunho marítimo. Esta dualidade espanhola chegou mesmo a criar uma espécie de dupla capital em Espanha: Madrid (para o País) e Sevilha (para as Índias Ocidentais) (Ribeiro, 1977: 124).

⁴⁴ Ver Apêndice 6.



para se defender sozinho face à Espanha, facto que justificou a aliança Anglo-Portuguesa (Duarte 2003: 297).

b. Análise da ZOT de Portugal Continental

“ Conhece o teu inimigo e conhece-te a ti mesmo e nunca porás a vitória em dívida. Conhece o terreno, conhece o tempo, e a tua vitória será total.”

Sun Tzu (Europa-América, 1988?: 107)

A ZOT é um estudo das características geográficas de PC visando identificar os objectivos militares prováveis e os EA que a ameaça pode utilizar para os atingir. O estudo propõe-se determinar os melhores locais e a adequada repartição de forças para os defender. Para Miranda Cabral, a ZOT é a “(...) *pedra angular do plano geral da defesa do País* (...)” (Cabral, 1932a: 23). Em termos estratégico-militares, PC pode ser considerado uma ZOT do TO peninsular (IAEM, 1982: 3).

(1) Objectivos Militares

Na ZOT existem dois objectivos importantes ou principais, Lisboa e Porto, e um objectivo-área de expectativa estratégica, o triângulo Abrantes-Tomar-Santarém. Lisboa constitui o objectivo final e decisivo do País; enquanto principal centro radial de comunicações do País, a sua conquista é susceptível de criar uma situação de desequilíbrio psicológico que conduza à rendição de Portugal. O Porto e a área adjacente constituem um objectivo importante, embora de segunda prioridade. A sua conquista poderia significar o domínio do Norte do País, que proporciona uma boa base de operações para actuar no território, afectando a área de Lisboa devido às suas potencialidades. É também um importante ponto de partida para uma recuperação do País, pois polariza um interior que propicia um bom refúgio à guerrilha. O objectivo-área de expectativa estratégica Abrantes-Tomar-Santarém é o espaço geográfico onde se poderão concentrar os meios de resposta para acorrer aos EP utilizados pelo invasor, a Norte ou Sul do Tejo. A partir dele, as forças poderão controlar as passagens sobre o Tejo (IAEM, 1982: 7-8).

Existem objectivos, designados de intermédios, que se constituem como «etapas» para atingir os objectivos finais; ajudam a perceber não só os contornos dos EA como ainda a necessidade de forças para os defender, e são os seguintes: região de Coimbra, considerada o fecho das comunicações Norte-Sul, que possibilita o controlo do EP da Beira Alta e permite proteger desembarques na costa; região de Arraiolos-Montemor-Évora, um nó viário considerado a «chave do Alentejo», que permite a um atacante manobrar forças em direcção à região de Lisboa-Setúbal. Uma defesa coesa no espaço que medeia entre este eixo e Lisboa não é contudo fácil de executar; região de Viseu-Mangualde, possibilita o controlo do EA da Beira



Alta e permite ao invasor manobrar para Lisboa ou para o Porto; região de Braga, um nó viário vértice de EP e de desembarques na fronteira marítima, possibilitando a manobra para o Porto; região de Grândola, outro nó viário, vértice do EA do Baixo Alentejo e de desembarques na costa algarvia ou ocidental ao Sul do Sado. Poderão ainda existir outros objectivos intermédios, de prioridade inferior, que correspondem a aglomerados populacionais significativos que serão identificados quando se caracterizar os EA (IAEM, 1982: 9, 16-17).

(2) Eixos de Aproximação

Como iremos observar, o efectivo das forças que invadiram Portugal no período em análise oscilaram entre os 12000 e os 65000 homens, correspondendo ao escalão Exército, pelo que os EA serão identificados para Divisões⁴⁵.

Existem zonas na fronteira terrestre portuguesa que, devido a condições geográficas favoráveis⁴⁶, são propícias à entrada em TN de forças numerosas. Consequentemente, é por essas entradas naturais que se definem os EP, que se interligam aos EA (Nunes, 1988: 102). As entradas naturais a Norte do Tejo não são numerosas. Assim, uma invasão pode ser efectuada pela faixa do litoral, entre Caminha e Valença, com a presença inconveniente do Oceano Atlântico, pois este permite a uma força naval atacar ou desembarcar forças na retaguarda do invasor, cortando as linhas de comunicação de uma força que progrida para Sul. A entrada por Monção, em direcção a Arcos de Valdevez, não oferece segurança ao invasor pelas dificuldades da orografia que o percurso encerra. A entrada pode ainda efectuar-se pela estrada de Verin (Espanha) em direcção à várzea de Chaves. A partir de Chaves, a força inimiga poderá progredir pelo vale do Tâmega para Sul. Na fronteira Este, a Norte do Tejo, existe uma boa zona de penetração do País a partir dos vales da Coelha e de La Mula (Espanha), localizada a Sul de Almeida. A partir desta, o invasor segue em direcção à Guarda e acede ao vale do Mondego, na região de Fornos de Algodres. A entrada pela Beira Baixa é também possível, mas a orografia oferece dificuldades aos movimentos a Norte e a Sul de Salvaterra do Extremo. Pelo Alentejo, a entrada é relativamente fácil. De Montalvão, perto do rio Sever, a Barrancos as entradas são numerosas e o trânsito para o interior é facilitado pela baixa do Sorraia. De Arronches a Portalegre, de Campo Maior a Elvas, de Mourão a Reguengos e de Barrancos a Moura, a circulação é facilitada pela orografia, permitindo alcançar o Alto Alentejo e a bacia interior do Tejo com relativa rapidez, apesar da cadeia de elevações situada entre Castelo de Vide e Arronches, a Serra de São Mamede e a Serra da Ossa poderem ser condicionadoras aos movimentos. Existem ainda EP para forças menos numerosas, dos quais salientamos: os EP das

⁴⁵ Escalão imediato e inferior do Corpo de Exército.

⁴⁶ Pela orientação do relevo, dos cursos de água, natureza e configuração do terreno.



Portelas do Homem e do Lindoso, um EP por Bragança, que acede à ponte de Quintanilha, e o EP do Algarve, vindo da Andaluzia (Ribeiro, 1977: 172 -173).

Em conclusão, a região que medeia entre o Tejo e o sistema Mariânico é a de acesso mais fácil a Portugal para invasores provenientes de Espanha (Ribeiro, 1977: 173).

Pelo Mar, existem diversas praias e portos de enseada que permitem o desembarque de forças numerosas. Estas áreas serão referenciadas quando identificarmos os EA da ZOT.

Como se observou, os acidentes naturais situados junto à fronteira, que poderão constituir obstáculos, somente retardam ou canalizam os movimentos entre os dois países (Costa, 1950: 9). Pela análise anterior, verificou-se que a região portuguesa compreendida entre o Maciço Galaico-Duriense e o Sistema Central Divisório, o vale do Mondego, é uma continuação em Portugal do vale espanhol do rio Douro; que a parte portuguesa compreendida entre o Sistema Central Divisório e os Montes de Toledo, o vale do Tejo, é uma continuação em Portugal do vale espanhol do mesmo rio; por sua vez, o Alentejo comunica com o vale espanhol do Guadiana, situado entre os Montes de Toledo e a Serra Morena. Estes corredores naturais facilitam o trânsito entre Portugal e Espanha, e constituem as principais penetrantes de Espanha em Portugal (Silva, 1950: 68).

A construção de Castelos ou fortalezas⁴⁷ de natureza defensiva tiveram por base o estudo dos locais que possibilitam o domínio de observação sobre as entradas naturais do País, não obstante o alcance das armas da época. Por outro lado, Segundo Pires Nunes, as entradas naturais mais utilizadas historicamente em invasões a Portugal foram, por ordem decrescente de utilização: Beira Alta (por Almeida), Alentejo (por Elvas), a brecha de Chaves, Minho (por Valença), Beira Baixa (por Zebreira) e NE de Portugal. A imponência das praças de Elvas, Estremoz e Valença, as maiores do País, é reveladora da sua importância estratégica. Deduz-se, assim, que estas praças foram construídas para defender nos EP de utilização mais provável pelos invasores, sendo que as invasões em Portugal realizaram-se, quase sempre, por mais do que um EP, sendo um o principal e o(s) outro(s) de apoio à invasão (1988: 102).

Em 1805, D. João ordenou a desactivação de fortalezas para reduzir as despesas de manutenção. Analisando a relação constante no Apêndice 7, conclui-se sobre a importância relativa de cada fortaleza, não só pelo volume de tropas que compunham a guarnição, como também pelo posto do seu Oficial Governador (mais elevado nas fortalezas mais importantes). A desactivação recaiu prioritariamente sobre as localizadas no interior, pois das fortalezas que se localizavam junto à fronteira poucas foram desactivadas. Este facto permite-nos deduzir o conceito militar de defesa do País, o qual consistia em defender decisivamente junto à fronteira

⁴⁷ Ver Apêndice 7.



(Nunes, 1988: 138-139). Em certa medida, para comprovar o conceito, observe-se o dispositivo do Exército Português resultante do processo de reforma iniciado por Decreto de 19 de Maio de 1806, que resultou, em 1807, na concentração de unidades junto às entradas naturais⁴⁸ de maior probabilidade de utilização por invasores anteriormente referenciadas (Nunes, 2004e: 39). No contexto das invasões francesas em Portugal assistir-se-á a uma alteração deste conceito com a chegada a Portugal do Tenente-General Arthur Wellesley. O conceito irá passar para uma defesa em linhas sucessivas, cedendo terreno ao invasor no interior do País, desgastando-o em batalhas não decisivas até à última linha de defesa, onde se pretendia derrotar a invasão (Pires, 2008: Seminário). No Apêndice 2 consta ainda a relação das fortalezas marítimas mantidas activas após uma reforma ocorrida em 1805. Para Pires Nunes, analisando os locais das que foram mantidas, deduz-se que a defesa da costa privilegiava a região do Algarve e a barra do Tejo (Nunes, 1988: 158).

Considerando os corredores, as entradas naturais, os objectivos, e que a região de Lisboa é o único objectivo final e decisivo, para onde todas as forças invasoras se dirigem, na ZOT identificam-se os seguintes EA:

(1) EA A – Eixo do Alentejo

A entrada faz-se na fronteira alentejana, entre Castelo de Vide e Vila Verde de Ficalho. É um eixo de trânsito fácil e de defesa difícil, apesar de nele se localizarem alguns rios fronteiriços como o Sever, o Caia e o Guadiana úteis se valorizados com defensores. Contudo, o SEVER pode ser torneado, a Sul, pela brecha de Marvão-Castelo de Vide. Para Sul de Mourão, o rio Guadiana é um obstáculo de valor até à sua foz. Neste localizam-se os objectivos intermédios de Abrantes-Tomar-Santarém, Arraiolos-Montemor, Évora, Grândola e o objectivo vital da região de Lisboa. Como tem grande espaço de manobra pode-se individualizar em:

- EA A1: Valência de Alcântara – Castelo de Vide – Abrantes – Santarém – Lisboa, ou Castelo de Vide - Ponte de Sôr - Lisboa⁴⁹;
- EA A2: Elvas – Estremoz – Lisboa (por Arraiolos – Vendas Novas, ou Moura – Coruche);
- EA A3: Mourão – Évora – Montemor-o-Novo – Lisboa;
- EA A4: Serpa – Beja – Ferreira do Alentejo – Lisboa (por Grândola – Alcácer do Sal, ou Torrão – Alcácer do Sal).

⁴⁸ Ver Apêndice 8.

⁴⁹ Ver Fig.1, 8, 9 e 10 do Apêndice 9.



(2) EA B: Eixo da Beira Alta⁵⁰

A entrada realiza-se entre a Serra da Marofa e a Serra da Malcata – Viseu, na região da Beira Alta. De Viseu, um atacante pode seguir para Coimbra – Lisboa, ou para o Porto por dois trajectos: Viseu – Cinfães – Porto ou Viseu – Albergaria – Porto. É um eixo que pode ser inicialmente defendido no rio Côa⁵¹. A partir de Fornos de Algodres a progressão é facilitada pelo vale do Mondego, mas existe no trajecto anterior a possibilidade de efectuar defesas sucessivas apoiadas nos afluentes do Douro que correm na região. É um eixo extenso para os objectivos finais.

(3) EA C – Eixo do Norte (Minho e Trás-os-Montes)

A entrada é delimitada pela foz do Minho e a brecha de Chaves. O eixo pode apoiar-se nos seguintes objectivos intermédios: Braga, Vila Real e Amarante. É um eixo, proveniente da região Galaica, onde as forças inimigas são separadas pelos obstáculos naturais das Serras do Gerês, Cabreira e Marão. A progressão por Chaves é dificultada pela orografia da região. Os EP das Portelas do Homem e do Lindoso são difíceis, e quase unicamente possíveis a forças ligeiras. O inimigo poderá optar por empregar forças de menor efectivo e utilizar apenas uma das entradas. Pode ser subdividido em⁵²:

EA C1: Valença – Braga – Porto – Coimbra – Lisboa;

EA C2: Verin – Chaves – Vila Pouca de Aguiar – Vila-Real – Porto; de Vila Pouca de Aguiar pode-se seguir directamente para o Porto, via Braga. De Vila Real pode-se seguir para o Porto, ou para Sul, via Régua – Viseu – Coimbra – Lisboa.

É favorável a forças invasoras que pretendam atingir unicamente o Porto, pois a progressão para Lisboa implica transpor o Douro, um obstáculo de valor (Silva, 1950: 73).

(4) EA H – Eixo da Beira Baixa

Salvaterra do Extremo – Castelo Branco – Proença-a-nova – Abrantes – Tomar (ou Vila Velha de Ródão – Gavião – Abrantes – Tomar)

É um eixo de difícil progressão pelos sucessivos obstáculos que os rios Erges, Ponsul, Ocreza e Zêzere representam. A Serra das Talhadas é também um obstáculo de valor significativo⁵³ (IAEM, 1982: 19).

Quanto a acessibilidades marítimas, ou eixos, na costa portuguesa diversos locais facilitam o desembarque de efectivos numerosos. Na Fig.1 do Apêndice 9 observem-se os EA D,

⁵⁰ Ver Fig.1, 4 e 5 do Apêndice 9.

⁵¹ Como aconteceu, sem sucesso, na invasão de Masséna.

⁵² Ver Fig.1, 2 e 3 do Apêndice 9.

⁵³ Ver Fig.1, 6 e 7 do Apêndice 9.



E, F, G. Estes indicam as zonas da costa mais favoráveis a desembarques navais, assumindo especial importância as situadas próximo de objectivos intermédios, que possibilitam a execução de operações conjuntas com forças terrestres, que utilizem EA que passam por esses objectivos (Nunes, 1987: 103-104).

Porque Lisboa é o objectivo vital do País, destacam-se as medidas para a defesa nos eixos que lhe são conducentes, nomeadamente os troços Coimbra-Lisboa ou Abrantes-Santarém-Lisboa⁵⁴. Vejamos as vantagens da sua localização no País. Note-se que Madrid e Paris ocupam uma posição quase central no seu território, o que denota uma estratégia defensiva de cariz continental⁵⁵. Todavia, a largura de Portugal é relativamente pequena, o que constitui uma vulnerabilidade (Silva, 1950: 60), mas note-se que a Capital está situada à distância máxima da fronteira terrestre, mitigando a mesma. A península onde se situa é outro factor importante, na medida em que a torna acessível via terrestre apenas por Norte. O Tejo e o mar garantem-lhe uma natural protecção de flanco. À época, em caso de invasão, a retirada estratégica, via marítima, era por certo uma opção. Por outro lado, os invasores poderiam ser atacados por mar, pelo fogo ou através do desembarque de forças na sua retaguarda. Ainda a propósito da defesa de Lisboa, relembra-se o conceito de defesa do Coronel Vincent⁵⁶, que consistia nos seguintes pontos: a Capital seria protegida defendendo a Estremadura; importância crucial da defesa marítima; controlo das vias de comunicação conducentes à capital; a defesa da Estremadura seria baseada em fortificações: defesa à distância, junto à fronteira, nos EP, nomeadamente nas Beiras e Alentejo, apoiada por uma segunda linha de apoio às fortalezas; defender as posições intermédias, chaves da aproximação à Estremadura⁵⁷, apoiada numa linha de fortalezas entre Peniche e Santarém e a defesa imediata de Lisboa (Nunes, 1988, 143).

Face ao exposto nos subcapítulos 3a e 3b, valida-se a H1, na medida em que se constatou que a PI constitui um TO excêntrico na Europa, relativamente isolado, de características marítimas e continentais em simultâneo. A ZOT de PC é particularmente marítimo-continental, pois os flancos ocidental e Sul do País são abertos ao mar, o que propicia a execução de operações conjuntas.

4. As invasões francesas: uma abordagem histórico-geográfica e militar

Em 1801, ocorreu a primeira invasão a Portugal no contexto da GP, que ficou

⁵⁴ Ver Fig.1, 13 e 14 do Apêndice 9.

⁵⁵ Possibilitada pela grande distância, relativamente a Portugal, entre a orla da costa e a sua localização.

⁵⁶ Chefe dos engenheiros franceses do contingente de Junot. Este conceito foi materializado por Wellesley, através das Linhas de Torres Vedras, no contexto da invasão de 1810-11.

⁵⁷ Coimbra e Abrantes. A confluência do Zêzere e do Tejo era considerada a chave da defesa do Tejo e, consequentemente, da cobertura de Lisboa (Nunes, 1988, 143).



conhecida por Guerra das Laranjas. Esta não será tratada neste estudo, pois apesar de ter sido perpetrada por um contingente Franco-Hispânico, sob comando de Manuel Godoy⁵⁸, os invasores em Portugal foram apenas os espanhóis. Contudo, foi Napoleão que a orquestrou, por intermédio de Luciano Bonaparte, seu irmão, Embaixador em Espanha, preocupado em findar com o apoio português a Inglaterra, a sua principal inimiga, pelo que incitou a Espanha a declarar a guerra a Portugal (Vicente, 2006a: 16-17). Segundo as palavras do Imperador: “*O maior dano que podemos fazer ao comércio inglês, (...) é apoderarmo-nos de Portugal.*” (citado por Goterri, 2006: 66).

À Guerra das Laranjas seguiram-se, entre 1807 e 1811, três invasões a Portugal, designadas por Invasões Francesas.

a. O “Exército de Observação da Gironda” e a centralidade do Eixo Estremenho

“ (...) as condições meteorológicas e o terreno podem, por si só, decidir o êxito das operações em áreas montanhosas.”

(EME, 1979: 92)

Napoleão, que decidiu invadir Portugal antes da assinatura do Tratado de Fontainebleau (27 de Outubro de 1807), ordenou a concentração em Baiona, em Agosto de 1807, do *Exército de Observação da Gironda*, composto por cerca de 28 000 homens (Nunes, 2004a: 43). Estava organizado em três Divisões de Infantaria (1ª Divisão, General Laborde, cerca de 8471 homens⁵⁹; a 2ª Divisão, General Loison, cerca de 8296 homens⁶⁰; e a 3ª Divisão, General Travot, cerca de 6196 homens), uma Divisão de Cavalaria, (General Kellermann, cerca de 2151 homens), Artilharia (General Taviel, cerca de 38 bocas de fogo e de 1070 homens), Engenharia, (Coronel Vincent, cerca de 18 homens), Batalhão de Trens e Equipagem (cerca de 292 homens, 550 cavalos e 414 furgões) e outras tropas (1500 homens) (Nunes, 2004c: 133).

Para comandar este Exército, Napoleão escolheu o General Jean-Andoche Junot⁶¹, “*(...) um valoroso companheiro de armas do Imperador (...)*” (Serrão, 1989: 20). Junot chegou a Bayona, em 5 de Setembro, onde iniciou a preparação das tropas para a invasão, um Exército constituído maioritariamente por conscritos desse ano, sem experiência de guerra. Contudo, Junot acabou por elevar o moral e melhorar os equipamentos das tropas de forma

⁵⁸ À época, desempenhava as funções de Primeiro-Ministro de Espanha, cujo Rei era Carlos IV.

⁵⁹ Ou 8600 homens, segundo Sepúlveda. Estes estavam organizados em duas Brigadas (1ª e 2ª). A 1ª Brigada dispunha de dois Regimentos de Linha (15º e 47º), um Batalhão do 4º Regimento Suíço, uma Companhia de Artilharia Ligeira espanhola – 6 peças. A 2ª Brigada era constituída por um Regimento de Linha (86º), um Regimento de Infantaria Espanhol – 1500 homens, e uma Companhia de Artilharia a 6 peças (1932: 14).

⁶⁰ Constituída por duas Brigadas, segundo Sepúlveda (Sepúlveda, 1932: 14).

⁶¹ Junot tinha sido embaixador em Portugal em 1805. Uma vantagem, pois seria conhecedor do estado político e militar do País (Serrão, 1989: 20).



notável. Por força do Tratado de Fontainebleau, o *Exército da Gironde* seria reforçado em Espanha por um contingente local estimado em 26500 homens, um Corpo de Exército (CE) (General Solano, cerca de 10000 homens) e duas Divisões (Generais Taranco e Carrafa⁶², cerca de 6500 e 10000 homens, respectivamente) (Nunes, 2004c: 133).

A missão de Junot consistia em conquistar Lisboa, aprisionar o Príncipe Regente, D. João, desagregar o Exército Português e dissolver as Milícias e as Ordenanças (Barata, 2004: 159). A captura da Esquadra Naval portuguesa e a confiscação das mercadorias inglesas no porto de Lisboa eram também objectivos da missão. A recolha de informações sobre as Províncias por onde passassem foi outra das preocupações pessoais do Imperador, o que em certa medida indicia que os franceses não tinham cartografia actualizada. Segundo as suas palavras, “(...) *qualquer carta é um instrumento de guerra (...)*” (Napoleão citado por Goterri, 2006: 164).

O plano francês baseou-se num duplo pressuposto. Não seria oferecida resistência e a transferência da Casa Real para o Brasil, planeada anos antes, não aconteceria. Todavia, este plano não passou de inicial, sofrendo desde cedo alterações em reflexo da evolução da situação política em Portugal (Goterri, 2006: 166).

Em 16 de Outubro, as ordens determinavam o deslocamento do Exército francês para Espanha, seguindo o itinerário Vitória-Burgos-Valladolid-Tordesilhas-Toro-Salamanca-Ciudad Rodrigo. A partir de Ciudad Rodrigo, o Exército deslocar-se-ia pelo vale do Mondego (EA B, da Beira Alta), um dos mais extensos até Lisboa. As forças espanholas seguiriam para as regiões do Porto e do Alentejo. A logística seria assegurada por Espanha, o que acabou por não acontecer. A 27 de Outubro, Napoleão teve conhecimento da provável partida da Casa Real portuguesa para o Brasil e, em 31 de Outubro, alterou as ordens de Junot. Estas determinaram que a 1ª Divisão do Exército da Gironde marchasse, sem demoras, para Alcântara, na Estremadura Espanhola, onde deveria chegar a 25 de Novembro para se reunir com as forças do General Carrafa, que ali já se encontravam. A segunda e a terceira Divisões chegariam mais tarde. O Imperador calculou que o trajecto Bayona-Salamanca-Lisboa, o mais directo de Portugal a França⁶³ se deveria cumprir em 26 dias, de Bayona a Salamanca, e nove, de Salamanca a Lisboa. Assim, Junot atingiria Lisboa a 01 de Dezembro, a tempo de impedir a fuga de D. João para o Brasil, e a invasão far-se-ia não pelo vale do Mondego, como inicialmente planeado, mas pela margem direita do rio Tejo (EA H, da Beira Baixa, menos extenso para Lisboa mas mais difícil de progredir) até Abrantes (Nunes, 2004c: 43), após o que

⁶² Desta Divisão, entraram em Portugal, o Regimento de Maiorca (1500 homens), os Dragões da Rainha (400 homens), 150 mineiros e duas Companhias de Artilharia ligeira – 12 peças (Sepúlveda, 1932: 15). Para Nunes, o General Taranco entrou em Portugal com apenas 6000 homens (2004a: 46).

⁶³ Pelo planalto de Castela-a-Velha. Ver Fig.1 do Apêndice 10.



seguiria para Lisboa, para nela entrar “(...) *como amigo ou inimigo* (...)” (Goterri, 2006: 168).

Junot iniciou a marcha em 17 de Outubro, perfazendo cerca de 40 a 50 km diários, atingindo Vitória a 03 de Novembro. Em Vitória, informou Napoleão que o apoio logístico acordado com Espanha ainda não tinha sido fornecido. Chegado a Salamanca, dirigiu-se por San Munhoz-Ciudad Rodrigo-Fuenteginaldo-Moraleja e chegou a Valência de Alcântara no dia 17 (Nunes, 2004a: 44), ou 19 de Novembro (Goterri, 2006: 170). O mau tempo, a falta de apoio da população espanhola, o assassinio de soldados franceses retardatários por populares, uma cartografia “(...) *muito inexacta* (...)” (Goterri, 2006: 170) e aldeias sem recursos constituíram, entre outras, as principais dificuldades desta marcha. Em Alcântara, Junot preparou a proclamação que enviaria aos portugueses, onde informava que a sua chegada os iria “ (...) *salvar do domínio inglês* (...)” (Sepúlveda, 1932: 13) e salvar Lisboa da sorte de Copenhaga (bombardeada pelos ingleses nesse ano, enquanto a Dinamarca equacionava a possível adesão ao Bloqueio Continental). Mas não deixou de ameaçar com represálias se alguém disparasse “(..) *um tiro que fosse*(..)” sobre os militares que comandava (Sepúlveda, 1932: 13).

Em Portugal, o Exército encontrava-se numa situação crítica. Relembra-se que, em 1806, o Exército de Linha era mal pago, indisciplinado, sem armamento, sem instrução, sem comando e desnacionalizado desde a Guerra das Laranjas (1801). Face à situação, o Príncipe Regente ordenara a sua reorganização. Foram, então, criadas três Divisões no País, a Divisão do Norte, do Centro e do Sul. A primeira composta por 4 Brigadas de Infantaria (8 Regimentos), 4 Regimentos de Cavalaria e 1 de Artilharia; a Divisão do Centro tinha a mesma constituição que a anterior; e a Divisão do Sul tinha mais um Regimento de Artilharia que as restantes. Novos Regimentos de Milícias foram, criados, passando de 43 para 48. Foram também criadas 24 Brigadas de Ordenanças. Contudo, quando principiou a invasão, a reorganização ainda não estava completamente implementada pelo que “ *À última hora, portanto, no meio da maior confusão, ordenou-se o alistamento de 14 000 recrutas em Lisboa.*” (Selvagem, 1931: 496). Apesar do esforço, tinha-se a consciência que a resistência era inviável.

A vanguarda do Exército da Gironda⁶⁴, comandada pelo General de Brigada Maurin, atravessou a fronteira portuguesa pela ponte de Segura⁶⁵, no rio Erges, a 19 de Novembro. No dia seguinte, seguiram pelo mesmo acesso a 1ª e a 2ª Divisões e a Divisão do General Carrafa. A 1ª Divisão seguiu por Rosmaninhal e Monforte e a 2ª Divisão seguiu por Zebreira e

⁶⁴ Composta por 300 homens de Cavalaria espanhola, o 70º Regimento de linha e uma Companhia de mineiros (Sepúlveda, 1932: 14).

⁶⁵ A importância das pontes, como objectivos intermédios. Ver Fig.3 do Apêndice 4.



Ladoeiro, ambas em direção a Castelo Branco, onde chegariam nessa noite. Exigiram de imediato ao corregedor da Comarca a preparação de cerca de 5000 rações de carne, pão e vinho para as tropas que já entravam na Comarca. A vanguarda tinha seguido por Salvaterra e Idanha-a-Nova, a melhor estrada, embora mais longa que a de Monforte. Mas a progressão sentiu dificuldades face às torrentes dos riachos e à escassez de recursos, pão e carne essencialmente (Sepúlveda, 1932: 14-15). Entretanto, a Artilharia foi-se atrasando, por falta de solípedes, e a Cavalaria sentiu dificuldades semelhantes. Esta foi colocada na retaguarda das colunas, dificultando ainda mais a captação atempada de recursos (Nunes, 2004a: 46). A 3ª Divisão atrasara-se, encontrando-se a cerca de dois dias de marcha de Alcântara, devido a dificuldades na transposição de alguns rios cujas águas tinham subido subitamente, causando a morte de soldados e cavalos e inutilizando víveres e viaturas. Apesar dos contratempos, Junot esperava que a Divisão atingisse o Rosmaninhal no dia 23 e que a Cavalaria chegasse a Idanha-a-Nova ainda nesse dia, a tempo de se juntarem à 1ª e 2ª Divisões no Zêzere; os transportes e a equipagem viriam conforme pudessem (Sepúlveda, 1932: 14-15). À época, a Beira Baixa não dispunha de recursos suficientes para alimentar a hoste francesa pelo que as pilhagens se sucederam, desde Salvaterra do Extremo até Castelo Branco (Serrão, 1989: 20). Thiebault, o Chefe de Estado-Maior francês, sentiu pessoalmente as dificuldades da Beira Baixa, pelo que mais tarde escreveria: *“Independentemente da fraqueza da população desta parte da Beira Baixa, o carácter dos seus habitantes merece uma atenção séria. Os amigos nada podiam esperar deles e os inimigos podiam esperar tudo. A sua miséria era mais um incentivo e se eles se reunissem para defender os seus desfiladeiros teriam parado um exército inteiro e anulado todos os esforços humanos (...)”* (Thiébault, 1817, citado por Nunes, 2004a: 44).

As dificuldades do EA estremenho continuariam *“(...) dada a estreiteza das vias, comparadas a caminhos de cabras (...)”* (Gaspar, 2007), em especial na Serra das Talhadas. A partir desta, a marcha seguiu por dois trajectos até Abrantes: um⁶⁶ pela Portela de Montegordo, Sobreira Formosa, Cortiçada (Proença-a-Nova), Cardigos, Vila de rei e São Domingos, por onde Junot, a 1ª Divisão, o grosso da Vanguarda e *“(...) o que se pode trazer da artilharia(...)”* (Sepúlveda, 1932: 16) se deslocaram; outro, pela Portela da Milheiriça (perto de Perdigão), Venda Nova⁶⁷, Mação, Penhascoso e Mouriscas, por onde se deslocaram parte da Vanguarda e a 2ª Divisão, sob comando de Loison (Gaspar, 2007). Neste percurso, os

⁶⁶ Mais amplo mas mais áspero, segundo Sepúlveda (1932: 16). Ver Fig.2 do Apêndice 10.

⁶⁷ Ou Vendas Novas, segundo Sepúlveda (1932: 16).



franceses transpuseram os rios Lória, Ocreza⁶⁸ e Alvito com dificuldades e atravessaram os desfiladeiros estreitos e escarpados das Talhadas (as gargantas de Montegordo e Milheiriça) até à Sobreira-Formosa, onde passaram uma noite. Segundo Nunes, Thiebault ficou impressionado com as Portelas da Serra das Talhadas, pelo que escreveria mais tarde que as considerava inexpugnáveis (o que nos confirma o seu valor como obstáculo), bastando cerca de 2000 homens aí colocados para aniquilar todo o exército francês (2004a: 48). O restante trajecto até Abrantes foi igualmente difícil, feito sob chuva intensa e com os invasores enxugando-se em fogueiras e alimentando-se de bolotas, além de perseguidos pelos habitantes locais que matavam os transviados e retardatários, “(...) *era a miséria e o terror (...)*” (Sepúlveda, 1932: 16).

Na manhã de 24 de Novembro, a invasão chegou a Abrantes, de forma dispersa, desordenada, os militares famintos, rotos, sem poder sequer utilizar as munições, que estavam molhadas (Nunes, 2004a: 50). A 3ª Divisão, a Cavalaria e cerca de 1200 homens foram retidos ou deixados para trás. Junot tinha estimado que não chegavam a Abrantes antes do dia 27 ou 28. Em Abrantes, o General escreveu a Napoleão informando-o do estado das tropas e queixando-se dos escassos recursos existentes na Comarca, que tinha sobreavaliado. Durante a curta estadia, enviou uma comunicação para Lisboa prometendo chegar a Lisboa em quatro dias⁶⁹ (Sepúlveda, 1932: 17-18). No dia 25, ordenou ao General Carrafa que se dirigisse para o Porto, por Tomar e Leiria. Desta forma, Junot livrou-se das tropas espanholas, que poderiam tornar-se politicamente embaraçosas na chegada a Lisboa, e garantiu a conquista da Província d’ Entre Douro e Minho, pois o General Taranco, a quem tinha sido confiada esta missão, ainda nem sequer a iniciara (Nunes, 2004a: 50).

Com as tropas alimentadas e calçadas⁷⁰, Junot reiniciou a marcha em direcção a Lisboa no dia 26, confiante no êxito da expedição. Em Punhete, construiu uma ponte sobre o rio Zêzere a partir de barcas aí abandonadas desde 1801 (Sepúlveda, 1932: 20), completando a travessia no dia seguinte. No Cartaxo foi informado, no dia 28, da partida da família Real para o Brasil (Serrão, 1989: 22). Chegou a Sacavém no dia 29, cerca das 22 horas, onde escreveu uma proclamação aos habitantes de Lisboa informando que o Exército francês vinha para os salvar dos seus inimigos, os ingleses (Sepúlveda, 1932: 24). Quando Junot entrou em Lisboa, no dia 30, contava apenas com cerca de 1500 homens, “(...) *os restos de quatro batalhões*

⁶⁸ Com grande dificuldade, numa barçaça que, segundo Sepúlveda, apenas tinha capacidade para dois homens e quatro cavalos de cada vez (1932: 16).

⁶⁹ No dia seguinte à recepção desta carta em Lisboa, o Príncipe Regente D. João decidiu o embarque da Casa Real e de grande parte da Corte para o Brasil (Sepúlveda, 1932: 17-18)

⁷⁰ Segundo Gaspar, Junot exigiu cerca de 14000 pares de sapatos em Abrantes. Este valor não é fidedigno pois existem autores que arrogam outras quantidades (Gaspar, 2007).



(...)” (Sepúlveda, 1932: 24) e quase todos em “(...) *condições físicas deploráveis*.” (Teixeira, 2007).

Desde a fronteira francesa até Lisboa, percorrerá cerca de 1030 km⁷¹ em 43 dias. Os primeiros 480 km foram percorridos por estradas principais, à média de 19 km por dia. Mas, após receber a ordem para se apressar, percorreu os cerca de 547 km restantes por estradas secundárias, à velocidade média de 29 km por dia, quase destruindo o seu exército (Glover, 2001: 27). O que os franceses ganharam em rapidez perderam em surpresa, pois a família real tinha partido para o Brasil (Barata, 2004: 47).

O Exército Franco-Espanhol instalou-se em Portugal com o seguinte dispositivo: as tropas francesas com a Divisão de Laborde em Lisboa; a Divisão de Travot guarnecendo as Fortalezas da Barra, Cascais e margens do Tejo até à foz; a Divisão de Loison defendendo a costa a Norte de Cascais e o litoral Oeste, um Batalhão a guarnecer Almeida e dois Batalhões a estabelecer segurança nas alturas da margem sul do Tejo. Quanto às forças espanholas, a Divisão de Solano ocupou as regiões do Alentejo e do Algarve, a Divisão de Taranco estabeleceu o seu QG no Porto, onde assumiu, em nome do rei da Etrúria, o governo da «Lusitânia Setentrional», cumprindo o Tratado de Fontainebleau. Mais tarde, com a retirada do General Solano para Espanha, as tropas francesas ocupariam também o Alentejo e o Algarve (Santos, 1979a: 178). Os próximos passos de Junot foram no sentido de desarmar a Nação, cumprindo um dos objectivos da sua missão. Assim, tratou de licenciar muitas tropas de Linha; dissolveu as Milícias e as Ordenanças; criou a Legião Portuguesa, sob comando do Marquês de Alorna, e enviou-a, em Março de 1808, para o centro da Europa a fim de engrossar o Exército napoleónico, afastando assim alguns dos melhores militares do Exército português (Selvagem, 1931: 497).

Seguiu-se o «reinado» de Junot, que durou até 13 de Setembro de 1808, data em que os franceses embarcaram em Lisboa para regressar a França, cumprindo o estipulado na Convenção de Sintra (30 de Agosto de 1808), acto que oficializou a derrota da invasão Franco-Hispânica de 1807 em Portugal (Selvagem, 1931: 505).

Os acontecimentos que se seguiram, como a ocupação de Espanha pelos Exércitos napoleónicos, a forçada abdicação de Carlos IV ao trono espanhol para o seu filho Fernando VII, a investida de Murat sobre Madrid, a consequente prisão de Carlos IV e de Fernando VII e a ocupação do trono por José Bonaparte, irmão de Napoleão, rei de Espanha, não serão aqui desenvolvidos. Em 2 de Maio de 1808 (Selvagem, 1931: 498), ocorreram diversos massacres em Espanha, entre os quais sobressai o de Aranjuez, operado por Murat. Este massacre

⁷¹ Valor original em milhas, tendo sido convertido à razão de 1, 609 km por cada milha terrestre.



despoletou a insurreição espanhola contra a ocupação francesa, conduzindo à primeira derrota⁷² militar francesa, em Bailen, na Andaluzia. Talvez por influência directa, foi também neste ano que o movimento de revolta em Portugal e o apoio inglês à causa portuguesa e espanhola se concretizaram. No caso português, o apoio tornou-se efectivo através do desembarque inglês na costa portuguesa, em Lavos, junto a Buarcos (01 de Agosto de 1808), que fez alterar as prioridades de Junot em Portugal. Este passou para segunda prioridade a terrível repressão que desencadeara, em especial, no Alentejo. O desembarque do contingente britânico, cujo comandante era o Almirante Darlymple, foi executado após diversas tentativas: em Espanha, em que a Junta da Corunha negou o desembarque de tropas solicitando apenas dinheiro e munições; no Porto, em que as impressões de Wellesley não foram as melhores quanto à qualidade das tropas ali reunidas pela Junta do Porto; em Lisboa, blindada pelos franceses e em Lavos, onde foi possível, protegido pelas acção das Milícias que controlavam a área de Coimbra, permitindo que o desembarque decorresse durante cinco dias, sem oposição (Nunes, 2004a: 65).

As conversações de Wellesley com o General Bernardim Freire; os combates da Roliça e do Vimeiro; a expulsão das tropas de Junot; a reorganização do Exército Português operada em 1808 por John Moore, nomeado Comandante em Chefe do Exército Português após o regresso do Tenente-General Arthur Wellesley a Inglaterra; e os combates que se seguiram em Espanha, comandados pessoalmente por Napoleão, entretanto chegado a Espanha (5 de Novembro de 1808) (Azeredo, 1984: 56), que resultaram na expulsão dos ingleses da PI, não serão aqui desenvolvidos, tal como outros acontecimentos que ocorreram até ao início da invasão do Marechal Soult em Portugal, o tema do nosso próximo subcapítulo.

b. A várzea de Chaves no contexto da Invasão de Soult

“Quando se movimentam as tropas, é essencial conhecer de antemão as condições do terreno.”

Sun Tzu (Europa-América, 1988?: 49)

Após expulsar o Corpo Expedicionário de Sir John Moore da PI, que embarcou na Corunha, em 15 Janeiro de 1809, o Marechal Nicolas Jean de Dieu Soult, Duque da Dalmácia, ficou com o domínio absoluto da Galiza. No cumprimento das últimas ordens de Napoleão, Soult preparou a invasão a Portugal. O objectivo final seria Lisboa, marchando sobre o Porto (Azeredo, 2005: 142).

Repare-se que a invasão previa penetrar numa das entradas da fronteira setentrional portuguesa utilizando o Eixo do Norte (EA C) para atingir o Porto, atravessar o Douro para Sul

⁷² Os franceses, comandados pelo General Dupont, tiveram de se render às forças do General Castaños, na Andaluzia (Vicente, 2006b): 83).



e continuar a progressão no sentido PORTO-AVEIRO-COIMBRA-LEIRIA-LISBOA, em terreno adequado a movimentos após o Douro.

Soult comandava forças que compreendiam parte do seu 2º CE, com efectivos da ordem de 24000 homens⁷³ e organizado em quatro Divisões (Merle, Mermet, Heudelet e De Laborde), uma Divisão de Cavalaria Ligeira (Franchesi) e 2 Brigadas de Dragões (La Houssaye e Lorges)⁷⁴, Artilharia reduzida, dois Destacamentos de Sapadores, cedidos pelo Marechal Ney, e tropas do 8º CE, dissolvido após a invasão de Junot. O efectivo de cada Divisão rondava os 10000 homens e o das Brigadas aproximadamente 5000 homens⁷⁵ (Nunes, 2004: 134). Quase todos os Oficiais do seu Estado-Maior tinham integrado o Estado-Maior de Junot na invasão de 1807-08. Soult instalou o seu QG em Santiago de Compostela e implementou o seguinte dispositivo: a Divisão Mermet em Betanzos, protegendo a retaguarda enquanto não fosse substituída por Ney; a Divisão⁷⁶ La Houssaye em Ribadavia e Salvatierra; a Divisão Franchesi ocupou posições até ao rio Minho, em Tuy; e a Divisão Merle ocupou posições em Pontevedra. Este dispositivo era vantajoso, em termos de escalonamento, para a futura progressão para Portugal, e adequava-se à sustentação logística⁷⁷ pela exploração dos recursos naturais da região (Nunes, 2004b: 74). As ordens para a invasão previam a conquista do Porto, não antes de 5 de Fevereiro, e a de Lisboa, não antes de 16 do mesmo mês (Nunes, 2004b: 76).

Napoleão detalhou em carta⁷⁸ o seguinte plano: Soult não deveria iniciar a invasão sem antes ceder a Ney dois Regimentos de Cavalaria Ligeira que ficariam em reserva na Corunha, o General Loison e outros militares franceses que tinham estado em Portugal sob as ordens de Junot, ir-se-iam juntar a Soult a fim de o informar sobre o País; a expedição de Soult seria conjugada com a manobra do Duque de Bellune (General Victor). Este, com o seu CE concentrado em Mérida, conduziria uma manobra de diversão, atacando no Alentejo para apoiar a penetração de Soult em Portugal; a Divisão do General Lapisse e a Brigada de

⁷³ Para Carlos Azeredo o efectivo rondava os 23000 homens (1984: 58).

⁷⁴ Segundo Gotteri, eram 2 Divisões de Dragões (La Houssaye e Lorge) e uma Brigada de Cavalaria Ligeira (Francheschi) (2006: 238).

⁷⁵ Segundo Azeredo, quanto a serviços, o 2º CE tinha falta de médicos e cirurgiões a nível do Serviço de Saúde. Os serviços administrativos e logísticos encontravam-se também muito desfalcados. Parte da Artilharia e dos carros de bagagens tinham falta de cavalos. Soult tinha ainda dificuldades financeiras pelo que as requisições locais multiplicaram-se gerando insatisfação entre a população (1984: 58).

⁷⁶ Existe uma contradição nas páginas 74 (Divisão) e 134 (Brigada) da obra Nova História Militar de Portugal, pelo que se assume tratar-se de uma unidade de escalão Divisão.

⁷⁷ Embora a região fosse de terrenos pobres e montanhosos, sendo a agricultura essencialmente de subsistência, logo perante «as requisições» francesas as populações tornaram-se hostis e agressivas (Azeredo, 1984: 59).

⁷⁸ As ordens foram entregues através de carta endereçada a Soult, datada de 21 de Janeiro, enviada pelo General Alexandre Bherrier, Chefe de Estado-Maior de Napoleão, em cumprimento das ordens de Napoleão que deixou Valhadolid e regressou a França. A carta foi recebida por Soult em Ferrol, a 28 do mesmo mês (Azeredo, 1984: 53).



Cavalaria do General Maupetit, em Salamanca, marchariam sobre Ciudad Rodrigo e Abrantes, entrando pela Beira Alta, para reforçar as forças de Victor; a Divisão Lapisse protegeria o flanco esquerdo de Soult durante o seu movimento para Lisboa⁷⁹. As futuras ordens viriam de José Bonaparte, à data Rei de Espanha (Azeredo, 1984: 54).

Veríssimo Serrão sugere que para se compreender a invasão de Soult é necessário analisar os relatórios dos engenheiros franceses sobre as estradas da Galiza e de Leão. As informações neles contidas indicavam-nas como os melhores acessos ao Norte de Portugal. Os relatórios continham ainda informações sobre as vantagens e inconvenientes das possíveis áreas de penetração em Portugal, recomendando Valença, Chaves e Bragança como as melhores e reconheciam os obstáculos do rio Minho e das elevações do Nordeste transmontano como difíceis de transpor. As recomendações feitas a Soult sobre a melhor «porta de entrada» em Portugal recaíram sobre Chaves. Contudo, Soult executou várias tentativas para transpor o Minho visando iludir as tropas portuguesas sobre a verdadeira entrada escolhida (1989: 61-62).

Para Azeredo, Napoleão tinha alguma noção das dificuldades que o áspero terreno do Norte de Portugal ofereceria às movimentações militares, pelo que planeou a conquista de Lisboa através de movimentos executados ao longo da faixa litoral (1984: 56).

Cumprindo as ordens, Soult aguardou o reforço de Ney, uma vez que a guerrilha espanhola de La Romana, após o embarque de Moore, tinha-se refugiado nas montanhas entre a Galiza e Leão, a leste de Orense, ameaçando a sua retaguarda (Azeredo, 1984: 65).

Iniciou então os movimentos em 8 de Fevereiro, com cerca de 33000 homens (3000 de Cavalaria) e atingiu Tuy no dia 10⁸⁰ (Serrão, 1989: 62), enquanto a Divisão Mermet aguardou a chegada de Ney. Cerca de 16000 homens foram dispersados entre Santiago e Vigo, ocupando posições. Nesse mesmo dia, Soult desceu até La Guardia, onde efectuou reconhecimentos visuais às defesas portuguesas (Azeredo, 1984: 66).

Em Portugal, o General Bernardim Freire de Andrade e Castro, entretanto nomeado Comandante das forças portuguesas pela Junta do Porto, organizara a defesa. Ordenou os preparativos às unidades de Valença e Vila Real, em 10 de Fevereiro, e mandou destruir ou aprisionar todos os barcos existentes no Minho a fim de negar a sua utilização pelos invasores, pois Soult não dispunha de meios apropriados para a sua transposição (Azeredo, 1984: 68). Nesse inverno, o caudal do rio Minho tinha aumentado significativamente em consequência de fortes chuvas. No dia 15, chegou a Caminha um Batalhão de Infantaria de Linha, com duas peças de Artilharia, comandado pelo Tenente-Coronel⁸¹ José Joaquim Champaulimaud de

⁷⁹ Ver Fig.4 do Apêndice 10.

⁸⁰ Segundo Azeredo, Soult atingiu Tuy no dia 17 de Fevereiro (2005: 145).

⁸¹ Veríssimo Serrão afirma que Champaulimaud era Coronel (Serrão, 1989: 62).



Naussanne de Sousa Lira. Os fortes de Valença e Lovelhe (Vila Nova de Cerveira) receberam reforços de efectivo Companhia. O QG de Bernardim Freire foi instalado em Gafei, próximo de Valença (Azeredo, 1984: 66).

No início de Fevereiro, enquanto a Artilharia de Camaredo (Valença) repeliu navios franceses avistados na proximidade da foz do Minho, Soult iniciou uma série de tentativas frustradas para a transposição do rio, em Caminha, Vila Nova de Cerveira e Viana do Minho. O Marechal francês apercebeu-se que seria muito difícil penetrar nessas áreas e ordenou a concentração de forças junto a Orense⁸² (Serrão, 1989: 62-63). Decisão que conduziu as tropas francesas a uma das áreas mais acidentadas da Península, onde os caminhos eram raros e maus, para além da pobreza da região, um pormenor que dificultaria a subsistência das suas tropas (Azeredo, 1984: 72).

Soult permaneceu nove dias em Orense⁸³ (até 4 de Março), onde descansou as tropas e reuniu meios logísticos, gado e solípedes para os carros das bagagens e Artilharia. Neste período, a Cavalaria de Franceschi efectuou reconhecimentos à estrada de Monterey para Portugal (Azeredo, 1984: 75-76).

O Marechal planeou a ofensiva em três direcções: Montalegre, Vale de Perdizes e pela veiga de Chaves, ou seja, optou pelo EP do Tâmega em detrimento da penetrante do Vale do Lima (Azeredo, 1984: 76). No dia 10 de Março, partiu de Monterey e, finalmente, penetrou na fronteira Portuguesa pela brecha de Chaves. A defesa de Trás-os-Montes estava entregue ao Brigadeiro Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, que comandava cerca de 2800 homens, 60 soldados de Cavalaria e entre quatro a cinco mil Milícias; tinha o seu QG instalado em Chaves. Contudo, apercebeu-se do potencial de combate de Soult e teve consciência que Chaves não poderia resistir, pelo que tentou demover, sem sucesso, a população a abandonar Chaves, pois as possibilidades de se defenderem eram mínimas, já que a localidade se encontrava semi-arruinada, logo militarmente perdida (Azeredo, 1984: 83). De facto, Soult conquistou a vila com facilidade, no dia 12, enquanto Silveira se refugiou nas serras próximas de Vila Pouca de Aguiar. Outra força francesa tinha penetrado por Montalegre-Ruivães-Salamonde, dirigindo-se a Braga (Selvagem, 1931: 509).

Face ao avanço dos franceses, em Braga o General Bernardim Freire, avaliando que a cidade não seria defensável, recuou para Carvalho d' Este, sobre a estrada Chaves-Braga, onde

⁸² Soult tinha conseguido reunir cerca de 25 barcos na região de La Guardia e, no dia 13, tinha efectuado outra tentativa para transpor o rio Minho junto a Vila Nova de Cerveira, onde mais uma vez foi repellido. Tentou ainda em 16 de Fevereiro, fracassando de novo. Assim, o Marechal decidiu que também não seria neste local que a travessia da fronteira seria possível, concluindo que a linha de invasão Caminha-Viana-Porto teria de ser abandonada (Azeredo, 1984: 71).

⁸³ Segundo Gotteri, Soult chegou a Orense em 25 de Fevereiro (Gotteri, 2006: 242).



esperava defender o Porto. Este acto resultaria na acusação de traição, despoletando a ira popular, que o mataria na Vila de Valongo⁸⁴ (Azeredo, 1984: 119). Entretanto, Soult atravessou Braga⁸⁵, deixando nesta uma Divisão, e transpôs o rio Ave com dificuldade, defendido pelos portugueses, atingindo a periferia do Porto a 27 de Março⁸⁶ (Selvagem, 1931: 509). Entretanto, o Bispo do Porto⁸⁷ tinha solicitado reforços a Beresford⁸⁸ e a Craddock⁸⁹, mas em Lisboa nada foi feito, receando-se o ataque de Vítor à capital, pelo Alentejo. O ataque ao Porto durou cerca de 6 horas, sendo conquistado a 29 de Março⁹⁰ (Goterri, 2006: 245).

Em 12 de Abril, Loison abandonou Penafiel por questões de segurança e Silveira ocupou-a. Para Soult, Silveira era a sua maior ameaça e, considerando-o perigosamente perto do Porto, resolveu afastá-lo. Para tal, encarregou Delaborde de ocupar a linha do Tâmega. Perante o avanço francês, em 15 de Abril, Silveira retirou de Penafiel e dirigiu-se a Amarante, bloqueando a ponte da vila até 2 de Maio. A perseguição continuou até Vila Real, onde cessou face à resistência popular (Goterri, 2006: 250). No Porto, Soult decidiu não avançar para Lisboa pois Silveira recuperara Chaves, desde 25 de Março, e cortava-lhe as linhas de comunicação com Ney. O Marechal decidiu então esperar pelo ataque de Victor, para depois tentar a junção de forças junto a Lisboa (Selvagem, 1931: 510).

Entretanto, o Exército Português, reorganizado desde o início de 1809, encontrava-se concentrado em Tomar. Confirma-se aqui a importância do objectivo-área de expectativa estratégica Abrantes-Tomar-Santarém no que respeita à possibilidade de manobrar para Norte ou Sul do Tejo. A partir desta posição, mantendo a vigilância na fronteira, monitorizava-se o possível ataque de Victor pelo Alentejo e simultaneamente, o melhor local para marchar para o Porto (Soult), ou para a Beira (Lapisse). Em meados de Abril, Wellesley tinha regressado a Portugal, desembarcando em Lisboa com cerca de 25000 homens. Na Guarda, o General Bacelar, com tropas de linha e um corpo de voluntários (cerca de 3000 homens), comandado por Robert Wilson, a que Carlos Selvagem designou por Real Legião Lusitana, defendia a fronteira Beiroa (Selvagem, 1931: 509).

⁸⁴ Foi substituído pelo Major inglês Elben, o seu Ajudante de Campo (Goterri, 2006: 243).

⁸⁵ Onde entrou a 20 de Março (Goterri, 2006: 243).

⁸⁶ Para António Vicente, Soult chegou diante do Porto a 24 de Março (2006b: 85). Para Azeredo, este acontecimento ocorreu a 27 de Março (1984: 119).

⁸⁷ As forças que defendiam o Porto rondavam os 6366 militares de linha, 25 cavalos da Guarda Real de Polícia, cerca de 3000 Milícias, que apenas dispunham de armas brancas, e cerca de 10000 ordenanças com poucas armas e antigas. Numa cintura, em redor da cidade, foram postadas cerca de 200 peças, obsoletas na sua maioria. O «comandante» desta defesa era o próprio Bispo do Porto, pois a população desconfiava dos militares (Azeredo, 1984: 119120).

⁸⁸ Nomeado Comandante do Exército Português desde 07 de Março de 1809 (Goterri, 2006: 248). Para Azeredo, Beresford assumiu o comando do Exército Português em 15 de Março (1984: 113).

⁸⁹ Comandante das forças inglesas em Portugal, desde 12 Dezembro de 1808 (Goterri, 2006: 239).

⁹⁰ Os habitantes, perante a derrota, fugiram na direcção da ponte sobre o Douro (Porto-Vila Nova de Gaia) e a confusão resultou em muitas mortes por afogamento no Douro (Goterri, 2006: 245).



Consequentemente, Wellesley coordenou com Beresford um plano que conduziu ao movimento do Exército Português e das forças de Wellesley para Norte, em direcção ao Porto, a fim de recuperar a cidade e expulsar os franceses. Assim, ambas as forças dirigiram-se para Coimbra, onde se encontravam o Coronel Trant e as suas milícias que, até então, tinham impedido o avanço de Soult para Sul do Vouga. Wellesley uniu aos Regimentos portugueses algumas milícias de Trant e atravessou o Vouga, em 9 de Maio, atingindo Vila Nova de Gaia no dia 11 (Selvagem, 1931: 510). Depois, com apoio dos populares, que cederam algumas embarcações, transpôs o Douro sem oposição, junto ao Seminário de Campanhã. Surpreendido, Soult ordenou a retirada por Valongo em direcção à fronteira, por NE (Vicente, 2007a: 67-68).

Beresford, que se separou de Wellesley após a travessia do Vouga, marchou directamente por Viseu-Lamego-Régua para cortar a retirada aos franceses pelo NE. Após a recuperação do Porto, Wellesley não iniciou de imediato a perseguição, o que permitiu que Soult seguisse pela margem direita do rio Sousa e atingisse Pombeiro, entre Amarante e Guimarães, onde concentrou as suas tropas. Loison chegou ao local, após abandonar Amarante, e Soult toma conhecimento que Amarante e Vila Real são controladas por Silveira, enquanto na Régua se encontram as forças de Beresford (Nunes, 2004c: 87). Wellesley, desconhecendo o itinerário de retirada de Soult, iniciou a perseguição, enviando uma Divisão pela estrada de Valongo-Penafiel para estabelecer as comunicações com Beresford e as restantes forças seguiram pelas estradas Porto-Barcelos e Porto-Trofa para impedir a possível retirada dos franceses pelo Minho. Soult, ameaçado por Wellesley, perante os bloqueios de Amarante, de Chaves, Vila Real e Régua, decidiu seguir em direcção à Póvoa de Lanhoso, em sentido inverso ao trajecto da sua entrada em Portugal. Os franceses passaram pela Póvoa de Lanhoso e dirigiram-se a Salamonde, com Loison na vanguarda, perseguidos de perto por Wellesley (Nunes, 2004c: 88-89). Foi então que apareceu um capador de porcos de Navarra e informou o Marechal francês acerca da estrada (...) *áspera, ínvia e abominável estrada de Montalegre (...)*”, onde só passavam homens e cavalgaduras (Selvagem, 1931: 511). Quase cercado e impedido de retirar com material pesado, Soult ordenou a destruição de carros e bagagens, Artilharia, pratas e móveis, retirados do Porto, junto à ponte do rio Sousa. Durante este trajecto, os franceses foram sofrendo ataques contínuos das guerrilhas transmontanas. No entanto, atingiram Montalegre, por onde saíram de Portugal, em 17 de Maio, e dirigiram-se a Orense, onde restabeleceram a ligação com o VI CE de Ney. Seguir-se-iam outras acções de guerrilha, desta vez perpetradas por La Romana, que forçariam à retirada dos franceses da Galiza, em princípios de Junho. A invasão malograra. Contudo, os franceses regressariam no



ano seguinte, para mais uma invasão em Portugal.

c. O “Exército de Portugal” de Masséna e o Eixo da Beira Alta

“Idêa do Plano de Deffensa d’esta Capital, pella qual se mostrarão as razões porque forão escolhidos os pontos que se andão fortificando e vão a fortificar; assim como o uso que se deve fazer destas fortificações, e utilidade que d’ellas se pode tirar para hua vigorosa deffença”

Plano da Deffeza de Lisboa (Sepúlveda, 1916: 324)

Napoleão considerava Portugal capital para o domínio da PI, pelo que sua conquista seria mais uma vez tentada em 1810 (Selvagem, 1931: 514).

Em 30 de Abril de 1810, o Marechal André Masséna⁹¹, Duque de Génova e de Rívoli, Príncipe de Essling, chegou a Bayona para assumir as funções de Comandante-em-Chefe do “(...) *exército de Portugal*(...)” (Goterri, 2006: 258). Este foi constituído com três CE (2º, 6º e 8º), comandados pelo General Reynier, Marechal Ney e General Junot, respectivamente. Tinha ainda forças de Cavalaria, pelo que o efectivo total rondaria os 65000 homens. A nomeação de Masséna, apesar de contrária à sua vontade⁹², não agradou a Ney e a Soutl. Ney desejava sobretudo servir “(...) *à vista do Imperador* (...)” (Goterri, 2006: 260), porque se tinha sentido como um subalterno de Soutl na invasão de 1809; por seu lado, Soutl tinha ciúmes da fama de Masséna. Com estas personalidades problemáticas, o mau resultado da campanha augurou-se desde o início. Acrescente-se que Soutl e as tropas do 2º CE, talvez ainda não tivessem recuperado do desgaste sofrido na campanha de 1809 (Goterri, 2006: 258-261).

O plano da nova invasão consistia numa ofensiva simultânea com os três CE no ataque principal, pelo EA da Beira Alta (Almeida–Viseu–Coimbra–Leiria–Lisboa), e um CE, no ataque secundário, pelo EA do Alentejo (EA A). Lisboa seria mais uma vez o objectivo final. Masséna iniciaria a ofensiva tomando Ciudad Rodrigo e Almeida, praças junto à fronteira. Depois, marcharia pelo vale do Mondego em direcção a Lisboa. Enquanto isso, o CE de Soutl atacaria pelo Alentejo para destruir quatro Brigadas sob comando de Hill, sediadas em Elvas⁹³, e ameaçaria Lisboa pela margem Sul do Tejo (EA A2: Elvas – Estremoz – Lisboa (por Arraiolos – Vendas Novas ou por Moura – Coruche) (Selvagem, 1931: 514). Nesta invasão, seguindo pelo EA A2, Soutl enfrentaria o Guadiana como obstáculo, as forças na praça de Elvas, a mais importante do País⁹⁴, e colocaria à prova o valor do Tejo. Quanto ao Guadiana, este poderia ser simplesmente atravessado na ponte que interliga Badajoz e Elvas e, depois de controlada esta passagem, a invasão apenas poderia ser, quase certamente, detida no Tejo, cujo valor como obstáculo junto a Lisboa é enorme, logo difícil ou impossível de transpor sem

⁹¹ Nomeado por Napoleão, em 17 de Abril (Oliveira, 2008: 172).

⁹² Masséna tinha 54 anos e afirmou, em Salamanca, perante os seus Generais que se sentia “(...) *demasiado velho e fatigado* (...)” (Pires, 2005: 342).

⁹³ Duas inglesas e duas portuguesas (Selvagem, 1931: 514).

⁹⁴ Permite controlar o EP Badajoz-Elvas.



meios especiais.

Napoleão, preocupado com as condições meteorológicas e a logística da campanha, instruiu Masséna para que a invasão fosse iniciada depois do verão, em “(...) *Setembro, depois dos calores e, sobretudo, após as colheitas (...)*” (Gotteri, 2006: 258), e depois de conquistar Ciudad Rodrigo e Almeida. Entretanto, o Marechal francês marchou para Castela-a-Velha, no início de Maio, reencontrando Junot, em Valhadolid, e Ney em Salamanca (Gotteri, 2006: 260).

Em Portugal, o Tenente-General Arthur Wellesley, comandante⁹⁵ do Exército Anglo-Português⁹⁶, tinha conduzido, nesse ano, treinos militares e de disciplina intensos para aumentar a proficiência das tropas. Este coordenara ainda, desde o início do ano, o levantamento, em sigilo, das Linhas de Torres Vedras, linhas fortificadas construídas no perímetro defensivo de Lisboa⁹⁷, cuja ideia não era nova⁹⁸. As obras tinham demorado, até então, cerca de sete meses. Em 01 de Novembro de 1810, Wellesley iria registar a ocupação de 108 fortes, 151 redutos, revelins e diversas baterias destacadas, entre outras posições. As linhas, em número de três, foram construídas entre a foz do rio Sizandro, em São Pedro da Corriara (Torres Vedras) e as Alturas de Alhandra do Ribatejo. A sua defesa iria envolver cerca de 68665 homens e 1067 peças de todos os calibres. Um intenso recrutamento, ordenado pelo Conselho de Regência em 1810, tinha elevado o efectivo do Exército de Linha para cerca de 51840 homens e 4470 cavalos, e 52 Batalhões de Milícias (Sepúlveda, 1916: 343). Estes valores representavam um considerável esforço do País na medida em que, como se observou, a população portuguesa rondaria os três milhões habitantes (Selvagem, 1931: 515). Para Gotteri, “(...) *Portugal estava em armas pela independência (...)*” (2006: 259).

Julga-se inevitável perguntar que critérios terão levado à selecção do terreno onde foi construído este campo entrincheirado para a defesa de Lisboa?

Primeiro, devido às características da Serra de Montejunto e da Serra do Barregudo, anteriormente explicadas. Depois, o Tejo, a Este, e o mar, a Sul, isolam Lisboa. Finalmente, não esqueçamos o poder naval britânico que, para além de apoiar a defesa, auxiliaria também na retirada dos ingleses, os quais combatiam pelos interesses da Grã-bretanha, mas não decisivamente, e por certo não esqueceram a expulsão da PI, em 1809.

⁹⁵ Nomeado Marechal-General do Exército Português por D. João, em 6 de Julho de 1809.

⁹⁶ Em 1810, existiam mais de 150000 homens nas Forças Armadas em Portugal, apenas contabilizando o Exército de Linha e os Regimentos de Milícias (Pires, 2006: 16).

⁹⁷ A construção das Linhas de Torres Vedras iniciou-se em Outubro de 1809 e durou cerca de um ano a ser concluída (Pires, 2005: 344).

⁹⁸ “*Segundo o historiador Lopes de Almeida (...)* surgira no século VII.” (Oliveira, 2008: 171); e a base cartográfica em que foi apoiada a sua construção parece ter sido a Carta Topográfica Militar do Terreno ao Norte de Lisboa (1808-1809) e a respectiva memória que a acompanhava, de Neves Costa.



Wellesley, inicialmente no Alentejo, tinha colocado forças nas margens do Côa, esperando o ataque de Masséna pela Beira Alta. Entretanto, aguardou até confirmar a manobra de Masséna e, avaliando que Soult, invejoso de Masséna, não atacaria no Alentejo, para além de que, em caso de invasão pelo Sul, esta teria de atravessar o Tejo, onde se encontrava a Esquadra Inglesa, ou em caso da travessia ser executada antes de Alhandra, esta esbarraria nas linhas de Torres Vedras, dirigiu-se para Viseu, onde montou o seu Quartel-General (Selvagem, 1931: 515).

A ofensiva iniciou-se em fins de Junho, com o 6º a sitiar Ciudad Rodrigo, que era defendida por cerca de 8000 espanhóis (Selvagem, 1931: 515). O Governador da Praça ainda solicitou o reforço dos Anglo-Portugueses, contudo, não lhe foi fornecido. A praça foi conquistada em 10 de Julho e Masséna preparou-se para conquistar Almeida (Goterri, 2006: 262).

As forças Anglo-Portuguesas⁹⁹, que se encontravam junto à linha da fronteira, no dia 21 de Julho, retiram para a margem Oeste do rio Côa. O seu Comandante, o General Craufurd, tinha instruções para não se empenhar decisivamente mas, contrariamente às ordens de Wellesley, preparou-se para a batalha. No dia 24, sob forte chuva, os ingleses são surpreendidos por um ataque com cerca de 20000 franceses. Têm baixas numerosas mas, Craufurd decidiu defender a posição. Porém, a defesa tornou-se insustentável e os franceses apoderam-se da ponte sobre o Côa¹⁰⁰, a única numa distância de muitos quilómetros. O rio nesta região tem a corrente muito forte e margens rochosas, pelo que sem a ponte a sua transposição teria sido muito complicada (Burnham, coop 1995-2004).

Na Praça de Almeida encontravam-se cerca de 4000 homens, sob comando do Tenente-Coronel Cox. Os franceses cercaram-na. Os portugueses estavam decididos a resistir, porém, três dias após o início da batalha, um paiol explodiu, facilitando a conquista da Praça em 28 de Agosto (Selvagem, 1931: 515). Entretanto, o 2º CE foi posicionado junto a Alcântara para ameaçar Portugal (Goterri, 2006: 258). Segundo a *“Relation de quelques évènements remarquables de la Campagne de Senaèna en Portugal, par un officier qui accompagna l’armée française”* (Sepúlveda, 1916: 40), os efectivos do Exército de Masséna, após a conquista de Almeida, eram os seguintes: o 2º CE com 17000 homens, comandado por Reynier, o 6º CE com 19000 homens, com Ney no comando, o 8º CE com 27000 homens, comandado de Junot, e forças de Cavalaria com 5600 homens, sob comando do General Montbrum, totalizando 68000 homens (Sepúlveda, 1916: 64).

⁹⁹ Constituídas por uma Divisão Ligeira com 5 Batalhões de Infantaria (cerca de 4200 homens), dois Regimentos de Cavalaria Ligeira (cerca de 800 homens) e uma Bateria da Artilharia a cavalo (cerca de 6 peças) (Burnham, coop 1995-2004).

¹⁰⁰ Ver Fig.5 do Apêndice 10.



A partir de Almeida, tendo Lisboa como ponto de chegada, só havia duas estradas razoáveis: a primeira, mais curta, pela Guarda-Abrantes, seguindo depois pelo vale do Tejo. Nesta, Wellesley posicionou duas Divisões com ordens para destruir todas as pontes; a segunda seguia pelo vale do Mondego, em direcção a Coimbra. Curiosamente, Masséna não seguiu por nenhuma delas (Oliveira, 2008: 173).

Em 16 de Setembro, Masséna iniciou movimentos para o interior de Portugal, dirigindo-se para Coimbra. Wellesley, encontrando-se em Viseu, retrocedeu para a Serra do Buçaco, onde chegaria a 26 de Setembro, e tirando partido de melhor conhecimento do terreno, ocupou a crista da Serra, e esperou o ataque (Vicente, 2007a: 70). Entretanto, Masséna avançou por Celorico, Fornos de Algodres e atingiu Viseu no dia 20. O burgo estava deserto, o que criou dificuldades ao Marechal, necessitando de um guia para lhe indicar o caminho para Coimbra, porque não dispunha de mapas rigorosos. Uma outra coluna, a das equipagens, seguiu por Pinhel-Trancoso, sendo atacada antes de chegar a Viseu, pelas milícias do Coronel Trant, pelo que só a atingiu no dia 23. Masséna decidiu assim, seguir uma estrada pela margem esquerda do Vouga, aparentemente a melhor, em direcção a Tondela, onde chegou no dia 25. O burgo estava igualmente deserto. Partiram a 26, dirigindo-se a Mortágua, onde passaram outra noite. No dia 27 de Setembro de 1810, Masséna atingiu o Buçaco, onde Wellesley tinha montado a defesa. Travou-se, então, a batalha, sob forte nevoeiro, que ficou conhecida na História com o nome desta Serra. O seu resultado saldou-se por uma derrota francesa (Sepúlveda, 1916: 41-42). Na verdade, o Buçaco relevou-se uma barreira natural quase intransponível, onde os Anglo-Portugueses causaram cerca de 4500 baixas aos franceses. Entre portugueses e ingleses as baixas foram semelhantes: cerca de 600 para cada lado, que levaria a historiadora de Wellington, Elisabeth Longford, a escrever “(...) *partilha exacta de baixas e de valor (...)*” (Longford, citado por Oliveira, 2008: 173).

Masséna só teve conhecimento da estrada de Boialvo no dia 28. Enquanto isso, Wellesley, para evitar ser envolvido, tal como lhe acontecera em Talavera, retirou. A estrada de Boialvo permitiu que os franceses ultrapassassem o Buçaco e prosseguissem para Coimbra, num movimento que iniciaram cerca de uma hora da manhã do dia 29. Em Coimbra, Wellesley aconselhou a população a abandonar a cidade, pondo a salvo pessoas e bens, e recuou para as Linhas de Torres Vedras, onde chega no dia 8 de Outubro (Vicente, 2007a: 70). Os franceses, no movimento para Coimbra, foram continuamente submetidos à pressão das Milícias, que atacaram sucessivamente a sua retaguarda. Entretanto, Masséna atingiu Coimbra em 01 de Outubro, que estava deserta, seguindo-se os saques e a pilhagem. O Marechal francês manteve-se na cidade até 4 de Outubro, após o que iniciou o movimento para Sul e, passando



por Pombal, atingiu Leiria, no dia 6. No dia seguinte seguiu por Aljubarrota, Rio Maior e atingiu Vila Franca, sob forte chuva (Sepúlveda, 1916: 44-48). Após a partida dos franceses, Trant e as Milícias ocuparam Coimbra e, eficazes a cortarem todos os caminhos onde poderiam passar os correios franceses, fizeram com que Masséna perdesse as comunicações. Entretanto, Masséna, com cerca de 40000 homens, não conseguia entender a lógica de Wellesley. De facto, o Exército Anglo-Português deslocava-se à frente da população, que fugia em direcção a Lisboa, recusando sistematicamente a batalha (Oliveira, 2008: 174).

A 12 de Outubro, a vanguarda de Masséna atingiu Sobral de Monte Agraço, deparando com as linhas de fortificação de Torres Vedras. Wellesley tinha concentrado forças no Monte Agraço, pois este é uma elevação que sobressai entre todas as vizinhas. Fora também construída uma estrada pavimentada, que ligava o sopé do Monte Agraço a quatro redutos situados no cume. Entre estes, o mais importante, o Forte 14, tinha sido guarnecido com cerca de 1590 soldados de Infantaria e 25 peças de artilharia. Os Fortes 15, 16 e 17, mais avançados, tinham necessitado de um menor número de homens e canhões. Wellesley tinha o seu QG instalado numa capela, que se situa num dos pontos mais elevados do Monte Agraço, e esperara o ataque de Masséna para o vencer, tal como no Buçaco (Oliveira, 2008: 176).

Chegado ao local e depois de efectuar reconhecimentos, Masséna deparou-se com o “(...) *formidável bastião de escarpas rochosas, coroado por uma linha tripla de fortificações que barrava o acesso a Lisboa, (...)*” (Goterri, 2006: 265). O próprio Tejo encontrava-se pejado de canhoeriras até ao mar. Perante a grandeza da obra ali construída, sentiu-se incapaz de ousar o ataque com os seus cerca de 36000 homens fatigados, famintos e desmoralizados. Enviou, por isso, o General Foy a Paris para solicitar a Napoleão que Soult viesse em seu auxílio, o qual continuava inactivo em Espanha, ou o envio de reforços. Masséna tentou passar o Tejo para a margem Sul, na região de Chamusca; contudo, os barqueiros destruíram todas as embarcações. Impotente, retrocedeu para a zona de Santarém, na noite de 14 para 15 de Novembro, montando o QG em Torres Novas, onde esperou por reforços. Wellesley avançou para Norte e instalou o seu QG no Cartaxo, mantendo a vigilância. Em França, Napoleão tomou conhecimento da situação e enviou ordens a Soult para que atacasse em apoio de Masséna. Enviou ainda para Portugal o 9º CE em reforço, sob comando do General Drouet. Ao receber as ordens do Imperador, Soult acabou por atacar no Alentejo, mas os combates em Olivença e Badajoz iriam demorá-lo até Março de 1811. Uma Divisão francesa, com cerca de 6000 homens do 9º CE, chegou a Leiria em fins de Dezembro, onde instalou o QG. Contudo, o General Drouet tinha ordens para manter Almeida e não para reforçar Masséna (Goterri, 2006: 266).



A explicação chegou em 5 de Fevereiro, com o General Foy, que trouxe a resposta de Napoleão; o Imperador estipulara que a conquista de Lisboa seria substituída por uma “(...) *guerra de obstinação* (...)” (Goterri, 2006: 267). A estratégia napoleónica tinha-se alterado. Em vez da conquista, Napoleão pretendia fixar as tropas inglesas em Portugal para evitar que fossem empregues noutra parte da Europa.

Em 4 de Março de 1811, sem reforços¹⁰¹ e tendo esgotado todos os recursos, Masséna acabou por ordenar a retirada em direcção a Pombal. Esta percorreria o sentido inverso à marcha que realizara na aproximação a Lisboa (Selvagem, 1931: 517); uma retirada francesa que foi sendo monitorizada de perto por Wellesley. Entretanto, Ney garantia a guarda da retaguarda, combatendo em Pombal, em 11 de Março, e na Redinha, em 12 de Março, revelando qualidades de grande comandante (Goterri, 2006: 268). Com Coimbra ocupada por Trant, os franceses rumaram em direcção ao rio Alva, atravessando Casal Novo e Miranda do Corvo, onde se travaram novos combates, em 14 de Março. Depois, seguiram pela Foz do Arouce e Ponte de Mucela, junto ao Alva. Entretanto, o antagonismo entre Ney e Masséna intensificava-se, chegando mesmo o primeiro a não cumprir ordens de Masséna, agudizando o clima de tensão (Goterri, 2006: 268). O rio Alva foi transposto de 17 para 18 de Março, seguiram pela margem direita do rio e atingiram Celorico no dia 22, onde descansaram as tropas. Os franceses retirariam de Celorico directos à fronteira, entre Almeida e Ciudad Rodrigo. Neste local, Masséna ainda tentou recomeçar a campanha, mas a oposição que encontrou nos seus Generais inviabilizou qualquer acção nesse sentido (Vicente, 2007a: 71). A fronteira acabaria por ser atravessada pelos franceses a 5 de Abril de 1811, colocando um ponto final na invasão (Teixeira, 2007).

5. Conclusões

Na introdução revelou-se a tónica que demarcou o desafio deste trabalho: a abordagem histórico-geográfica e militar. Assim, guiados pelas palavras-chave que o tema comporta - História, Geografia e Militar - preparou-se um estudo que percorreu as ciências da Geografia e da História Militares, associando-lhes as campanhas militares da GP.

Abordadas que foram as três invasões a Portugal no período de 1807 a 1811, ao longo das quais se realçaram aspectos da ZOT, importantes no âmbito militar, enquanto condicionadores e catalisadores dos movimentos executados nas campanhas, ressalta a utilização de quase todos os EA da ZOT, o que permite uma análise global do conjunto.

A invasão de 1807 possibilita salientar os seguintes aspectos: primeiro, não foi

¹⁰¹ Entretanto em Espanha, Soult sitiava Badajoz, que apenas cedeu a derrota em 10 de Março, cerca de 5 dias após a decisão de Masséna de retirar (Goterri, 2006: 268).



oferecida qualquer resistência por forças militares, face ao enfraquecimento do Exército Português, em especial desde o final da Guerra das Laranjas, talvez um ensinamento de natureza político. A penetração pela Beira Baixa, seleccionada por Napoleão, apoiou-se numa ponte (ponte de Segura), o que reforça a importância que determinadas pontes podem ter para as operações militares. A situação poderia ter tido outros contornos se tivesse sido montada uma defesa apoiada no rio Erges, controlando o acesso a esta ponte. O factor tempo condicionou decisivamente a execução desta invasão, levando Napoleão a ordenar que Junot atingisse Lisboa a tempo de impedir a viagem de D. João para o Brasil, facto que pesou na selecção do Eixo da Beira Baixa, o menos extenso até Lisboa, para realizar a progressão em detrimento do eixo inicialmente escolhido, EA B. Contudo, a natureza do terreno e a hidrografia do eixo estremenho ofereceram enormes dificuldades aos movimentos, tornando-os lentos e penosos, um facto que Thiebault evidenciaria nas suas memórias. Dos obstáculos do EA H, mais difíceis de contornar, destaca-se a Serra das Talhadas e o Zêzere, que foi transposto com recurso a uma ponte de barcas e, conseqüentemente, o seu valor como obstáculo não foi testado. A logística foi outra das áreas de planeamento que também não foi convenientemente estudada, na medida em que se baseou em pressupostos optimistas, ou seja, em pouca informação sobre as regiões por onde as tropas se iriam deslocar, tendo-se estimado que tal não iria afectar os movimentos, o que na verdade aconteceu. Outro detalhe prende-se com as condições meteorológicas sentidas durante a invasão, onde as fortes chuvas desse Outono de 1807 criaram torrentes que encheram os rios e riachos, dificultando a sua transposição, para além do incómodo e das doenças que o frio e a chuva potenciaram. Outro aspecto a destacar foi a acção subversiva da população contra os invasores ao longo dos movimentos pela Beira Baixa, a qual contribuiu em grande medida para o seu desgaste. Nesta invasão, o valor do terreno da periferia de Lisboa não foi testado.

Assim, Junot utilizou integralmente o EA H, o qual compreende uma série de obstáculos de valor ao longo do percurso que atravessa que, se tivessem sido explorados defensivamente, supostamente teriam sido suficientes para travar a invasão, a crer pelo estado físico das forças que atingiram Lisboa. Finalmente, considera-se que Junot não alcançou os principais objectivos da campanha, pois não conseguiu aprisionar o Príncipe Regente, nem capturar a frota portuguesa.

Quanto à invasão de 1809, esta evidenciou nitidamente as características da região a Norte do Douro anteriormente identificadas. Para Azere do, Napoleão escolheu a faixa da Orla Mezo-Cenozóica ocidental como EA a utilizar devido à sua planura, facilitadora da progressão. Contudo, o Imperador parece não ter atendido à natureza geográfica e demográfica da região



do Norte de Portugal (1984: 56). A sua faixa litoral apresenta obstáculos de valor aos movimentos - os rios Minho, Douro e Mondego. De facto, Soult teve de tornejar o curso inferior do Minho, que não conseguiu transpor devido às características condicionadoras da sua foz, mas também pela acção defensiva das forças em Valença e Caminha. Assim, na prática, a invasão parou no Douro. A recuperação de Chaves e as acções do Brigadeiro Silveira em Amarante, que resultaram no corte das linhas de comunicação de Soult com o 6º CE de Ney, foram determinantes para o Marechal francês não prosseguir para Lisboa. Outra nota a destacar é a proximidade do EA C ao mar. Na época os ingleses tinham o controlo do mar e a utilização do EA C estava sujeita à permanente ameaça naval. Esta perspectiva é reveladora de uma estratégia napoleónica eminentemente terrestre, na qual o papel das forças navais não foi convenientemente considerado. Por outro lado, o áspero terreno da região a Norte do Douro foi amplamente confirmado, em especial, durante a retirada de Soult pela estrada de Montalegre. Efectivamente, as características do terreno, vales estreitos e difíceis, obrigaram Soult a abandonar o material pesado, que dificilmente poderia circular nos itinerários utilizados para a retirada. Finalmente, a acção dos populares, que pelas suas características de robustez à fadiga, acção coesa, fé e determinação, provocaram a inquietação e o desgaste contínuo dos franceses.

Finalmente a invasão de Masséna, a mais longa das campanhas napoleónicas em Portugal. Nesta, a defesa estava pronta. Wellesley, confrontado com o valor do terreno no interior do País, optou por acções de retardamento desde a fronteira até às Linhas de Torres Vedras. O General inglês não apoiou os espanhóis durante o cerco francês a Ciudad Rodrigo, pois certamente estimou que o resultado de um combate em terreno aberto contra os franceses podia ser nefasto, o que colocaria em risco o seu plano, preferindo resguardar-se em terreno montanhoso no interior de Portugal, mais vantajoso para o tipo de defesa que idealizara. Nesta invasão, reforça-se a importância da área Abrantes-Tomar-Santarém, onde Wellesley concentrou forças e aguardou até saber que EA os franceses iriam utilizar, o que confirma a sua importância estratégica. Este facto já tinha sucedido em 1809, uma vez que o movimento para a expulsão das forças de Soult foi iniciado em Abrantes, onde Beresford concentrou as forças do Exército Português. Outro apontamento prende-se com a ordem de destruição das pontes, nos itinerários que interligam a Guarda a Castelo Branco, pois a acção influenciou a não utilização do vale do Tejo pelos invasores, prosseguindo estes pelo EA B. Na invasão, os obstáculos naturais que mais se destacaram foram, na direcção de Lisboa: o rio Côa, as Serras do Buçaco, de Montejunto e a do Borrego, sendo que as duas últimas materializaram o local onde foram apoiadas as Linhas de Torres Vedras. No movimento de retirada, destaca-se o obstáculo que o rio Mondego constituiu, servindo de apoio à defesa de Coimbra. As Milícias



de Trant, que mais uma vez, actuando como forças irregulares, realizaram um papel de desgaste contínuo, contribuíram decisivamente para reduzir o moral dos invasores.

Assim, consideramos que a invasão de Junot foi condicionada pelo factor tempo disponível, que induziu Napoleão a escolher o EA H, mais curto em espaço até ao objectivo final e decisivo, Lisboa. Na invasão de Soult, os acontecimentos da Corunha influenciaram na selecção do EA C, o mais próximo dos invasores. O Marechal Masséna utilizou o EA B, o mais directo, pois embora seja o mais extenso para Lisboa, é o que apresenta menos condicionantes aos movimentos, possibilitando assim atingir a região de Lisboa em menos tempo e em melhores condições para a conquistar.

Assim, estamos em condições de validar a H3 formulada, pois o relevo e a hidrografia foram sem dúvida os aspectos geográficos essenciais que mais condicionaram as opções francesas e para a condução das invasões. De facto, Junot sentiu as agruras do eixo estremenho, Soult foi incapaz de vencer no Norte de Portugal e Masséna foi batido por duas vezes em terreno montanhoso.

Nas invasões de Junot, Soult e Masséna, Portugal foi invadido por diversos EA, de Norte a Sul do País, em que os diferentes aspectos geográficos das fronteiras e do interior foram testados de forma a obter resposta à questão que norteou este trabalho, a qual se relembra: *no contexto das invasões francesas em Portugal, em que medida a ZOT condicionou as operações militares no território continental?*

Formularam-se três hipóteses de trabalho, que se validaram, faltando apenas dar resposta à questão central enunciada, a qual se fundamenta com base no estudo efectuado.

As invasões francesas em Portugal, como são conhecidas, embora raramente tenham sido perpetradas unicamente por franceses, foram condicionadas pelas seguintes características da ZOT de PC:

A grande distância da ZOT à França. As longas linhas de comunicação francesas e, em especial, pela ameaça constante a que ficaram sujeitas em Espanha a partir de 02 de Maio de 1808, determinaram grandes dificuldades no apoio logístico às forças em Portugal.

A proximidade da ZOT ao mar. Esta permitiu que a Esquadra Naval britânica apoiasse continuamente as operações militares, quer no mar quer em terra. Este apoio traduziu-se não só em acções de apoio directo às operações terrestres, através do transporte de forças e de abastecimentos para alimentar a guerra.

As más condições da rede viária do País. Como se observou, Portugal tem uma faixa relativamente estreita, um facto hoje considerado uma vulnerabilidade, em especial devido à evolução dos meios de transporte e à melhoria das vias de comunicação do País. Na verdade, à



época, esta vulnerabilidade não foi notada porque a rede viária em nada facilitou a circulação e, pelo contrário, fazia aumentar a duração e penosidade dos movimentos.

As características da orografia da ZOT. Notou-se que, em especial, a região a Norte do Tejo é montanhosa, que se diferencia da região Sul e dos planaltos que abrangem grande parte da superfície de Espanha. Também os rios em Portugal se destacam dos rios espanhóis, dificultando a sua transposição de forma notória, como é exemplo o Tejo, talvez o maior obstáculo natural da ZOT, pois divide o País em duas regiões distintas, fazendo com que uma invasão que aborde Lisboa por Sul tenha fortes probabilidades de não ter sucesso devido à necessidade de o ter de atravessar para Norte. O rio Minho, junto à foz, o Douro, o Guadiana e de modo geral, os rios que correm a Norte do Tejo constituem bons obstáculos à progressão de forças invasoras. Entre os alinhamentos montanhosos, destacam-se a Serra de Montejunto e o seu prolongamento, a do Barregudo, que formam a cintura defensiva de Lisboa. As serras do Minho e Trás-os-Montes, por seu lado, oferecem uma barreira natural às invasões que utilizem o EA C, pois permitem defender contra invasores apeados que, circulando em vales estreitos, têm poucas hipóteses de penetrar com sucesso em Portugal, exceptuando a veiga de Chaves, talvez o ponto fraco na fronteira Norte do País.

As entradas naturais do Alentejo e da Beira Alta são as melhores do País para forças provenientes de Espanha. O EP da Beira Alta é onde se interliga o corredor natural mais directo de Portugal ao centro da Europa, segundo a direcção Bayona-Salamanca-Guarda.

Pode-se considerar que apenas a invasão de Junot, em 1807, teve sucesso, pese embora parcial e em consequência da manobra coordenada entre Lisboa e Londres que, na véspera da chegada do general francês a Lisboa, acordaram a transferência da Casa Real e da Corte portuguesa para as terras de Vera Cruz e induziram à não resistência. Apesar de algum sucesso inicial, as restantes invasões foram sucessivamente rechaçadas, inicialmente pelo povo e pelas Milícias, numa clara e espontânea manifestação de unidade e identidade nacional face à severidade dos invasores que se instalaram no País, depois, pelos contingentes militares portugueses e ingleses e, mais tarde, pelo Exército Anglo-Português.

Uma última nota nestas conclusões prende-se com a guerra subversiva. A população portuguesa demonstrou que após ter sido organizada, opôs uma resistência desigual aos franceses. Napoleão talvez desconhecesse ou menosprezou o povo português e a sua forma irregular de combater, um facto que se revelou fatal para as suas aspirações, pois o seu «pesado» aparelho militar não se coadunava com as especificidades orográficas e demográficas do território português.



Bibliografia

Livros

- ABREU, F. (2002). *Fundamentos de estratégia militar e empresarial*. Lisboa: Edições Sílabo.
- ALEGRIA, M. F. (1995). Aspectos da evolução da Cartografia portuguesa. Século XV a XIX. In *Os Mapas em Portugal. Da tradição aos novos rumos da Cartografia*. Lisboa: Edições Cosmos. Coordenação de Maria Helena Dias.
- AMARAL, M. (2005). PORTUGAL E AS GUERRAS DA REVOLUÇÃO, DE 1793 A 1801: DO ROSSILHÃO AO ALENTEJO. In *GUERRA PENINSULAR. NOVAS INTERPRETAÇÕES*. Lisboa: Tribuna da História. ISBN: 972-8799-33-0.
- AZEREDO, C. (1984). *AS POPULAÇÕES A NORTE DO DOURO E OS FRANCESES EM 1808 E 1809*. Porto: Museu Militar do Porto.
- BARATA, M. T. (2004). Um processo subversivo em marcha acelerada. Na hora da chegada. In *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN 972-42-3189-5. Direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira.
- CABRAL, M. (1932a). *Conferências sobre Estratégia*. Vol. I. Lisboa: Tipografia Mauricio & Monteiro.
- CABRAL, M. (1932b). *Conferências sobre Estratégia*. Vol. II. Lisboa: Tipografia Mauricio & Monteiro.
- COSTA, F. S. (1950). Prefácio. In *Teatro de Operações de Portugal*. Lisboa: Ministério do Exército. 3ª Direcção Geral.
- COUTO, A. C. (1988). *Elementos de Estratégia*. vol I. Lisboa: Edições Nova Esperança.
- COUTO, J. (2007). O contexto internacional da eclosão da Guerra Peninsular. In *GUERRA PENINSULAR. 200 ANOS*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. Apresentação de Jorge Couto. Coordenação de António Ventura e Maria Leonor Machado de Sousa. Organização do Serviço de Actividades Culturais.
- DIAS, M. H. (1994). *NA TRANSIÇÃO PARA A MODERNA CARTOGRAFIA. AS CARTAS NAUTICAS DA REGIÃO DE LISBOA SEGUNDO TOFINO E FRANZINI*. XXIX. 58 ed. Lisboa: FINISTERRA, pp 231-265.
- DIAS, M. H. (1995). Introdução. In *Os Mapas em Portugal. Da tradição aos novos rumos da Cartografia*. Lisboa: Edições Cosmos. Coordenação de Maria Helena Dias.
- DIAS, M. H. (2005). *Brigadeiro José Maria das Neves Costa (1784-1841)*. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército
- DIAS, M. H. (2007). *Portugal em vésperas das invasões francesas. Conhecimento Geográfico & Configurações*. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército. ISBN 978-989-21-0086-9. Exposição Comemorativa do 75º Aniversário do Instituto Geográfico do Exército.



Coordenação Científica de Maria Helena Dias.

- DICIONÁRIO (1980). *Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse Selecções*. Vol. 2. Lisboa-Rio de Janeiro-Nova York: Selecções do Readers Digest.
- DUARTE, A. (2003). *O Equilíbrio Ibérico. Séc. XI-XX. História e Fundamentos*. Lisboa: Edições Cosmos. Instituto da Defesa Nacional. ISBN 972-762-247-X.
- EME (1979). *Manual de Informações*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- EME (1987). *RC-130 I. Operações*. Vol. I. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- EUROPA-AMÉRICA [1988?]. *A Arte da Guerra*. ed 40 867/3465. Mem Martins, Portugal: Publicações Europa-América. Tradução de Ricardo Iglésias.
- GLOVER, M. (2001). *The Peninsular War 1807-1814*. London: Penguin Books. ISBN 0 141 39041 7.
- GOTERRI, N. (2006). *Napoleão e Portugal*. Lisboa: Editorial Teorema, Lda. ISBN 972-695-659-5.
- HENRIQUES, M. C. (2006). A Primeira Metade do Século XIX: da Viradeira à Regeneração. In *O Pensamento Estratégico Nacional*. Lisboa: Edições Cosmos. Instituto da Defesa Nacional. ISBN 972-762-274-7. Organização de J. M. F. Nogueira, e J. V. Borges.
- HENRIQUES, A. J. (2007a). A INVASÃO DE JUNOT – ROLIÇA, VIMEIRO E A CONVENÇÃO DE SINTRA. In *GUERRA PENINSULAR. NOVAS INTERPRETAÇÕES*. Lisboa: Tribuna da História. ISBN: 972-8799-33-0.
- HENRIQUES, M. C. (2007b). 1812 E A GEOPOLÍTICA DA GUERRA PENINSULAR. In *GUERRA PENINSULAR. NOVAS INTERPRETAÇÕES*. Lisboa: Tribuna da História. ISBN: 972-8799-33-0.
- IAEM (1982). *Elementos para a defesa da Zona de Operações Terrestre (ZOT) de Portugal*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares. Coordenação de Loureiro dos Santos.
- MOREIRA, L. M. (2003). O Alto Minho nos finais do século XVIII: História das Populações e Cartografia Antiga. In *Contributos para a história da Cartografia Militar Portuguesa*. Lisboa: Edição realizada no quadro do Projecto SIDCarta/Sistema de Informação para a Documentação Cartográfica: o Espólio da Engenharia Militar Portuguesa. ISBN 972-636-141-9. Coordenação de Maria Helena Dias.
- NUNES, A. P. (2004a). A PRIMEIRA INVASÃO FRANCESA. In *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN 972-42-3189-5. Direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira.
- NUNES, A. P. (2004b). A SEGUNDA INVASÃO FRANCESA. In *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN 972-42-3189-5. Direcção de Manuel



- Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira.
- NUNES, A. P. (2004c). A TERCEIRA INVASÃO FRANCESA. In *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN 972-42-3189-5. Direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira.
- NUNES, A. P. (2004d). As Ameaças. In *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN: 972-42-3189-5. Direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira.
- NUNES, A. P. (2004e). PORTUGAL E O NOVO CONFLITO ARMADO EMERGENTE DA REVOLUÇÃO FRANCESA. In *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN 972-42-3189-5. Direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira.
- OLIVEIRA, A. (2008). AS LINHAS DE TORRES VEDRAS GEOESTRATÉGICA PARA O MAR? In *ESTRATÉGIA*. Vol. XVII. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica. Coordenação de Adriano Moreira e Pinto Ramalho.
- PIRES, L. (2005). A INVASÃO DE MASSÉNA, BUÇACO E AS LINHAS DE TORRES VEDRAS. In *GUERRA PENINSULAR. NOVAS INTERPRETAÇÕES*. Lisboa: Tribuna da História. ISBN: 972-8799-33-0.
- RIBEIRO, O. L. (1977). *INTRODUÇÕES GEOGRÁFICAS À HISTÓRIA DE PORTUGAL. ESTUDO CRÍTICO*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda
- RIBEIRO, O. L., LAUTENSACH, H., DAVEAU, S. (1987). *GEOGRAFIA DE PORTUGAL. I. A Posição Geográfica e o Território*. 1ª ed. Vol. I. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- SANTOS, J. A. (1979a). *Apontamentos de História para Militares*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- SANTOS, J. A. (1991). *Como defender Portugal. Opções estratégicas*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- SELVAGEM, C. (1931). *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- SEPÚLVEDA, C. A. (1932). Invasão de Junot em Portugal. In *História Orgânica e Política do Exército Português. Provas*. Vol. XVII. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- SERRÃO, J. V. (1989). *História de Portugal (1807-1832)*. Vol. VIII. Lisboa: Editora Verbo.
- SILVA, A. (1950). *Teatro de Operações de Portugal*. Lisboa: Ministério do Exército. 3ª Direcção Geral.
- VENTURA, A. (2004). PORTUGAL E A REVOLUÇÃO FRANCESA: DA GUERRA DO ROSSILHÃO À GUERRA DAS LARANJAS. In *Nova História Militar de Portugal*. Vol.



- 3.Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN 972-42-3189-5. Direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira.
- VENTURA, A. (2007). Guerra Peninsular, Guerra da Independência, Invasões Francesas.... In *GUERRA PENINSULAR. NOVAS INTERPRETAÇÕES*. Lisboa: Tribuna da História. ISBN: 972-8799-33-0.
- VICENTE, A. P. (1999). Invasões Francesas. In *História de Portugal*. Vol. VIII. Parte I. Lisboa: Clube Internacional do livro. ISBN 84-408-0113-0 (Vol VIII). Coordenação de João Medina.
- VICENTE, A. P. (2006a). *BATALHAS DA HISTÓRIA DE PORTUGAL. Guerra das Laranjas.Campanha do Alentejo 1801*. Vol. 12. Matosinhos: QuidNovi - Edição e Conteúdos, S.A.
- VICENTE, A. P. (2006b). *BATALHAS DA HISTÓRIA DE PORTUGAL. Guerra Peninsular. 1801-1814*. Vol. 13. Matosinhos: QuidNovi-Edição e Conteúdos, S.A.
- VICENTE, A. P. (2007a). *Guerras e Campanhas Militares da História de Portugal. Guerra Peninsular 1801/1814*. Matosinhos: QuidNovi III - Editora e Distribuidora, Lda.
- VICENTE, A. P. (2007b). PORTUGAL PERANTE A POLÍTICA NAPOLEÓNICA: “DOS BLOQUEIOS” CONTINENTAIS À INVASÃO DE JUNOT. In *GUERRA PENINSULAR. NOVAS INTERPRETAÇÕES*. Lisboa: Tribuna da História. ISBN: 972-8799-33-0.

Bibliografia auxiliar

- ATLAS NATIONAL GEOGRAPHIC (2008). *EUROPA I*. Espanha: National Geographic Maps.
- DIAS, M. H. (2003). *Contributos para a História da Cartografia Militar Portuguesa* [em CD ROM]. Lisboa: Edição realizada no quadro do Projecto SIDCarta/Sistema de Informação para a Documentação Cartográfica: o Espólio da Engenharia Militar Portuguesa. ISBN 972-636-141-9. Coordenação de Maria Helena Dias.
- GASPAR, J. M. (2007). Primeira Invasão Francesa. Já lá vão dois séculos. In *Jornal ABARCA*: Edição de 07Dez07.
- IGEOE (2007). *PORTUGAL EM VÉSPERAS DAS INVASÕES FRANCESAS*. LISBOA: Instituto Geográfico do Exército. Exposição comemorativa dos 75 anos do IGeoE. Coordenação científica de Maria Helena Dias
- LOUSADA, A. (2008). *Guerra Irregular: a actuação das milícias e o levantamento em armas dos camponeses de Portugal*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares. Prelecção proferida no âmbito do Seminário Internacional “*Prelúdio liberal do tecido político-social e a transformação do aparelho militar português*” decorrido no IESM, entre 27 e 28 de Março de 2008.



- NOULENS, T. (2008). *La Grande Armée e a conquista de Portugal*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares. Prelecção proferida no âmbito do Seminário Internacional “*Prelúdio liberal do tecido político-social e a transformação do aparelho militar português*” decorrido no IESM, entre 27 e 28 de Março de 2008.
- RÊPAS, P., SILVA, E. (2007). *NAPOLEÃO E A 2ª CAMPANHA DE ITÁLIA: A BATALHA DE MARENGO (1800)*. Lisboa. Trabalho de História Militar realizado no contexto da frequência do Curso de Estado-Maior do Exército 2007.

Sítios da internet

(Consultados no período de 01 de Novembro de 2007 a 24 de Abril de 2008)

- ASSUNÇÃO, M. (2001). Geografia Física de Portugal [em linha]. Porto. [referência de 12Abr08]. Disponível na internet em: <<http://web.letras.up.pt/asaraujo/geofis/t1.html>>.
- Biblioteca Nacional Digital [em linha]. [referência de 04Abr08]. Disponível na internet em <<http://purl.pt/3877/2/>>.
- BURNHAM, R. (coop 1995-2004). Action on the River Côa. In *THE NAPOLEON SERIES. Military Subjects: Virtual Battlegrounds* [em linha]. [referência de 06Mar08]. Disponível na internet em: <http://www.napoleon-series.org/military/virtual/c_Côa.html>.
- INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS. *Carta de Portugal à escala 1:500 000*. [em linha]. Lisboa. [referência de 12Abr08]. Disponível na internet em: <<http://www.igeo.pt/Frameset-egeo.htm>>.
- MEMO. CAMINHOS DA MEMÓRIA. Informação Histórica. Geografia. Portugal Continental. 1801. In *Atlas de Cartografia Histórica* [em linha]. Coordenação do Professor Doutor Luis Nuno Espinha da Silveira [referência de 01Fev08]. Disponível na Internet em: <<http://www.fcsh.unl.pt/atlas/index1.html>>.
- RODRIGUES, A., FREITAS, D., FERREIRA, I. *HISTÓRIA E GEOGRAFIA de PORTUGAL* [em linha]. Lisboa: Escola Básica 2.3 Comandante Conceição e Silva. [referência de 12Abr08]. Disponível na internet em: <<http://www.eb23-cmdt-conceicao-silva.rcts.pt/sev/hgp/2.3.htm>>.
- PACHECO, E. (2004). *EVOLUÇÃO E PLANEAMENTO DA REDE DE TRANSPORTES TERRESTRES EM PORTUGAL: OS DESÍGNIOS DA INTERVENÇÃO*. In *Alteração das acessibilidades e dinâmicas territoriais na Região Norte: expectativas, intervenções e resultantes* [em linha]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, GEDES. [referência de 06Mar08]. Disponível na internet em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/143.pdf>>. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para a obtenção de grau de Doutor em Geografia.
- PIRES, L. (2006). Os Exércitos não se improvisam – Um estudo sobre o Exército Português e o Novo Exército Anglo-Português. In *Revista Militar* [em linha]. Lisboa. [referência de 12Mar08].



Disponível na internet em: <<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=105>>.

SACHETTI, A. (1998). A posição de Portugal no mundo e os seus reflexos nas F.A. In *Janus 1998 Supl. F.A.* [em linha]. Lisboa. [referência de 06/03/2008]. Disponível na internet em: <http://www.janusonline.pt/1998fa/1998fa_2_5.html>.

TEIXEIRA, F. (2007). A primeira invasão. In *Jornal O Público*. [em linha]. Lisboa. [referência de 28Jan08]: Disponível na internet em: <http://groups.google.pt/group/tradicional/browse_thread/thread/cb2deee73ab21015/cd24580e06a59015#cd24580e06a59015>.

VIAS ROMANAS DA HISPANIA. In *Imprompto* [em linha]. [referência de 23Mar08]. Disponível na internet em: <<http://imprompto.blogspot.com/2006/12/vias-romanas-da-hispania.html>>.

Apêndices



Apêndice 1 - Corpo de Conceitos

Eixo de Aproximação

É um itinerário que uma força de determinado escalão pode utilizar para alcançar um objectivo ou ponto importante. Para ser considerado eixo, o itinerário deve ter espaço de manobra suficiente para que o escalão que o vai utilizar possa manobrar sem restrições (EME, 1979: 62).

Estado-Maior

Grupo de indivíduos que auxiliam o comandante no seu exercício de comando coordenando tarefas especializadas. O Estado-Maior fornece informações e estudos ao comandante e aconselha-o, quando e como lhe for solicitado (EME, 1987:4-10).

Estratégia

O conceito de Estratégia adaptado no antigo Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM) é “ (...) *a ciência e a arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objectivos políticos que suscitem, ou podem suscitar, a hostilidade de uma vontade política.*” (Couto, 1986: 209). Presentemente, o General Cabral Couto adoptou outro conceito de Estratégia, definindo-a como “ (...) *a ciência e arte de, à luz dos fins e uma organização, estabelecer e hierarquizar objectivos e gerar, estruturar e utilizar recursos, tangíveis e intangíveis, a fim de atingiram aqueles objectivos, num ambiente admitido como conflitual ou competitivo (ambiente agónico)*” (Abreu, 2002: Prefácio).

Força de cobertura

É uma força taticamente auto-suficiente, dotada de grande mobilidade, que actua a considerável distância da frente, flanco ou retaguarda de uma força principal, com a finalidade de esclarecer com oportunidade a situação e de destruir, retardar, iludir e desorganizar as forças inimigas (EME, 1987: 6-9).

Força conjunta

Força constituída por elementos significativos de mais de um ramo das forças armadas, subordinadas ao mesmo comandante (EME, 1987: 4-7).



Guarda de retaguarda

Força de segurança que actua na retaguarda de uma força em movimento, a fim de a proteger de ataques de surpresa ou interferências do inimigo, derrotando-o, destruindo-o ou retardando-o dentro das suas possibilidades (EME, 1987: 6-20).

Guarda Avançada

Força de segurança, de natureza ofensiva, que actua à frente de uma força em movimento com a finalidade de assegurar e facilitar a progressão ininterrupta do grosso, reduzindo ou repelindo resistências inimigas, obstáculos, reparando itinerários e reconhecendo locais de passagem; proteger o grosso contra ataques de surpresa vindos da frente; garantir a liberdade de acção do grosso, protegendo o seu desenvolvimento se aquele tiver de ser empenhado; manter-se a par da situação na frente, através da permanente ligação com a força de cobertura e de reconhecimentos contínuos (EME, 1987: 6-11).

Guerra

Acto de violência organizada entre estados, ou coligação, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, possibilidade potencial, visando um determinado fim político, em que cada um dos adversários procura obrigar o outro a submeter-se à sua vontade, ou seja, a capitular (EME, 1987: 1-2).

Marcha

Entende-se como um movimento executado a pé. As marchas podem ser táticas ou administrativas e executadas de dia ou de noite (EME, 1987: 7-3).

Marcha forçada

Marchas executadas à mesma velocidade que as marchas normais, mas elevando a duração da marcha (acima das 6 horas diárias), o que implica percorrer maiores distancias por dia (EME, 1987: 7-4).

Obstáculo

Qualquer acidente de terreno, natural ou artificial que detém ou retarda o movimento de tropas (EME, 1979: 60)



Plano

Parte do processo de planeamento; materializa a preparação do comando para a realização de uma operação. São realizados para acções futuras e assumem designações que identificam a sua finalidade (EME, 1987: 4-19).

Plano de campanha

Plano para uma série de operações militares relacionadas, visando um objectivo comum a atingir, normalmente num espaço e tempo determinado (EME, 1987: 4-20).

Potencial de combate

É o valor resultante da combinação dos meios materiais com a força moral de uma unidade (EME, 1987: 3-4).

Ponto Importante

Todo o local ou área cujo controlo confere uma nítida vantagem a qualquer das forças contendoras (EME, 1979: 191).

Reconhecimento

Missão que tem por fim obter, por observação visual ou qualquer outro método, notícias sobre o inimigo, terreno, condições meteorológicas, população e outras características da área de operações (EME, 1987: 5-8).

Teatro de Operações

É a parte do Teatro de guerra necessária às operações militares. Embora a sua organização possa ser variável, divide-se normalmente em Zona de Combate e Zona de Comunicações.

Zona de Combate

Abrange a parte do espaço terrestre, marítimo e aéreo necessário para a execução das operações de combate terrestres e para o apoio de serviços imediato às operações (EME, 1987: 4-27).

Zona de Operações Terrestre (ZOT)

É um estudo do espaço terrestre de uma Zona de combate onde uma força vá ou possa vir a operar visando estabelecer planos militares (Cabral, 1932a: 23).



Apêndice 2 – A Cartografia na época da Guerra Peninsular

“(…) a primeira carta e indicação circunstanciada do terreno em que existirão as celebres Posições naturaes que podião aproveitar-se para a defeza de Lisboa, e as que fortificadas depois pelos Inglezes, effectivamente salvarão esta Capital em 1810 (...)”

José Maria das Neves Costa (Dias, 2003)

Neste capítulo investiga-se sobre a história dos mapas e do seu contributo às operações militares na época das invasões francesas em Portugal.

No último quartel do séc. XVIII, a criação de várias instituições em Portugal revolucionaram o conhecimento científico no País. No campo da Cartografia, os estudos matemáticos evoluíram com a chegada de estrangeiros ao País, destacando-se os italianos Miguel Franzini e Miguel António Ciera, reconhecidas personalidades que trouxeram na bagagem novos métodos e concepções cartográficas. No conjunto das novas instituições e no que diz respeito à Cartografia, releva-se a fundação das Academias Reais da Marinha e das Ciências. A primeira empenhou-se na renovação da Cartografia náutica, passando a centralizar e a organizar toda a informação que contribuíssem para tal. Os membros da Academia Real das Ciências dedicaram-se essencialmente aos estudos dos “(...) *fenómenos à superfície da Terra e a sua representação gráfica.*” (Alegria, 1995: 71).

Em 1790, Francisco António Ciera¹, Carlos Frederico Bernardo de Caula e Pedro Folque constituíram a equipa que iniciou o levantamento da *Triangulação Geral do Reino*. O projecto serviria múltiplos objectivos no País, entre os quais o apoio à implementação de um plano de divisão administrativa do território. Contudo, os trabalhos sofreram diversos contratempos² e prolongaram-se até 1803 (Alegria, 1995: 72). A Rainha D. Maria I criou³, em 1798, a *Sociedade Real Marítima, Militar e Geographica para o Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hidrographicas, Geographicas e Militares*. Os seus estatutos eram explícitos quanto aos motivos que levaram à sua criação: efectuar o levantamento da *indispensável* Carta Geral do Reino; permitir a impressão de cartas a diferentes escalas para determinados fins, nomeadamente para o Exército; e coordenar a compra de boas cartas⁴ hidrográficas estrangeiras para substituição das então existentes (Dias, 2003). Para Alegria e Garcia, o grande e inovador contributo que a *Sociedade Real Marítima* prestou à Cartografia nacional consistiu na possibilidade de gravação de mapas, uma actividade que

¹ Filho de Miguel Ciera. Era Doutor em Matemática e exercia as funções de Lente catedrático da Academia Real de Marinha (Alegria, 1995: 71).

² Administrativos, técnicos e metodológicos (Alegria, 1995: 72).

³ Por proposta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (Dias, 1994: 237).

⁴ Algumas das cartas hidrográficas adquiridas revelaram graves incorrecções (Dias, 2003).



até então não se realizava em Portugal, recorrendo-se ao estrangeiro, em especial a Paris e a Londres, para a sua produção (1995: 72).

Em 1802, foi criado o Real Arquivo Militar, instituição que passou a armazenar todos os “(...) *mapas, planos, projectos, memórias e instrumentos relativos à profissão (...)*” (Dias, 2003). No ano seguinte gravou-se o primeiro mapa em Portugal, a *Carta dos Principaes Triangulos das Operaçoens Geodezicas de Portugal*, na *Sociedade Real Marítima*. Contudo, este mapa foi a única produção da instituição. Nesse ano, o mentor da mesma, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, saiu do governo e a *Sociedade* foi extinta (Alegria, 1995: 73), os trabalhos geodésicos de Ciera⁵ suspensos, retomando-se as gravações de mapas no estrangeiro (Alegria, 1995: 72).

Em 1807, iniciaram-se as invasões francesas em Portugal. Na véspera da chegada de Junot a Lisboa transferiu-se a Casa Real e a Corte portuguesa para o Brasil e, com eles, um importante espólio cartográfico⁶, acautelando-se o que de “(...) *mais precioso se tem e o que de mais perigoso existe, para que não caia nas mãos do inimigo.*” (Alegria, 1995: 73). Porém, nem tudo foi levado e o que de importante sobrou acabou por ser enviado para Paris, durante a ocupação francesa no País (1807-1808), posteriormente utilizado na preparação das invasões de 1809 e 1810 (Dias, 2007: 3).

Helena Dias revela que a direcção de todos os trabalhos relativos à fortificação e construções militares foi atribuída aos Oficiais do *Real Corpo de Engenheiros*, constituído em 1792. A sua missão incluía, “(...) *egualmente pertencerá ao serviço dos sobreditos officiaes o reconhecimento das fronteiras, e provincias; o levantamento de plantas particulares, cartas geographicas, e topographicas; a configuração dos terrenos, projectos, planos, e memorias militares (...)*” (2003).

Entre os contributos mais significativos prestados pela Cartografia nacional às operações militares realizadas no contexto das invasões francesas em Portugal, relevam-se as obras do Oficial do Real Corpo de Engenheiros, José Maria das Neves Costa⁷ (1774-1841). Este militar, entre outros trabalhos, levantou em três meses a *Carta Topográfica*

⁵ Foram apenas retomados três décadas depois (Dias, 2003).

⁶ Durante a preparação da viagem para o Brasil, os Oficiais do Real Arquivo Militar foram intimados a entregar todas as memórias manuscritas e cartas nele armazenadas. Ficariam apenas os livros impressos e alguns documentos sem préstimo (Dias, 2007: 3). Foram entregues no Arquivo Militar do Rio de Janeiro mais de mil cartas e planos, em mil e duzentas folhas, dois Atlas e cinquenta e oito folhas de várias perspectivas (Alegria, 1995: 73).

⁷ Nasceu em Carnide a 5 de Agosto de 1774 e morreu em Lisboa em 1841, provavelmente a 19 de Outubro. Formado na Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho (1793-1796) (Dias, 2005: 3).



Militar do Terreno ao Norte de Lisboa (1808-1809)⁸. Esta, mais tarde, foi acompanhada duma memória militar *sobre as posições defensivas que se encontram no terreno visinho a Lisboa* (1809). A carta e a memória serviriam, em 1809, os planos de construção das fortificações das Linhas de Torres Vedras, decisivas para a vitória Anglo-Portuguesa sobre os franceses que, não conseguindo contorná-las, acabaram por recuar para Santarém, em 14 Novembro de 1810, e mais tarde retiraram (Vicente, 1999: 26). O mérito do levantamento da carta e da memória acabaria por ser cometido a oficiais ingleses, contudo, relembre-se que a carta foi levantada antes dos ingleses entrarem ao serviço do Exército português (Dias, 2003). O Tenente-General Arthur Wellesley, futuro Duque de Wellington, chegou mesmo a acusar a carta e a memória de Neves Costa de inexactidão, queixando-se que ambas tinham induzido erros na construção de algumas fortificações, forçando à sua demolição (Dias, 2003). Do vasto contributo de Neves Costa à Cartografia portuguesa relevam-se as obras seguintes: uma carta de parte da fronteira do Alentejo⁹, datada de 1803; uma carta militar da fronteira do Alentejo entre o Tejo e a vila de Assumar¹⁰, de 1819; uma carta da Península de Setúbal¹¹, datada de 1813 a 1816 (Dias, 2003).

O relevo é um aspecto geográfico determinante para a escolha do dispositivo e da repartição de forças em operações militares. Na fase inicial do planeamento de operações militares, o seu estudo em carta topográfica permite seleccionar as posições naturais mais vantajosas e identificar os EA mais adequados a movimentos de tropas. Contudo, à época, a representação rigorosa do relevo ainda não era possível. As curvas de nível, tal como hoje se conhecem, só apareceram nas cartas portuguesas a partir de 1861 (Dias, 2003).

Naquele tempo, cartas nacionais e estrangeiras continham erros, mais ou menos graves, logo sujeitas a críticas por parte daqueles que delas necessitavam. A *Carta Militar das Principaes Estradas de Portugal*¹² (1808), de Lourenço Homem da Cunha d'Eça é um exemplo de uma carta em que pouco mais se aproveita que o contorno do País, algumas localidades e vias de comunicação. Sem representação do relevo e com poucos cursos de água representados, limita-se à indicação de percursos, distâncias e tempos de marcha a pé, revelando pouca utilidade às operações militares (Dias, 2003).

Já o *Mappa da província d'Entre Douro e Minho*¹³, acompanhado por um cadastro

⁸ Ver Fig.1.

⁹ Os franceses levaram-na para França, com a memória respectiva (Dias, 2003). Ver Fig.2.

¹⁰ O seu levantamento iniciou-se a pedido do Coronel Vincent, comandante do Corpo de Engenheiros de Junot (Dias, 2003). Ver Fig.2.

¹¹ Em 4 folhas, com uma escala aproximada de 1: 30 000 (Dias, 2003). Ver Fig.4.

¹² Ver Fig.5.

¹³ Ver Fig.6.



populacional e algumas particularidades económico-políticas, do “ (...) *Primeiro Tenente do Real Corpo d’Engenheiros, socio d’Academia Real das Sciencias de Lisboa, Membro da Sociedade Real Hydrographica e Militar e Director das obras de Encanamento e Navegação do Rio Cávado (...)*” (Moreira, 2003), Custodio Jozé Gomes de Villasboas, levantado no contexto da Lei de Reforma das Comarcas (1794-1798), apresenta qualidade e rigor apenas suplantados no final do séc. XIX, período em foram publicadas as folhas da Carta 1:100000, orientadas por Filipe Folque (Dias, 2007: 9).

No que concerne à defesa da costa portuguesa, o *Conjunto de Plantas dos Fortes e Fortalezas da costa do Reino de Portugal* (1794), levantado pelo Sargento-Mor do Real Corpo de Engenheiros, Maximiano Serra¹⁴, representa um contributo da Cartografia para este sector da defesa. Serra acabaria por não terminar o projecto, pelos motivos que o próprio nos conta: “(...) *sendo constante o grande descuido de não haver uma carta exacta das nossas costas marítimas, mérito de interesse pessoal da minha profissão, e de zelo, principiei a carta da costa do norte em Cabo da Roca para finalizar uma porção na torre de Belém, o que não consegui por causa de moléstia (...)*. Contudo, a costa próxima de Lisboa era razoavelmente bem conhecida e representada à época, fruto das preocupações inerentes à defesa de Lisboa (Dias, 2007: 19).

Do rol de produções cartográficas enviadas para França¹⁵, durante o período das invasões francesas em Portugal, a sua maioria eram de portugueses ou de estrangeiros ao serviço de Portugal, sendo certo que, as invasões francesas estimularam significativamente o desenvolvimento da Cartografia Militar de Portugal. Este facto comprova-se através da valiosa herança cartográfica que remonta à época das invasões francesas em Portugal, possíveis de observar nas Fig.7 a 13 (Dias, 2003).

Face ao exposto, valida-se a H2, na medida em que os produtos da Cartografia portuguesa apresentavam parcos pormenores e rigor, ou seja, insuficientes para que o seu contributo à época possa ser considerado útil às operações militares.

¹⁴ Mapa com a assinatura de Lourenço Homem (Dias, 2007: 19).

¹⁵ Entre eles, a Carta das Margens de Lisboa e as sondagens da sua barra, ambas da autoria de Francisco Ciera, plantas do Forte de Lippe, da Praça de Peniche e um mapa da barra de Aveiro (Dias, 2007: 3-4).

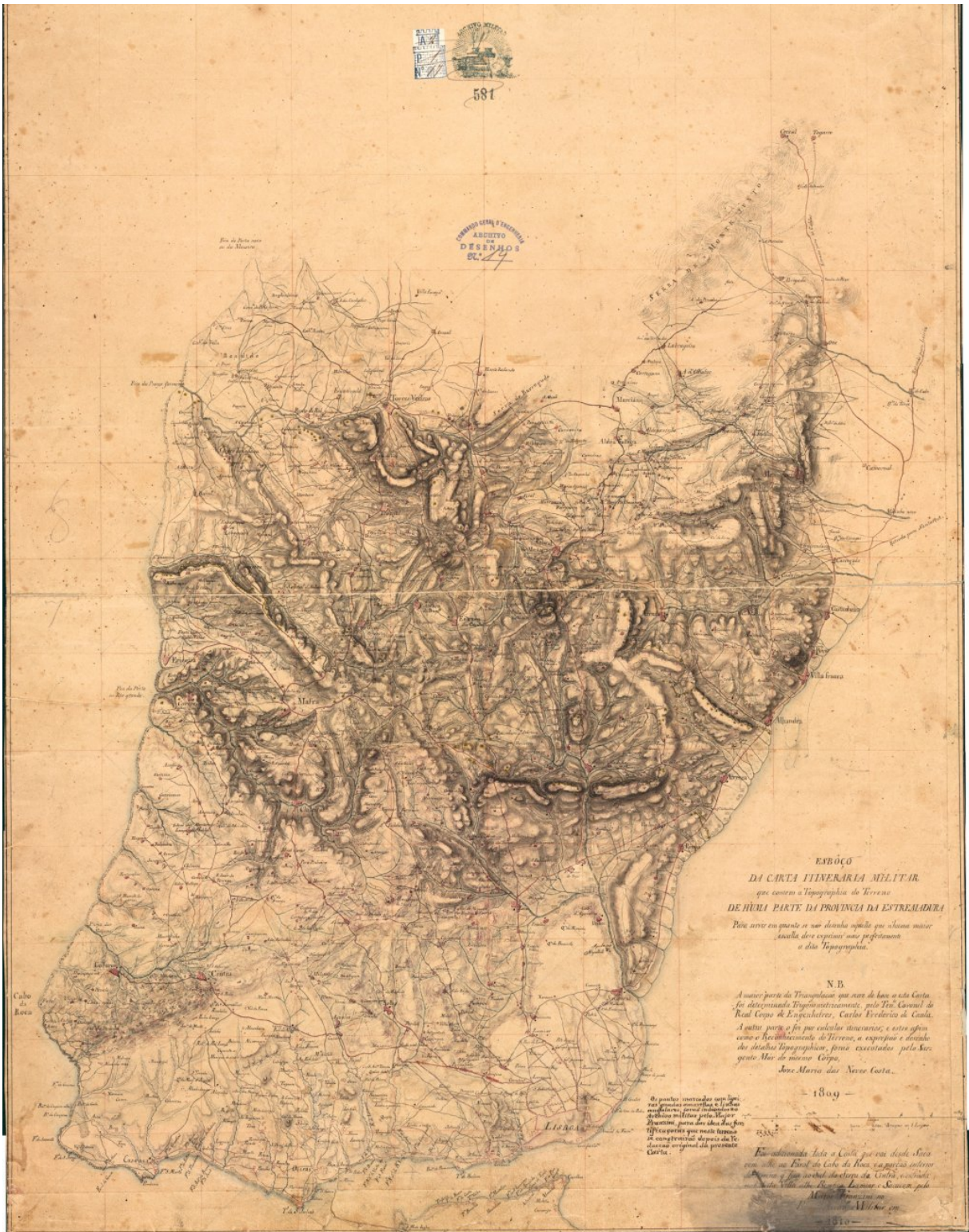


Fig. 1 - Carta Topográfica Militar do Terreno ao Norte de Lisboa. 1809-1810. Escala [ca. 1:100 000].
Fonte: DIAS, M. H. (2003). *Contributos para a História da Cartografia Militar Portuguesa* [em CD ROM]. Lisboa: Edição realizada no quadro do Projecto SIDCarta/Sistema de Informação para a Documentação Cartográfica: o Espólio da Engenharia Militar Portuguesa. ISBN 972-636-141-9. Coordenação de Maria Helena Dias.

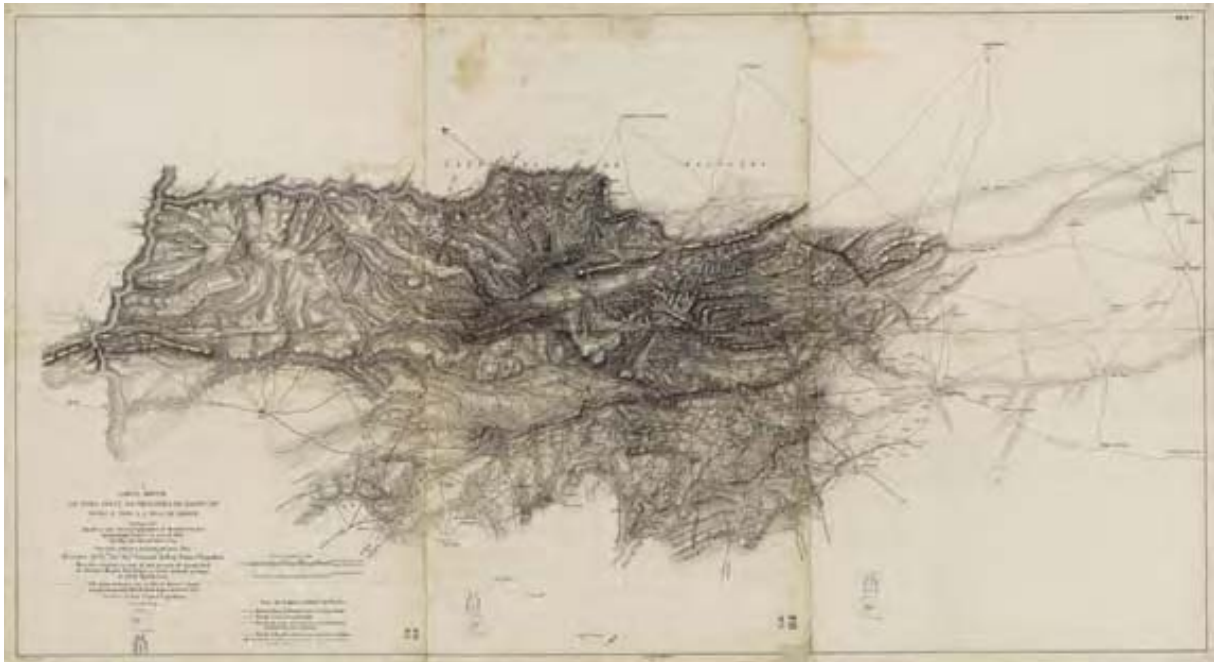


Fig. 2 - Carta militar da fronteira do Alentejo entre o Tejo e a vila de Assumar. 1803.

Fonte: DIAS, M. H. (2005). *Brigadeiro José Maria das Neves Costa (1784-1841)*. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército, p. 4.

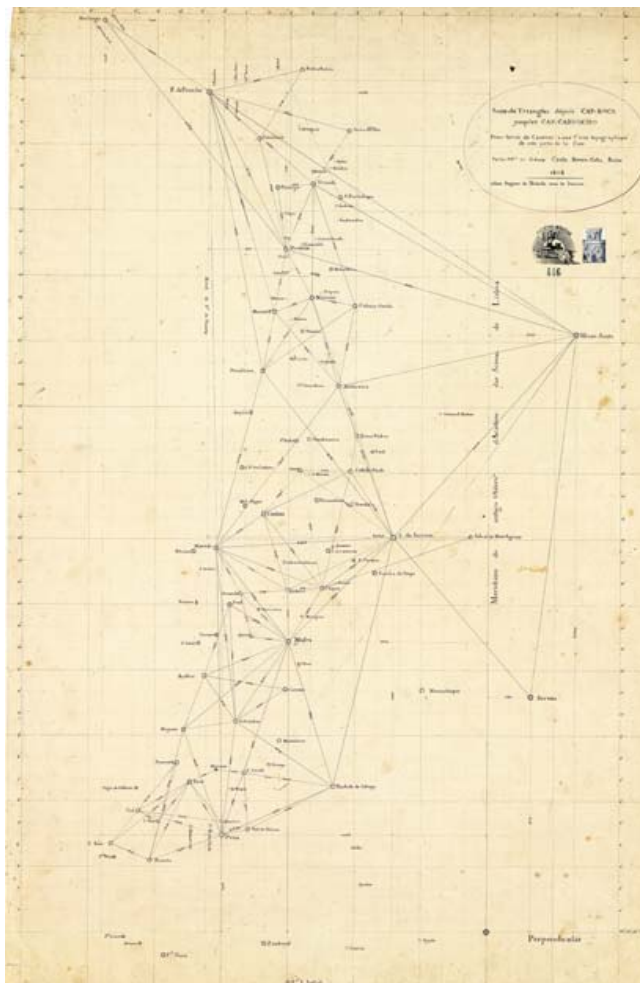


Fig. 3 - Triangulação entre o Cabo da Roca e o Cabo Carvoeiro, de 1808.

Fonte: DIAS, M. H. (2005). *Brigadeiro José Maria das Neves Costa (1784-1841)*. 2005. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército, p. 4.



Fig. 4 - Extracto do manuscrito original da carta da Península de Setúbal.1813-1816.

Fonte: DIAS, M. H. (2003). *Contributos para a História da Cartografia Militar Portuguesa* [em CD ROM]. Lisboa: Edição realizada no quadro do Projecto SIDCarta/Sistema de Informação para a Documentação Cartográfica: o Espólio da Engenharia Militar Portuguesa. ISBN 972-636-141-9. Coordenação de Maria Helena Dias.

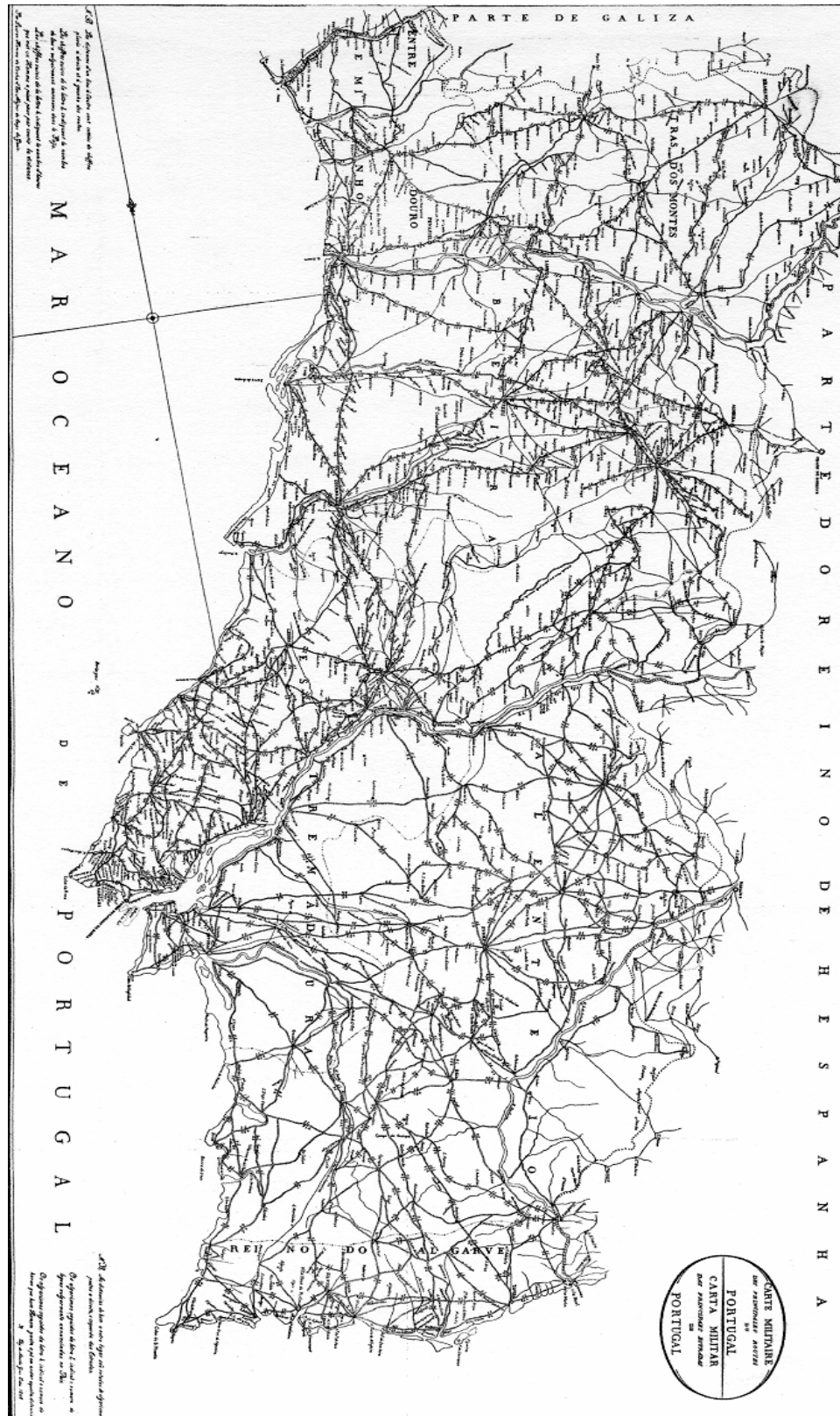


Fig. 5 - Carta Militar das Principaes Estradas de Portugal.1808.

Fonte: PACHECO, Elsa (2004). EVOLUÇÃO E PLANEAMENTO DA REDE DE TRANSPORTES TERRESTRES EM PORTUGAL: OS DESÍGNIOS DA INTERVENÇÃO. In *Alteração das acessibilidades e dinâmicas territoriais na Região Norte: expectativas, intervenções e resultantes* [em linha]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, GEDES. [referência de 06Mar08]. Disponível na internet em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/143.pdf>>. Dissertação de Doutoramento em Geografia, s/p.



EXEMPLARES REPRESENTATIVOS DA HERANÇA PORTUGUESA E ESTRANGEIRA

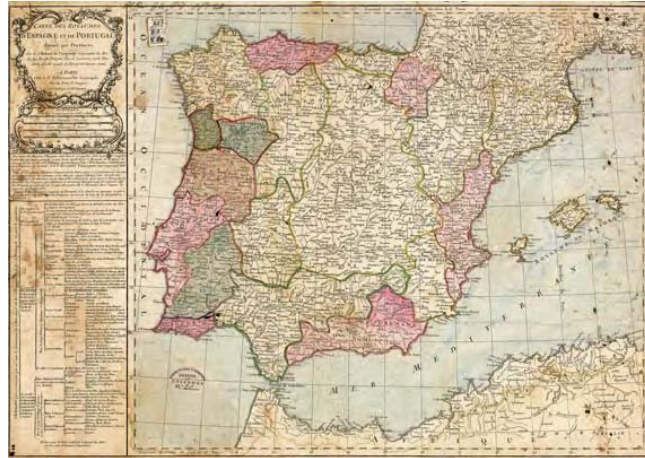


Fig. 7 - Carte des royaumes d'Espagne et de Portugal : divisés par provinces. 1780. Escala [ca 1:2 000 000].
Fonte: IGEOE (2007). *PORTUGAL NAS VÉSPERAS DAS INVASÕES FRANCESAS EM PORTUGAL*. LISBOA: Instituto Geográfico do Exército. Exposição comemorativa dos 75 anos do IGeoE. Coordenação científica de Maria Helena Dias, p. 6.



Fig. 8 - Topographia do terreno entre a Moita, Palmella, Setubal e a Serra do Risco. 1790. Escala [ca. 1:30 000].
Fonte: IGEOE (2007). *PORTUGAL NAS VÉSPERAS DAS INVASÕES FRANCESAS EM PORTUGAL*. LISBOA: Instituto Geográfico do Exército. Exposição comemorativa dos 75 anos do IGeoE. Coordenação científica de Maria Helena Dias, p. 59.

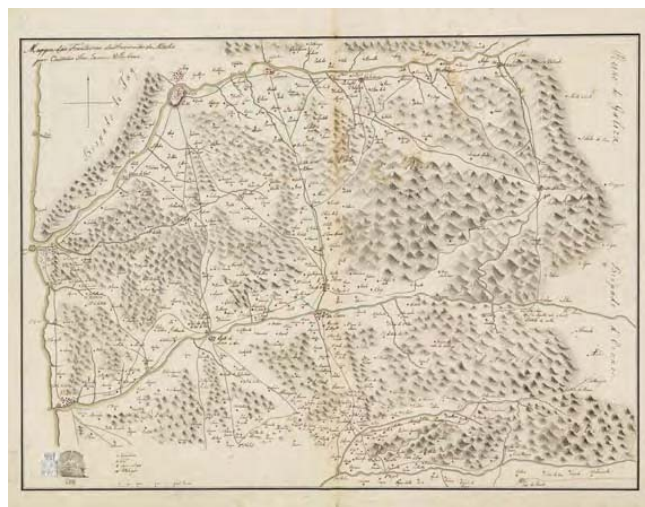


Fig. 9 - Mappa das fronteiras da provincia do Minho. 1800. Escala. [ca. 1:96 000]
Fonte: IGEOE (2007). *PORTUGAL NAS VÉSPERAS DAS INVASÕES FRANCESAS EM PORTUGAL*. LISBOA: Instituto Geográfico do Exército. Exposição comemorativa dos 75 anos do IGeoE. Coordenação científica de Maria Helena Dias, p. 35.

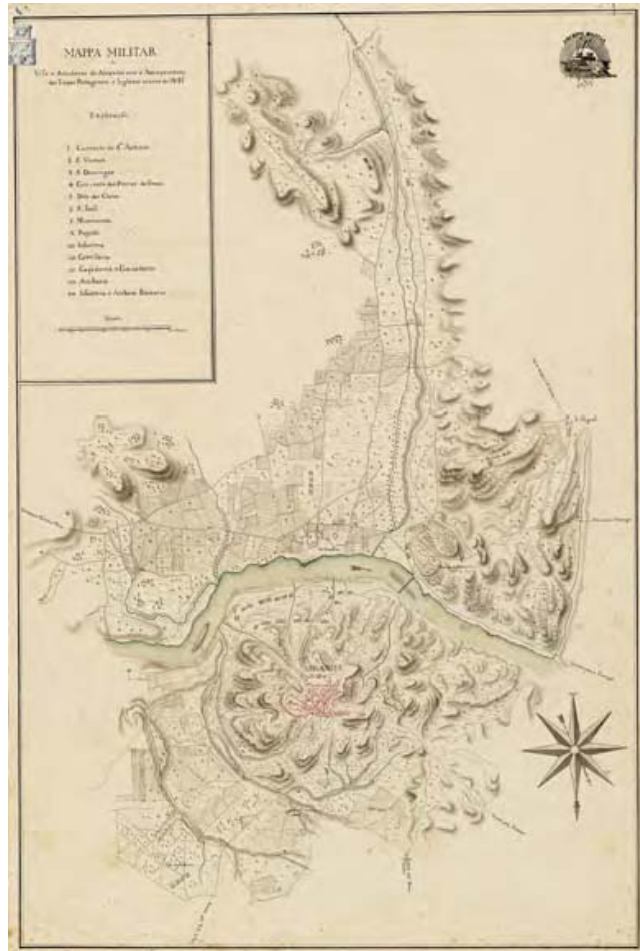


Fig. 10 - Mappa militar da villa e arredores de Abrantes: com o acampamento das tropas portuguezas, e inglezas no anno de 1801. Escala [ca. 1:14 000].
Fonte: IGEOE (2007). *PORTUGAL NAS VÉSPERAS DAS INVASÕES FRANCESAS EM PORTUGAL*. LISBOA: Instituto Geográfico do Exército. Exposição comemorativa dos 75 anos do IGeoE. Coordenação científica de Maria Helena Dias, p. 58.

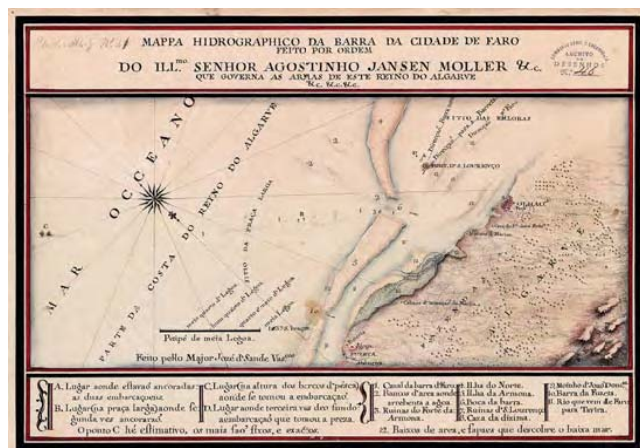


Fig. 11- Mappa hidrographico da barra da cidade de Faro: feito por ordem do Ill.mo Senhor Agostinho Jansen Moller &c. que governa as armas de este reyno do Algarve. 1782. Escala [ca. 1:44 000].
Fonte: IGEOE (2007). *PORTUGAL NAS VÉSPERAS DAS INVASÕES FRANCESAS EM PORTUGAL*. LISBOA: Instituto Geográfico do Exército. Exposição comemorativa dos 75 anos do IGeoE. Coordenação científica de Maria Helena Dias, p. 33.



Fig. 12 – Mapa de la provincia de Beira. 1762. Escala [ca. 1:635 000].

Fonte: IGEOE (2007). *PORTUGAL NAS VÉSPERAS DAS INVASÕES FRANCESAS EM PORTUGAL*. LISBOA: Instituto Geográfico do Exército. Exposição comemorativa dos 75 anos do IGeoE. Coordenação científica de Maria Helena Dias, p. 11.



Fig. 13 - Carta topografica da provincia da Extremadura : comprehendida entre o Oceano e os rios Tejo, Mondego e Zezere.1829. Escala [ca. 1:250 000].

Fonte: IGEOE (2007). *PORTUGAL NAS VÉSPERAS DAS INVASÕES FRANCESAS EM PORTUGAL*. LISBOA: Instituto Geográfico do Exército. Exposição comemorativa dos 75 anos do IGeoE. Coordenação científica de Maria Helena Dias, p. 13.



Apêndice 3 – O Teatro de Operações da Península Ibérica



Fig.1 – O TO da Península Ibérica

Fonte: ATLAS NATIONAL GEOGRAPHIC (2008). EUROPA I. Espanha: National Geographic Maps, p. 10.

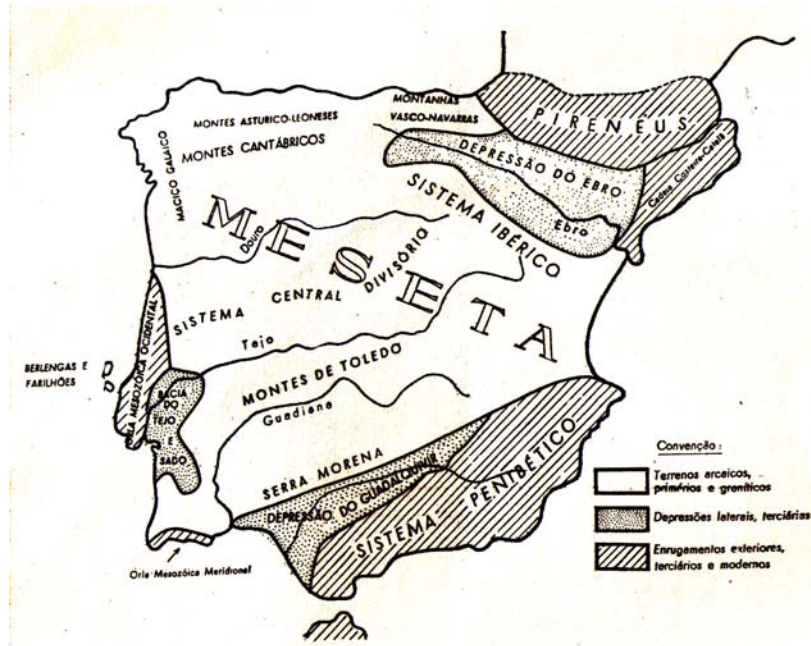


Fig.2 – A Meseta Ibérica

Fonte: SILVA, A. (1950). *Teatro de Operações de Portugal*. Lisboa: Ministério do Exército. 3ª Direcção Geral, p. 26.

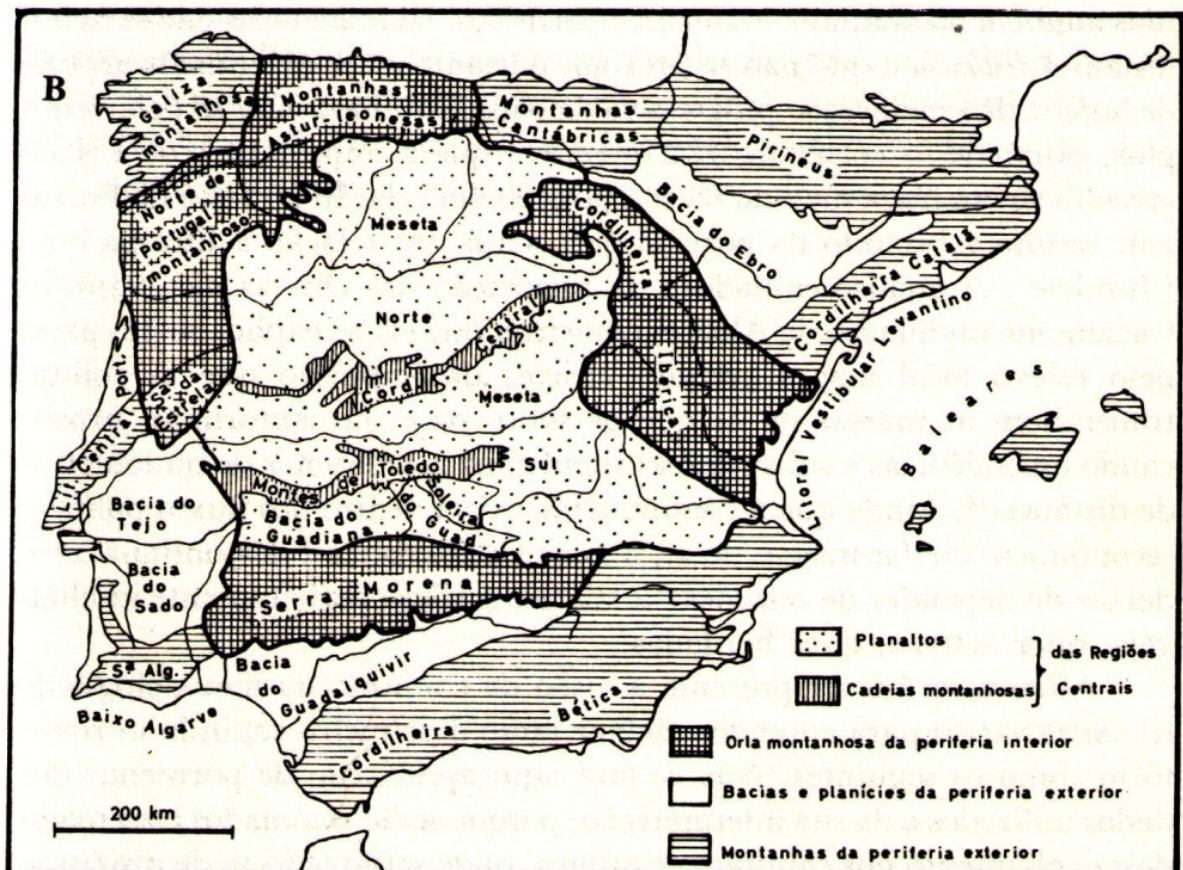


Fig.3 – Elementos geográfico-geológicos da Península Ibérica

Fonte: RIBEIRO, O. L., LAUTENSACH, H., DAVEAU, S. (1987). *GEOGRAFIA DE PORTUGAL. A Posição Geográfica e o Território*. Vol. I, 1ª ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa, p. 33.



Fig.4 – A Fortaleza Ibérica

Fonte: SILVA, A. (1950). *Teatro de Operações de Portugal*. Lisboa: Ministério do Exército. 3ª Direcção Geral, p. 61.

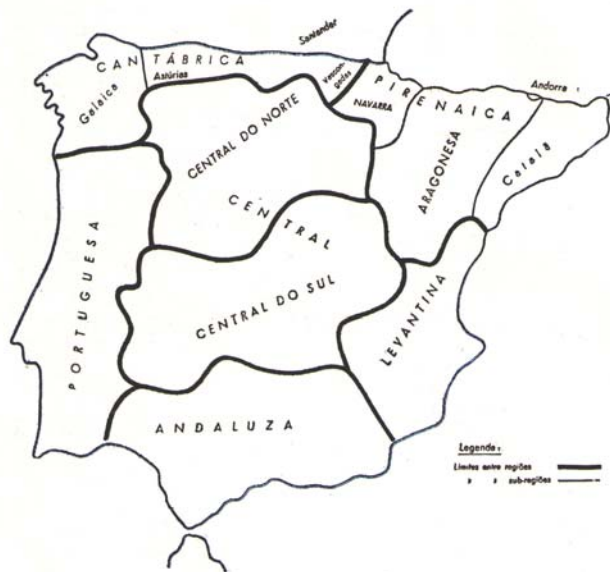


Fig.5 – Regiões naturais da Península Ibérica

Fonte: SILVA, A. (1950). *Teatro de Operações de Portugal*. Lisboa: Ministério do Exército. 3ª Direcção Geral, p. 28.



Fig.6 – Rios principais da Península Ibérica

Fonte: RODRIGUES, A., FREITAS, D., FERREIRA, I. *HISTÓRIA E GEOGRAFIA de PORTUGAL* [em linha]. Lisboa: Escola Básica 2.3 Comandante Conceição e Silva. [referência de 12Mar08]. Disponível na internet em: <<http://www.eb23-cmdt-conceicao-silva.rcts.pt/sev/hgp/2.3.htm>>.



Fig.7 – Carta hipsométrica de Portugal

Fonte: INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS. *Carta de Portugal à escala 1:500 000*. [em linha]. Lisboa. [referência de 12Mar08]. Disponível na internet em: <<http://www.igeo.pt/Frameset-egeo.htm>>.

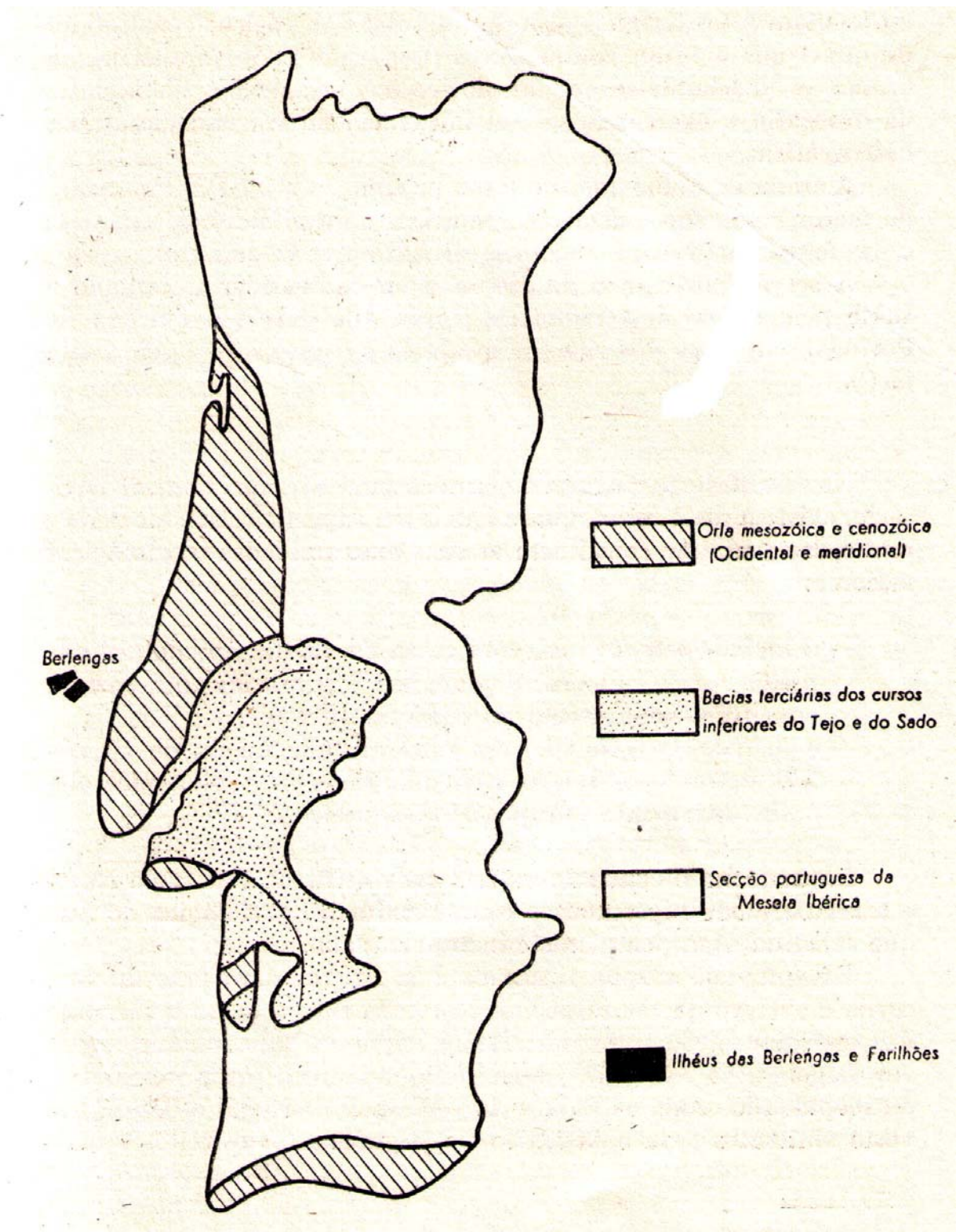


Fig.8 – Elementos geográfico-geológicos de Portugal

Fonte: SILVA, A. (1950). *Teatro de Operações de Portugal*. Lisboa: Ministério do Exército. 3ª Direcção Geral, p.33.

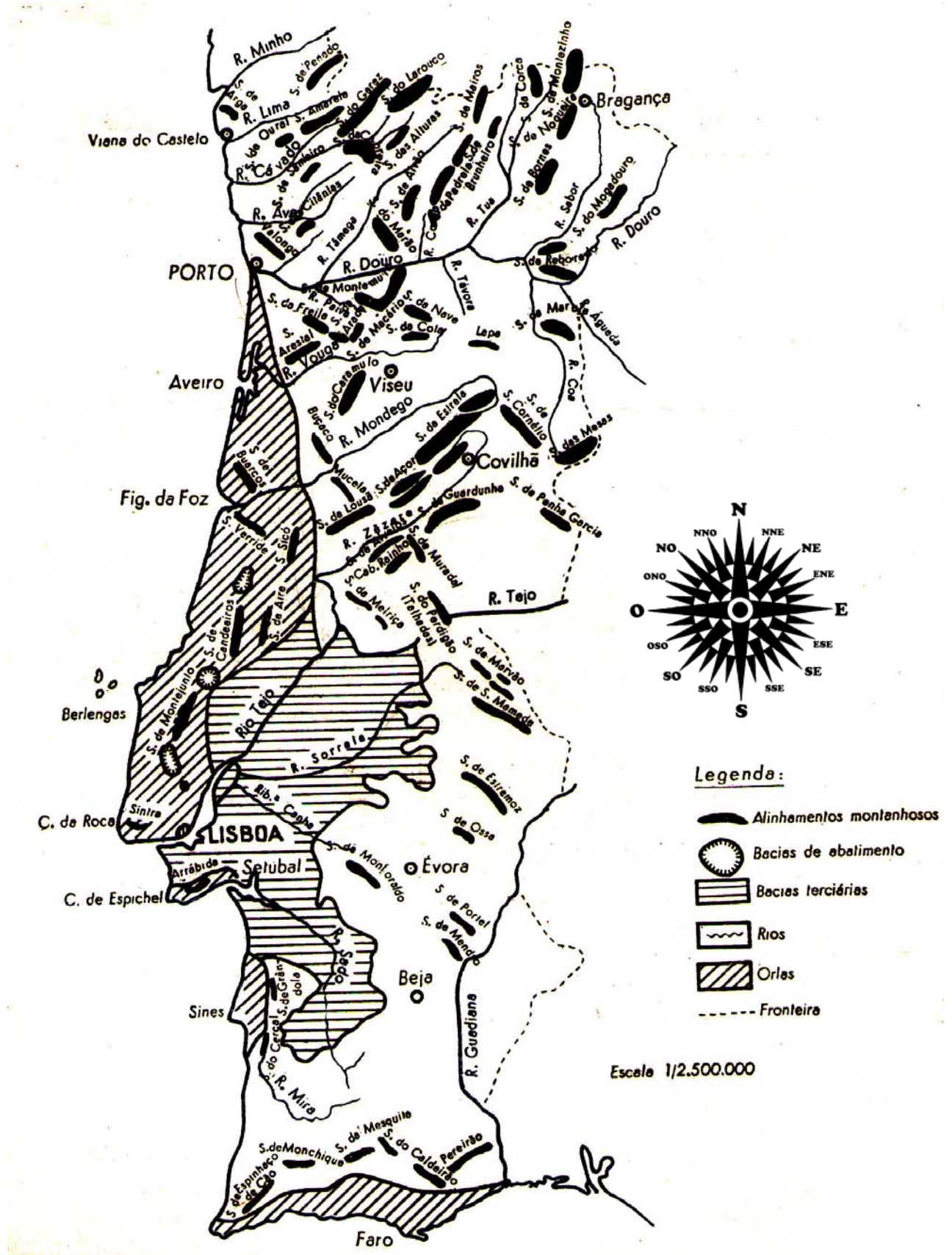


Fig.9 – O relevo de Portugal

Fonte: SILVA, A. (1950). *Teatro de Operações de Portugal*. Lisboa: Ministério do Exército. 3ª Direcção Geral, p.36.



Apêndice 4 – As vias romanas na Península Ibérica

CIDADES E REDE VIÁRIA FUNDAMENTAL DA HISPANIA ROMANA

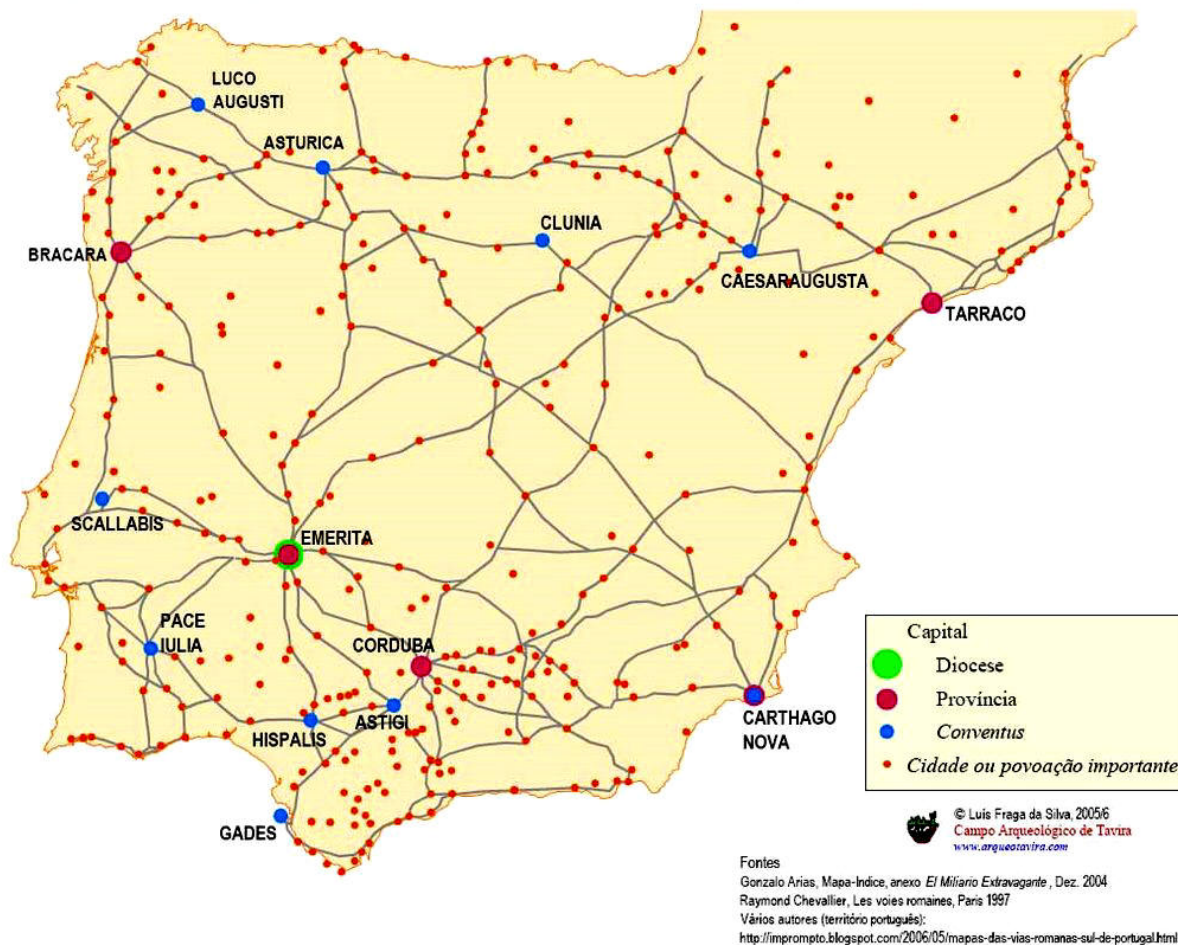


Fig.1 - Rede viária fundamental da Hispânia Romana

Fonte: VIAS ROMANAS DA HISPANIA. In *Imprompto* [em linha]. [referência de 23Mar08]. Disponível na internet em: <<http://imprompto.blogspot.com/2006/12/vias-romanas-da-hispania.html>>.



Fig.2 - Rede viária romana em Portugal

Fonte: VIAS ROMANAS DA HISPANIA. In *Imprompto* [em linha]. [referência de 23Mar08]. Disponível na internet em: <<http://imprompto.blogspot.com/2006/05/mapas-das-vias-romanas-sul-de-portugal.html>>.

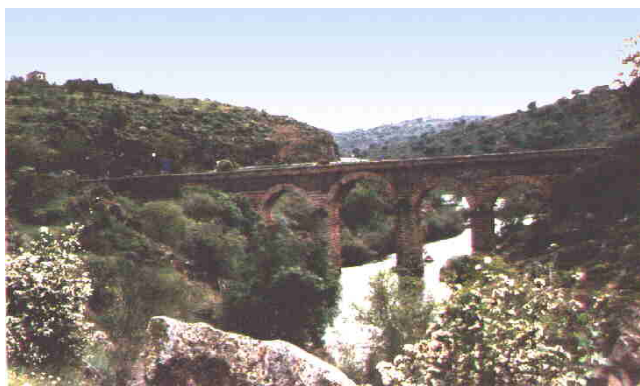


Fig.3 - Ponte de Segura, Rio Erges

Fonte: *PIEDRAS ALBAS* [em linha]. [referência de 23Mar08]. Disponível na internet em: <<http://www.ctv.es/extremadura/sitios/piedrasalbas.html>>.

A rede viária romana é a maior obra de engenharia da antiguidade em Portugal. O seu levantamento continua com mais incertezas do que certezas, pelo que os itinerários propostos são em grande medida conjecturais. Tenta-se apenas fazer uma compilação do conhecimento actual necessariamente sujeito a revisão no futuro à medida que novos trabalhos de investigação sejam publicados (Vias, 2008).

A investigação não conseguiu apurar o estado das estradas e itinerários do TO contudo, supõe-se que estes tivessem sido construídos sobre o traçado da rede viária fundamental da Hispânia Romana (século III). A rede viária de um País privilegia, naturalmente, a ligação entre os seus principais centros populacionais. Estes centros surgem, normalmente, junto às intersecções das grandes estradas naturais, terrestres e fluviais. Todavia, o traçado das vias romanas não reflecte este corolário, pois, como se pode observar na Fig. 1 os principais centros populacionais romanos na Península não se desenvolveram junto ao litoral – o qual permite uma fácil e natural circulação fluvial, mas sim no interior. Orlando Ribeiro justifica-nos este facto quando menciona o provável estado evolutivo dos meios de navegação da época – barcos de peles cozidos, que pela sua fragilidade não permitiam incursões a grandes distâncias, no mar, limitando a navegação aos estuários dos rios (Ribeiro, 1977: 79).

A rede de estradas dividia-se em *Viae Publicae* ou *Militares*, as grandes vias principais interligando todo o Império, correspondentes às nossas nacionais, as *Viae Vicinales*, estradas secundárias que ligavam os povoados às grandes vias e as *Viae Privatae* ou *Agrari*, caminhos agrícolas ou de acesso privado (Vias, 2008).

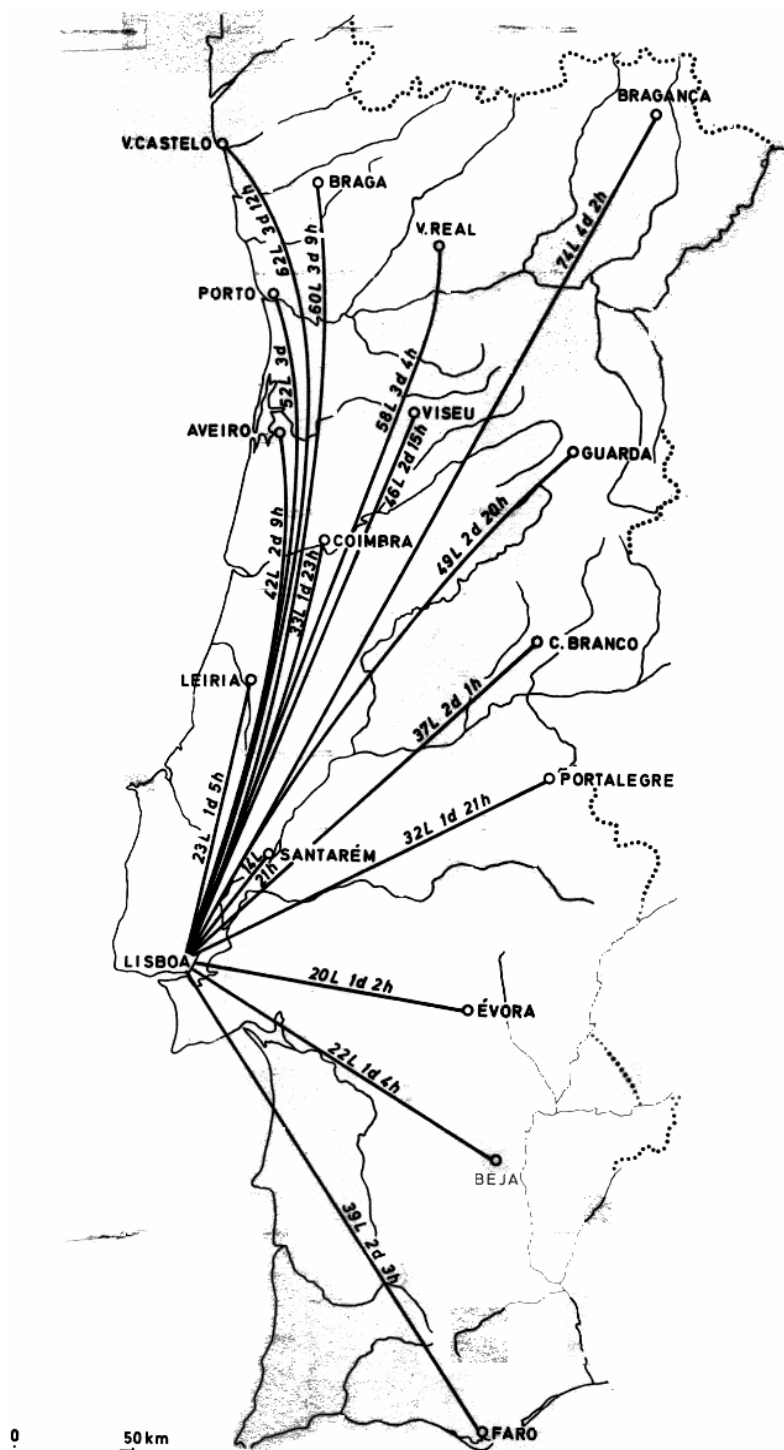


Fig.4 - Tempos de deslocamento de um correio expresso do Serviço Mala Posta entre Lisboa e as capitais de Distrito, em 1810 (léguas, dias e horas)¹

Fonte: PACHECO, Elsa (2004). EVOLUÇÃO E PLANEAMENTO DA REDE DE TRANSPORTES TERRESTRES EM PORTUGAL: OS DESÍGNIOS DA INTERVENÇÃO. In *Alteração das acessibilidades e dinâmicas territoriais na Região Norte: expectativas, intervenções e resultantes* [em linha]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, GEDES. [referência de 06Mar08]. Disponível na internet em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/143.pdf>>. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para a obtenção de grau de Doutor em Geografia. s/p.

¹ Note-se que para as distâncias assinaladas no mapa de 52 léguas entre Lisboa e Porto e de 74 léguas entre Lisboa e Bragança, corresponde segundo indicação do ACP (edição de 2000/2001), a 317 e 498 Km, respectivamente (Pacheco, 2004).



Apêndice 5 – A população portuguesa em 1801

A população portuguesa em 1801 rondava os 2845990 habitantes, valor que corresponde a 32,43 hab/km² (MEMO). A distribuição e o género de vida dos portugueses variavam consoante as regiões do País onde viviam. Portugal estava organizado administrativamente em seis Províncias: a Norte, a Província d'Entre Douro e Minho e a de Trás-os-Montes; a Nordeste, a Província da Beira; ao Centro, a Estremadura, e a Sul as Províncias do Alentejo e do Algarve. Na Província d'Entre Douro e Minho viviam, segundo as *Táboas Topográficas e Estatísticas* de 1801, 257294 habitantes. A sua superfície estima-se em cerca de 7538 km², sendo a Província com maior densidade populacional no País – 94,19 hab/km². Na sua maior cidade, o Porto, viviam cerca de 100000 habitantes, embora outras fontes arroguem valores entre os 36000 e os 60000 habitantes. Os portos marítimos de Viana do Castelo e do Porto eram os mais utilizados, e dedicados à exportação dos vinhos produzidos na região do Douro. Os homens desta Província apresentavam características físicas de robustez e de resistência à fadiga, mais do que quaisquer outros no País. Trás-os-Montes era uma Província pouco povoada, rondando os 257294 habitantes distribuídos em cerca de 10776 km² de superfície. As suas principais cidades - Miranda do Douro, Bragança e Chaves, assim como as restantes freguesias, encontravam-se servidas por uma rede de itinerários muito precária. Na Beira viviam cerca de 877401 habitantes, para uma área estimada em 22369 km², o que a posicionava em terceiro lugar em termos de densidade populacional - 39,22 hab/km². As suas principais cidades - Coimbra, Viseu e Aveiro, apresentavam características desiguais. Coimbra era conhecida pela sua Universidade, Viseu pelos férteis terrenos agrícolas e em Aveiro sobressaía o porto marítimo, bem situado mas perigoso devido a fundos movediços. Guarda, Pinhel e Almeida constituíam os aglomerados populacionais mais significativos da parte oriental da Beira. Na Estremadura, onde se situa a capital – Lisboa, viviam cerca de 634805 habitantes em 1801. Com uma superfície estimada em 16245 km², a sua densidade populacional estimava-se em 39,4 hab/km², um valor que a classificava em segundo lugar, atrás da Província de Entre Douro e Minho. As suas cidades principais, para além da capital do Reino, onde viviam cerca de 260000 habitantes - cerca de 10 por cento da população portuguesa, eram as seguintes: Torres Vedras, Alenquer, Leiria, Tomar e Abrantes, Santarém e Setúbal. O Alentejo, com uma superfície estimada em 27767 km² e uma população que rondava os 270161 habitantes, era a Província com o menor índice



demográfico do Reino – 10,87 hab/km². Coberto de vastas planícies, os habitantes do Alentejo dedicavam-se maioritariamente à agricultura e a região era conhecida por celeiro do País. As cidades mais importantes eram Évora e Beja. Elvas, a Nordeste, destacava-se pela sua posição fronteiriça com a Espanha e tinha uma Praça fortificada para a defesa de invasores proveniente de Espanha. No sul do País, a Província do Algarve contava com cerca de 96307 habitantes e uma superfície estimada em 4129 km², valores que resultam numa densidade populacional na ordem dos 23.32 hab/km², o penúltimo valor do País, só não ultrapassado pelo Alentejo (Goterri, 2006: 13-18).



Fig.1 – [Carta de] Portugal, London, 1804. Escala [ca. 1:2800000]

Fonte: Biblioteca Nacional Digital [em linha]. [referência de 04Abr08]. Disponível na internet em <<http://purl.pt/1571/2/P1.html>>.



Apêndice 6 – La Grande Armée

(Este apêndice foi elaborado com base num trabalho de História Militar, intitulado “*NAPOLEÃO E A 2ª CAMPANHA DE ITÁLIA: A BATALHA DE MARENGO (1800)*” realizado, pelos Majores de Infantaria Paulo Rêpas e Estevão da Silva, no contexto da frequência do Curso de Estado-Maior do Exército 2007, e numa dissertação proferida pelo Tenente-Coronel Thierry Noulens, intitulada “*La Grande Armée e a conquista de Portugal*”, no âmbito do Seminário Internacional “*Prelúdio liberal do tecido político-social e a transformação do aparelho militar português*” decorrido no IESM, entre 27 e 28 de Março de 2008).

1. LA GRANDE ARMÉE

A França foi o primeiro país da Europa com um exército que deixou de ser formado por uma casta militar que vivia à margem da sociedade. Todos os cidadãos franceses passaram a poder ser convocados para servir no exército. Um dos lemas herdados da Revolução Francesa foi o de que todo cidadão é um soldado. Assim, a França que era o país mais populoso da Europa na época, com um número de habitantes semelhante à Rússia, podia colocar em armas quase tantos homens como todos os seus adversários em conjunto. O próprio Napoleão chegou a afirmar que poderia perder 30 mil homens por mês, uma quantidade de baixas considerado enorme à época.

O exército revolucionário foi organizado a partir de Divisões semi-independentes, à custa de Brigadas, formando meias-brigadas¹. Bonaparte utilizou ainda a Cavalaria pesada para formar uma reserva, atribuindo unidades de Cavalaria Ligeira às Divisões de Infantaria e Artilharia.

A unidade base do Exército napoleónico - a Divisão, compreendia efectivos entre os 7000 e os 12 000 homens. Esta unidade articulava-se em duas Brigadas de Infantaria, a dois Regimentos cada. O Regimento era formado por oito a nove Batalhões (mais tarde reduzidos a cinco ou seis). O Batalhão compreendia cerca de 900 homens, os quais eram distribuídos por nove Companhias. Em termos de Artilharia, uma Bateria dispunha normalmente de oito bocas-de-fogo, as quais eram rebocadas por bois ou solípedes. O Regimento de Cavalaria estimava-se em cerca de duzentos homens. O escalão imediato e

¹ Tradução livre do termo “*demi-brigade*” (regimento); Aproximadamente em 1795 foi decidido constituir meias-brigadas em substituição do regimento. Cada meia-brigada era composta por um Batalhão regular e dois de voluntários (Rêpas e Silva, 2007).



superior à Divisão era o Corpo de Exército. Este englobava efectivos na ordem dos 30 000 homens, a duas ou três Divisões de Infantaria, uma Divisão de Cavalaria Ligeira ou uma Brigada a dois Regimentos, Artilharia, Engenharia, um Comboio de Víveres e uma Ambulância (Santos, 1979a: 116).

Ao estabelecer o Exército da Reserva em França, a primeira acção de Bonaparte foi rever o sistema de reabastecimento a fim de dotar as tropas com comida e uniformes mais adequados. Os exércitos franceses usavam uma ração de nove dias. Os trens conseguiam transportar três vezes mais dotação, garantindo aos franceses maior mobilidade e reduzindo a necessidade de parar para confeccionar. No entanto, quando operava no exterior da França, as tropas revolucionárias continuavam a apropriar-se de mantimentos saqueados às populações.

Os veteranos eram proficientes e os novos conscritos eram distribuídos pelas diversas unidades do exército para apreenderem a arte da marcha. A Infantaria era organizada em meias-Brigadas, cada uma com um Batalhão de veteranos e dois de conscritos. Não havia tempo para instruir os recrutas desordeiros com disciplina e a eficácia exigia um sistema linear. A nova Doutrina militar privilegiava a ofensiva, a mobilidade e a baioneta em detrimento do poder de fogo linear. A Infantaria era disposta em três linhas mas, normalmente, apenas eram usadas as duas primeiras para disparar, com a primeira ajoelhada. A terceira linha encarregava-se de carregar as armas. A Artilharia a Cavalos francesa tinha grande mobilidade mas requeria tempo para ser empregue em combate.

No início do século XIX, a guerra assumiu contornos de violência extrema e visava essencialmente a destruição do inimigo. Nos campos de batalha, as regras cortesias praticadas durante o século anterior foram entretanto abandonadas. Exércitos de massas deslocavam-se maioritariamente apeados e viviam da exploração dos recursos locais, saqueando as populações por onde passavam durante as suas marchas ou movimentos. Os sistemas logísticos eram aligeirados a fim de assegurarem o elevado ritmo dos deslocamentos (Santos, 1979a: 115).

2. INFANTARIA

A Infantaria era a base do Exército napoleónico. A França foi aumentando o seu Exército à medida que ia aumentando os seus inimigos, tais como a Rússia, Prússia e a Áustria.



Era dividida em dois tipos, a Infantaria de Linha e a Infantaria Ligeira. Ambas estavam aptas a executar todo o tipo de manobras incluindo o *skirmishing*². À época, cada batalhão de Infantaria do Exército Regular era composto por dois tipos de tropas, a tropa de elite e tropa regular. Mais tarde, em 1803, foi criada um novo tipo de tropa ligeira em cada batalhão, que se viria a designar-se por *Voltigers*. As tropas de elite, que existiam na ordem de uma Companhia por Batalhão, sendo designados por Granadeiros nos Batalhões de Infantaria de Linha e por Carabineiros nos Batalhões de Infantaria Ligeira. As tropas regulares, de que eram compostos a maioria dos batalhões (4 a 8 companhias por batalhão), eram chamadas de Fuzileiros na Infantaria de Linha e de Caçadores na Infantaria Ligeira.

a. Infantaria de Linha

A Infantaria de Linha, supostamente, operava numa formação em bloco e num dispositivo cerrado. A Infantaria Ligeira era treinada para destacar formações de combate móveis assentes em movimentos a coberto. A unidade base da Infantaria de Linha era o Batalhão que normalmente tinha um efectivo de 400 a 600 homens. De 1800 a 1803, cada Batalhão de Infantaria de Linha tinha quatro a oito Companhias de Fuzileiros e uma Companhia de Granadeiros.

(1) Fuzileiros

Os Fuzileiros constituíam o grosso da Infantaria de Linha. Estavam armados com o mosquete de carregamento pela boca “Charleville, modelo 1777” e baioneta. O seu treino era focalizado na velocidade de marcha e resistência, bem como na pontaria individual a curta distância e o combate próximo. Este tipo de treino diferia da maioria dos exércitos europeus, que enfatizavam o movimento em formações rígidas e fogo de salvas em massa. As vitórias iniciais de Bonaparte deveram-se em grande parte da capacidade dos militares franceses de percorrerem longas distâncias em marcha, uma consequência do treino que lhes era imposto. Cada companhia tinha um efectivo de cerca de 120 homens.

² “Tipo de operação desenvolvida pelas unidades de infantaria ligeira e de linha, essencialmente após infiltração nas linhas inimigas, levando a cabo acções conhecidas vulgarmente como escaramuças. Desenvolviam igualmente acções em proveito do reconhecimento de unidades e dispositivos inimigos.” (Rêpas e Silva, 2007).



(2) Granadeiros

Eram a elite da Infantaria de Linha, tropa veterana de choque da Infantaria napoleónica. Os Batalhões formados inicialmente não dispunham da Companhia de Granadeiros. Napoleão definiu que, após participarem em duas campanhas, alguns dos mais fortes, bravos e altos fuzileiros passariam a pertencer à Companhia de Granadeiros. A companhia de Granadeiros colocava-se, normalmente, na ala direita da formação de combate, o lugar de maior honra, tradicionalmente. Eram empregues como força de choque ou vanguarda de uma formação maior.

b. Infantaria Ligeira

Este tipo de infantaria tinha a capacidade para desenvolver o mesmo tipo de manobras que a Infantaria de Linha, residindo a diferença no tipo de treino, mais suave. O treino centrava-se essencialmente no tiro e em movimentações rápidas. O soldado de Infantaria Ligeira tinha a aptidão para disparar mais certeira e movimentar-se mais rápido que a tropa de linha. Eram empregues para vigiar em grandes manobras e, porque os comandantes empregaram-nos cada vez mais, a sua moral foi-se fortalecendo, e passaram a ser reconhecidos pela sua atitude. A estas era requerido que fossem baixos, pois ajudava no seu deslocamento a coberto de obstáculos. A constituição dos seus Batalhões era semelhante à dos Batalhões de Infantaria de Linha.

(1) Carabineiros

Eram os granadeiros dos Batalhões de Infantaria Ligeira. Depois de duas campanhas, os mais altos e bravos Caçadores eram convidados a integrar a companhia de Carabineiros. Eram empregues como força de choque de elite e eram armados com o mosquete “Charleville modelo 1777”, baioneta e ainda um pequeno sabre.

(2) Caçadores

Eram os Fuzileiros dos Batalhões da Infantaria Ligeira. Constituíam a base do Batalhão. Eram equipados igualmente com o mosquete “Charleville modelo 1777”, baioneta e ainda um pequeno sabre.



3. CAVALARIA

Na Cavalaria serviam mais nobres do que em qualquer outra arma. No entanto, durante a revolução, a maioria dos oficiais da aristocracia abandonaram a França e a Cavalaria sofreu um declínio. Napoleão voltou a fazer da Cavalaria uma força eficaz. À época, na Cavalaria o treino era intensivo, dotada de uniformes e Cavalos, estava bem armada. Era uma tropa com entusiasmo pela luta. Os Oficiais e Sargentos eram maioritariamente veteranos. Existiam dois tipos de cavalaria, para diferentes tarefas, a pesada e a ligeira.

a. Cavalaria Pesada

Esta Cavalaria articulava-se em Couraçados e Dragões.

(1) Couraçados

Eram a Cavalaria pesada, equipada e armada quase como os antigos cavaleiros da idade média. Usavam couraças pesadas e elmos de bronze e ferro e eram armados com sabres longos, pistolas, e mais tarde, carabinas. Tal como os cavaleiros da idade média, eram empregues como tropa de choque. Devido ao peso do equipamento, os cavaleiros e os cavalos tinham que ser robustos. No entanto, actuavam essencialmente em apoio da Cavalaria Ligeira e dos Dragões.

(2) Dragões

Eram o pilar da cavalaria francesa. Eram versáteis e empregues no *skirmishing* e no reconhecimento. Eram armados com o sabre tradicional e com pistolas e mosquetes (mantidos numa bolsa da sela, quando a cavalo). Assim tinham a possibilidade de combater quer montados, quer apeados. Encontrar cavalos para este tipo de cavalaria era difícil e muitos Oficiais de Infantaria foram obrigados a cederem a sua montada aos Dragões, o que suscitava animosidade.

b. Cavalaria ligeira

(1) Hussardos

Cavalaria rápida e ligeira, consideravam-se os melhores na arte de cavalgar e lutar com sabre. Eram empregues no reconhecimento, *skirmishing* e na vigilância. Apesar de



armados unicamente com sabre e pistola, a sua reputação era de bravura, que podia atingir o suicídio.

(2) Caçadores a cavalo

Semelhantes aos Hussardos em termos de armamento e forma de emprego contudo, mais numerosos dentro da cavalaria ligeira. O seu uniforme e cavalos eram de menor custo, relativamente aos Hussardos e Couraçados. Eram mais aptos para acções apeadas e adequados a reconhecimentos.

4. ARTILHARIA

A artilharia napoleónica era produto das transformações operadas na Doutrina militar francesa após as humilhações da Guerra dos Sete Anos.

Esta distinguia-se não apenas pela sua qualidade, mas principalmente, porque Napoleão a empregava ofensivamente e não apenas em apoio da Cavalaria ou da Infantaria. Existiam dois tipos de artilharia: a Artilharia apeada e a Artilharia a cavalo.

a. Artilharia apeada

As tropas deste tipo de artilharia marchavam com as suas peças puxadas por bois ou cavalos. Consequentemente, movimentava-se a velocidades semelhantes ou inferiores que a Infantaria. A unidade táctica principal era a bateria, com cerca de 120 homens.

b. Artilharia a cavalo

Esta era uma mistura de Cavalaria e Artilharia. As guarnições montavam a cavalo ou eram transportadas em carruagens. Eram normalmente empregues na frente de combate, pelo que as suas guarnições estavam armadas e treinadas para o combate próximo. Quando em posição, eram treinadas para desmontar rápido, apontar as peças e disparar fogos de barragem. Eram consideradas a elite da Artilharia.

c. Trens de Artilharia

Os trens de Artilharia foram implementados por Bonaparte em 1800. Antes desta data os franceses, tal como os outros exércitos, empregavam civis na condução das carroças. A situação originava que, sob fogo as valiosas peças e os cavalos fossem



abandonados. Cada batalhão era formado por cinco Companhias. A primeira era considerada a elite, e era atribuída a uma Bateria de Artilharia a cavalo, as três seguintes eram atribuídas à Artilharia apeada. A quinta Companhia era de instrução de recrutas e montadas. Após as campanhas de 1800, o trem foi reorganizado em oito Batalhões de seis Companhias cada.

5. GUARDA CONSULAR

Em 1796 a Guarda do Directório era formada para escoltas aos Directores, em cerimónias públicas e paradas. Era formada por duas Companhias de Granadeiros apeados e duas Companhias de Granadeiros a cavalo. Com o estabelecimento do Consulado, a Guarda do Directório deu lugar à Guarda Consular. A partir de Novembro de 1779, a Guarda Consular passou a ser recrutada a partir de homens distinguidos no campo de batalha.

A Infantaria da Guarda consistia em dois Batalhões de Granadeiros e uma Companhia de Infantaria ligeira. Nos fins de 1800, a Companhia de Infantaria Ligeira foi substituída por um Batalhão de Caçadores.

A Cavalaria da Guarda consistia em dois Esquadrões de Granadeiros a cavalo e um Esquadrão de Caçadores a cavalo.

A Artilharia era constituída por uma Bateria de Artilharia apeada ou a cavalo.

Em 1800 a Guarda tinha um efectivo de cerca de 3000 homens Em 1810, Napoleão criou a Guarda Imperial que, de facto, passou a ser a elite do seu exército.



Apêndice 7 – Castelos e Fortalezas do Reino de Portugal em 1805

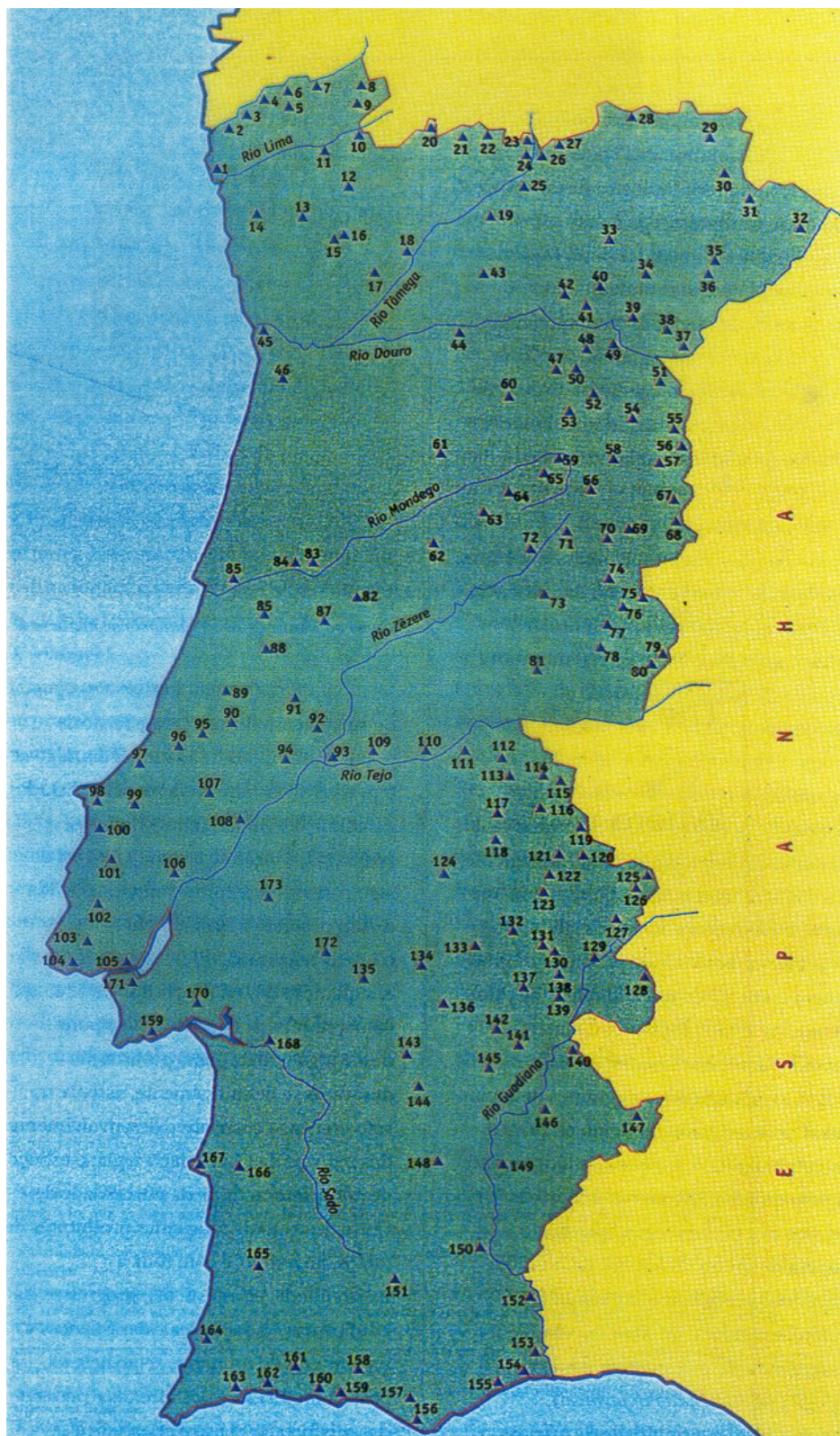


Fig. 1 – Castelos e Fortalezas de Portugal

Fonte: PIRES, L. A ZONA DE OPERAÇÕES TERRESTRE E A REORGANIZAÇÃO MILITAR PORTUGUESA (1806-1807). In *Prelúdio liberal do tecido político-social e a transformação do aparelho militar português*. Lisboa: Seminário realizado no INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES, em 26 e 27 de Março de 2008.



Fortalezas mantidas¹ em 1805 para a defesa terrestre:

- Valença - Governador até Brigadeiro.
- Monção - Governador até Tenente-Coronel.
- Chaves - Governador até Coronel.
- Miranda - Governador até Tenente-Coronel.
- Almeida - Governador até Brigadeiro.
- Monsanto - Governador até Tenente-Coronel.
- Marvão - Governador até Tenente-Coronel.
- Campo Maior - Governador até Tenente-Coronel.
- Estremoz - Governador até Brigadeiro.
- Forte de La Lippe - Governador até Coronel.
- Elvas - Governador Oficial General.
- Juromenha - Governador até Tenente-Coronel.
- Mourão - Governador até Tenente-Coronel.
- Mértola - Governador até Major.
- Alcoutim - Governador até Major.
- Castro Marim - Governador até Tenente-Coronel.

(Nunes, 1988: 138-139)

Fortalezas para a defesa da costa:

- Praça de Vila Real de Santo António, com governador até à patente de Coronel com as seguintes dependências: Baterias da Carrasqueira, Pinheiro, Mêdo Alto, Ponte de Arêa, Monte Gordo e Cabeço;
- Tavira, com governador até Coronel e com as seguintes dependências: Fortalezas de Cacela e de S. João da Barra e as Baterias da Torre Velha e da Fuzeta.
- Faro; com governador até Coronel e as dependências:
- Fortalezas de S. Lourenço da Barra de Olhão, Baterias da Barra Nova e da Barreta de Farronbilhas e o Forte Novo.
- Albufeira, com governador até major e as dependências: Fortes da Quarteira e de Vale Longo, Baterias do Parchel e da Balieira e a Fortaleza de Santo António da Pera.

¹ Alvará de D. João, o Príncipe Regente, de 27 de Setembro de 1805 (Nunes, 1988: 138)



- S. João do Registo da Barra de Vila Nova de Portimão, com governador até Coronel e as seguintes dependências Fortalezas de Santa Catarina, Nossa Senhora da Rocha, Nossa Senhora da Encarnação e Castelo de Silves.
- Lagos, com governador de patente de oficial general e as seguintes dependências Fortalezas da Meia Praia e da Ponta da Bandeira, Baterias do Pinhão, da Piedade e de Porto de Mós e os Fortes de Nossa Senhora da Luz, do Borgau, Almadena, Figueira e Zarvial.
- Sagres, com governador até Tenente-Coronel e como dependência os Fortes da Balieira, de Beliche, de S. Vicente, da Ponta do Cabo, da Arrifona e da Carrapateira
- Sines, com governador até Major e as dependências de Vila Nova de Mil Fontes e Pessegueiro
- Setúbal, com um oficial general como governador e as dependências: Torre de Outão, Fortaleza de S. Filipe, Forte de Albarquel e do Portinho da Arrábida
- Sesimbra, com um governador até major e como dependência os Fortes de Cavalo, Baralha e do Cabo de Espichel
- Torre de S. Vicente de Belém, com um oficial general como governador e tendo como dependências: Torre de S. Sebastião da Caparica ou Torre Velha, Baterias do Bom Sucesso, de Santa Catarina de Ribamar ou Cruz Quebrada, de Nossa Senhora do Vale ou de Casas e os Fortes de S. Bruno e de Nossa Senhora de Porto Salvo.
- S. Julião da Barra, com um oficial governador e as dependências Torre de S. Lourenço da Barra ou Bugio, Fortes de S. Pedro de Paço de Arcos, de S. João das Maias, de Santo Amaro do Arieiro, de S. Domingos do Junqueiro, de Santo António da Barra ou Forte Velho, de S. João e de S. Teodósio e a Bateria de Nossa Senhora das Mercês ou Catalazede.
- Cascais, com um oficial general como governador e as dependências: Fortes de Cruz de Santo António, Estoril, S. Roque, da Conceição, de Santa Catarina, de Santa Marta, de Nossa Senhora da Guia, de S. Jorge, de Braz d'Área, do Guincho, da Roca e as Baterias Alta, Galé e Cresmina.
- Ericeira, sem governador e com as seguintes dependências: Fortes de Santa Maria de Magoute, Santa Suzana e Penafirme.
- Peniche, com um oficial general como governador e com as seguintes dependências: Fortes de Paimogo, Nossa Senhora da Consolação, Nossa Senhora



da Luz, Nossa Senhora da Victória, S. João Baptista da Berlenga, S. Martinho e S. Miguel da Nazaré.

- Figueira e Buarcos, com um governador até major.
- S. João da Foz, com um governador até brigadeiro, tendo como dependências as Baterias do Anjo e da Pedra de Cão.
- Castelo de Matozinhos, com um governador até major e como dependências do Castelo do Queijo e o Forte da Aguilhada.
- Castelo de Vila do Conde, com um governador até Tenente-Coronel e o forte da Póvoa de Varzim, como dependência.
- Forte de Espozende, com governador até Tenente-Coronel e como dependências as Baterias de Fão.
- Castelo de Viana, com um governador até coronel.
- Forte da Insua, com um governador até Tenente-Coronel e como dependências os Fortes da Âncora e Caminha, num total de 22 praças.

Continuaram como Praças principais as seguintes:

- Para a defesa de Lisboa: a Torre de Belém, S. Julião da Barra, Cascais e Ericeira com trinta e três dependências;
- A foz do Douro com a praça de S. Julião da Foz com duas dependências e, na costa norte, as praças de Matosinhos, Vila do Conde, Espozende, Viana e Insua com um total de seis dependências;
- Entre Ericeira e a foz do Douro - Peniche, Figueira e Buarcos com sete dependências;
- Na costa ocidental, a Sul do rio Tejo: Sines, Setúbal e Sesimbra com um total de nove dependências;
- No Algarve: Vila Real de Santo António, Tavira, Faro, Albufeira, Portimão, Lagos e Sagres, com um total de trinta e nove dependências (Nunes, 1988: 155-157).



Apêndice 8 – Dispositivo do Exército Português em 1807

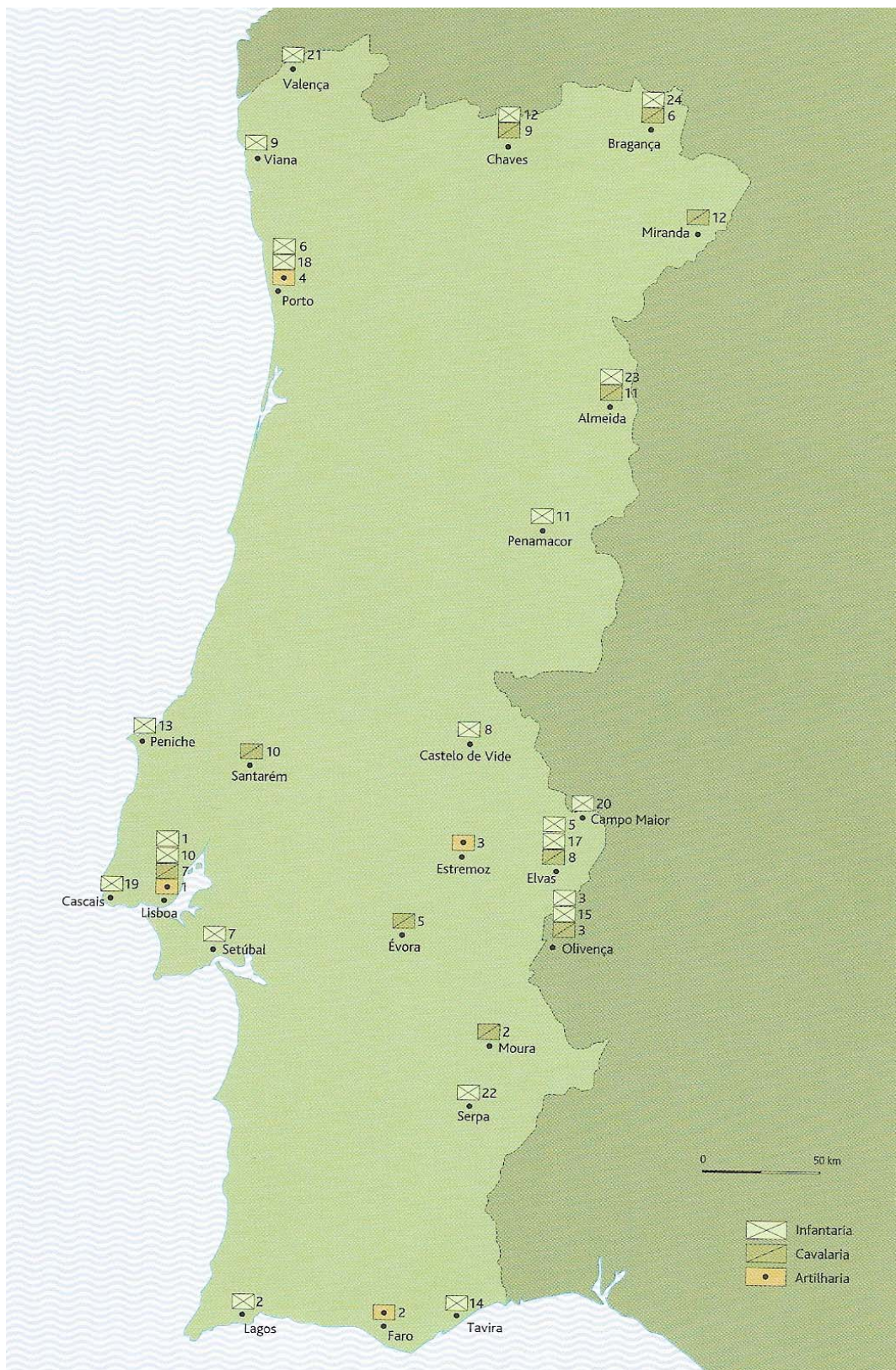


Fig. 1 – Dispositivo do Exército de Linha Português em 1807

Fonte: NUNES, A. P. (2004e). PORTUGAL E O NOVO CONFLITO ARMADO EMERGENTE DA REVOLUÇÃO FRANCESA. In *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN 972-42-3189-5. Direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, p. 39.



Por Decreto de 19 de Maio de 1806, o Ministro António de Araújo de Azevedo, iniciou uma reestruturação do Exército Português, complementada por sucessivos diplomas publicados até Novembro de 1807.

Na data da invasão de Junot (1807) a reforma ainda não se tinha completamente realizado.

O Exército passou a ser constituído por tropas de linha, milícias, ordenanças e alguns corpos militares e civis, integrados numa Estrutura com três Divisões: Divisão Norte, Divisão Centro e Divisão Sul.

O Comandante-Chefe dependia directamente de D. João, Rei de Portugal e tinha o posto de Marechal-General do Exército. Dele dependia o Marechal do Exército que desempenhava o cargo de Governador das Armas do Reino, e deste os comandos das regiões militares Norte, Centro e Sul, com as suas três Divisões e sete Governos das Armas das Províncias. Sob as ordens dos comandantes de Divisão ficavam as tropas de linha e, em determinadas situações, as milícias.

As Divisões tinham uma organização semelhante: quatro Brigadas de Infantaria, cada uma com dois Regimentos de Infantaria, Quatro Regimentos de Cavalaria e um Regimento de Artilharia, com excepção da Divisão Sul, que dispunha de dois Regimentos de Artilharia.

O Exército passou a compreender um total de vinte e quatro Regimentos de Infantaria, numerados de 1 a 24, doze Regimentos de Cavalaria, numerados de 1 a 12 e quatro Regimentos de Artilharia, numerados de 1 a 4, distribuídos pelo país. Os Regimentos de Infantaria, Cavalaria e Artilharia tinham efectivos na ordem dos 1200 homens, 613 homens e 1200 homens, respectivamente (Nunes, 2004e: 38).

Como se pode observar na figura, as unidades concentravam-se, particularmente, em redor de Lisboa e Porto e na fronteira, em especial junto às entradas naturais do Minho, Chaves, Beira Alta, Alentejo e Vila Real de Santo António.



Fig. 2 – Zona a Norte do Douro (Vista Sul)
Fonte: PCMap/IGeoE

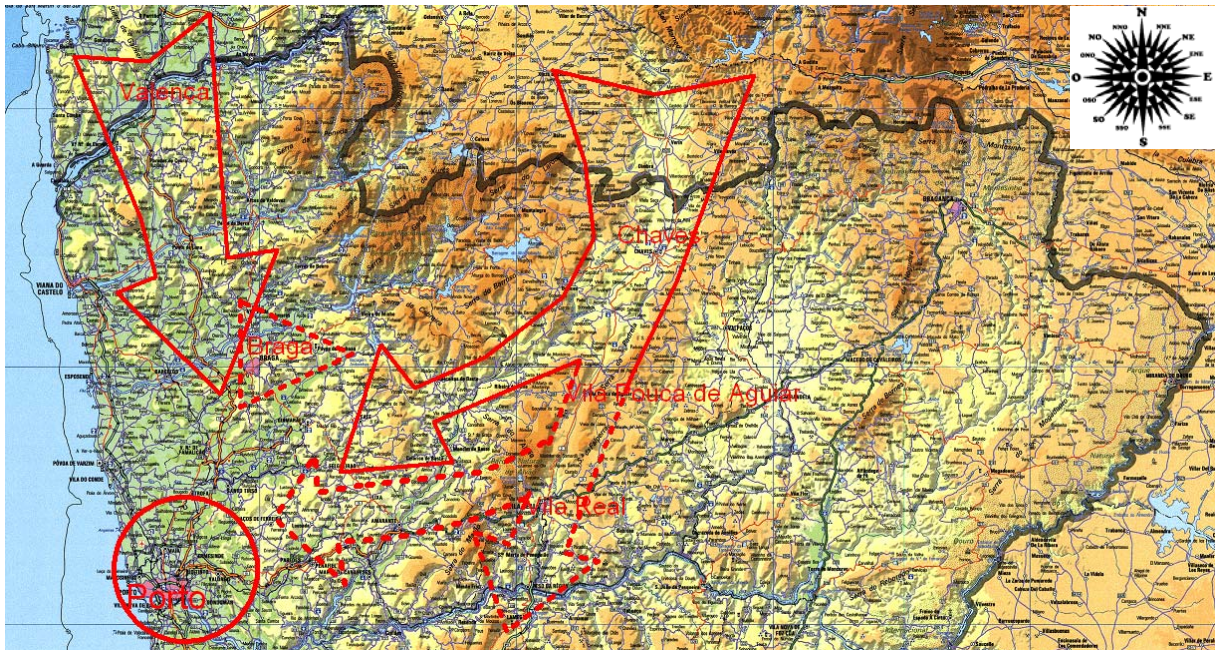
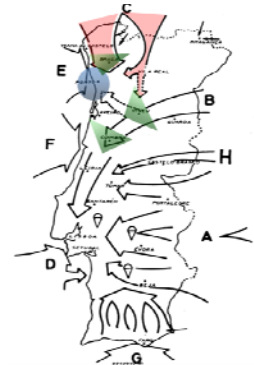


Fig. 3 – Eixo de Aproximação C (EA C1 e C2)
Fonte: PCMap/IGeoE



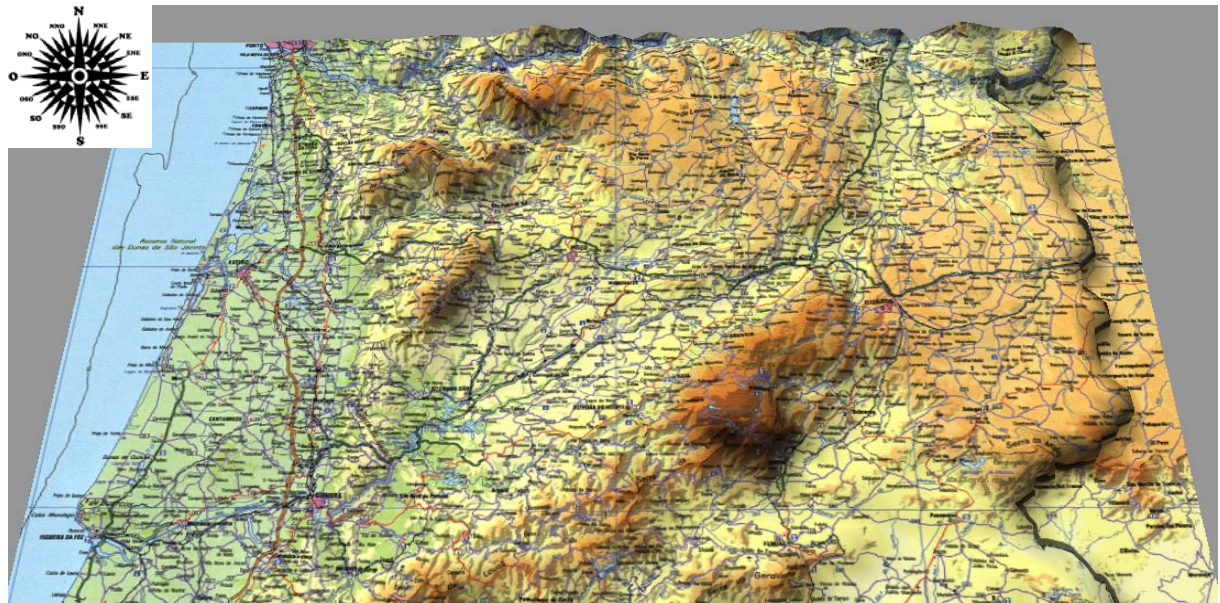


Fig. 4 – Vale do Mondego (Vista Sul)
Fonte: PCMap/IGeoE

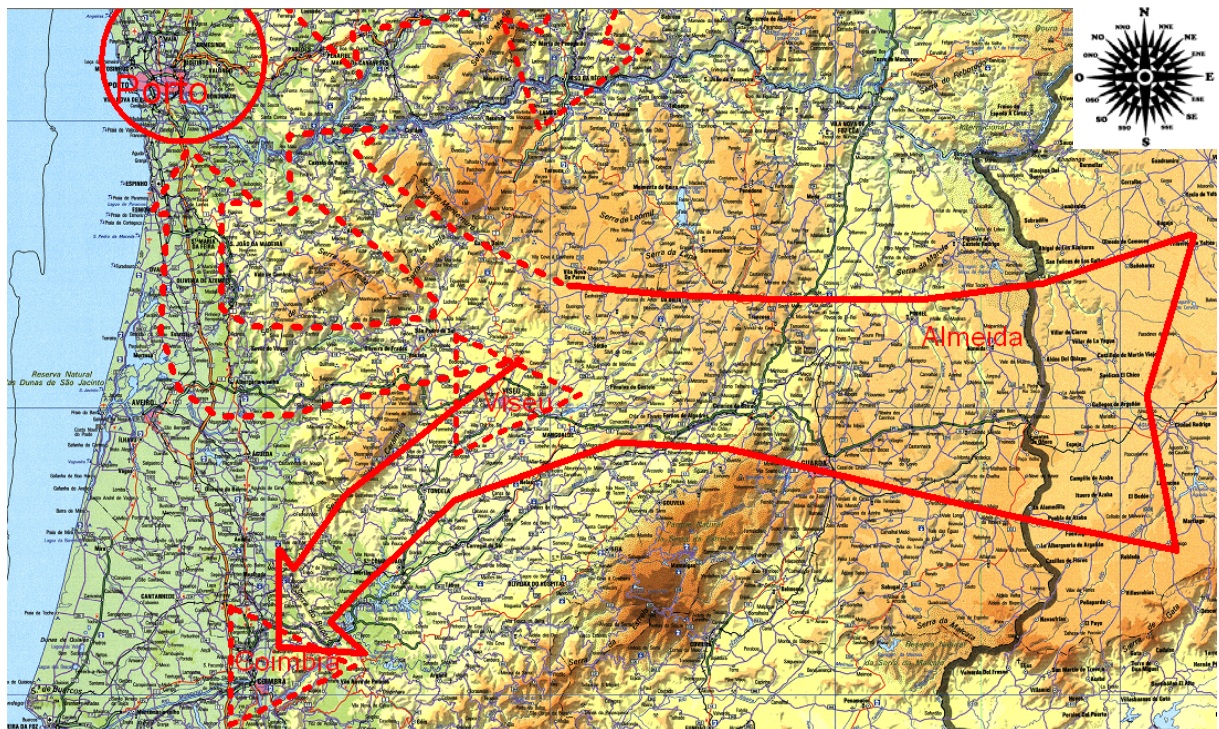
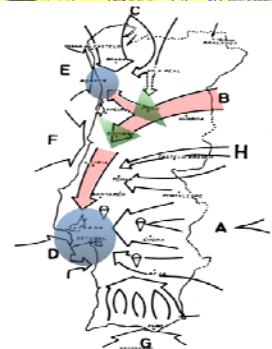


Fig. 5 – Eixo da Beira Alta (EA B)
Fonte: PCMap/IGeoE



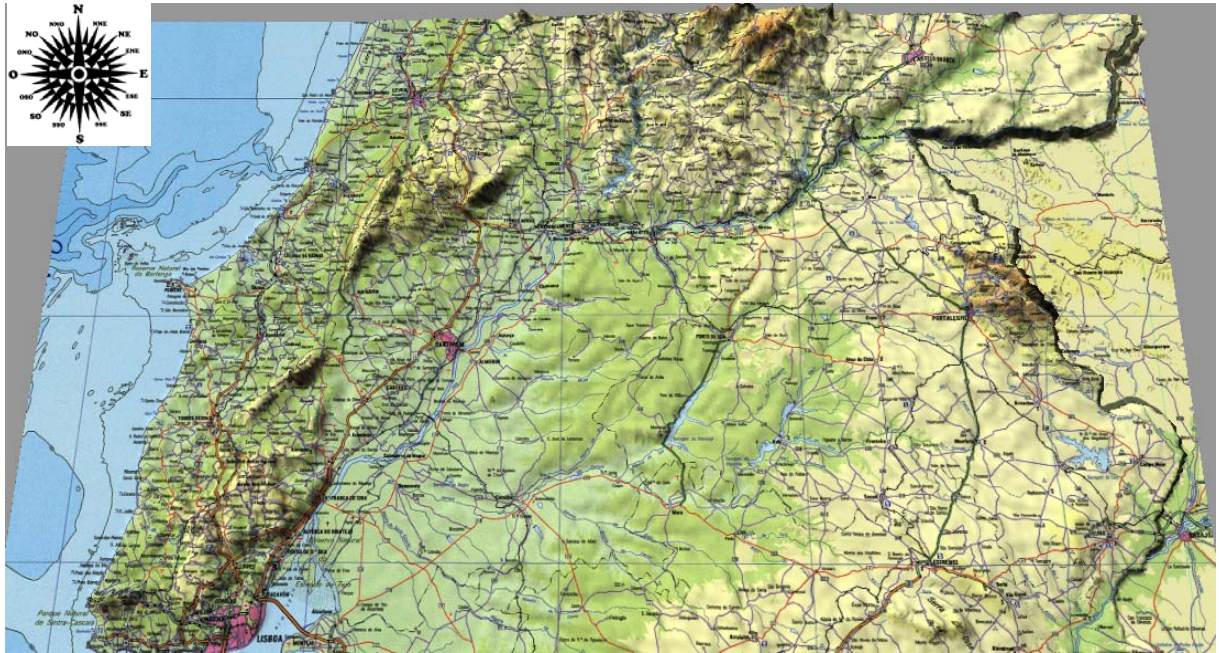


Fig. 6 – Vale do Tejo (Vista Sul)
Fonte: PCMap/IGeoE

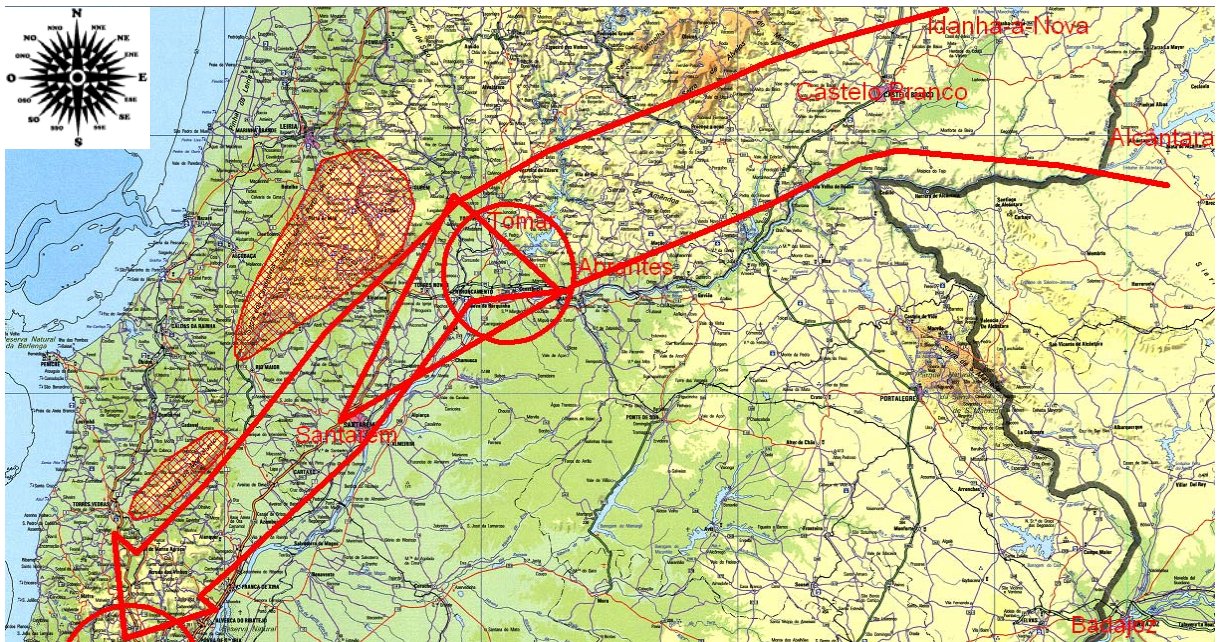
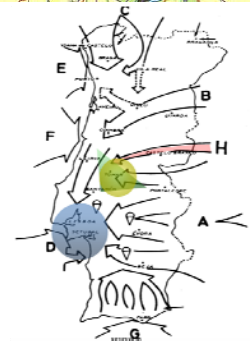


Fig. 7 – Eixo do Tejo (EA H)
Fonte: PCMap/IGeoE



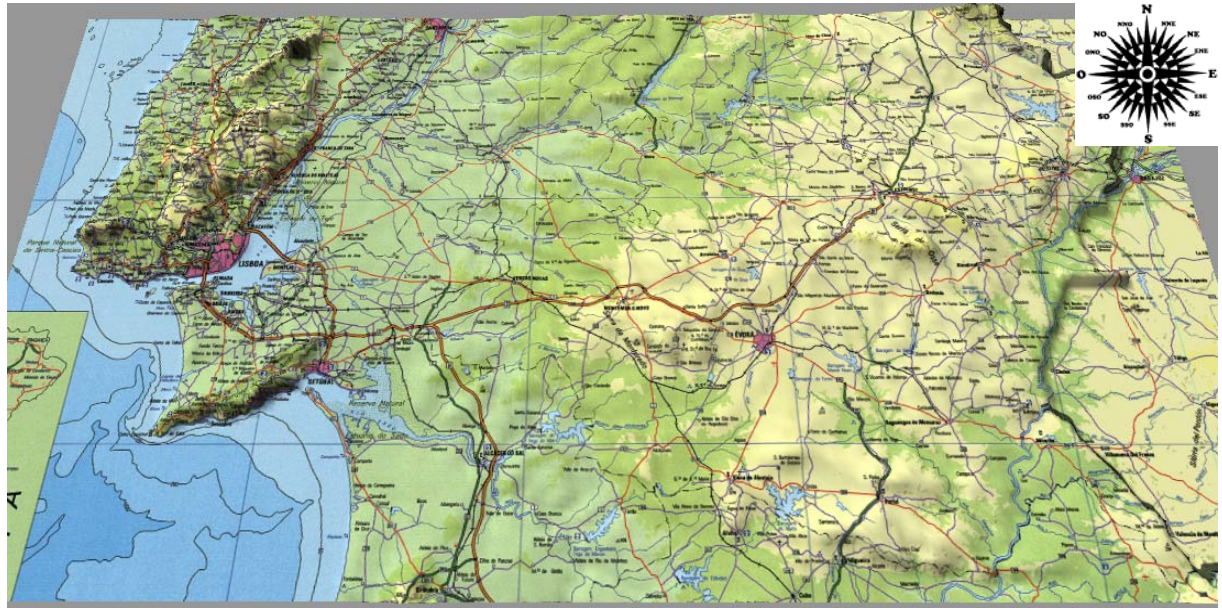


Fig. 8 – Alentejo (Vista Sul)
Fonte: PCMap/IGeoE

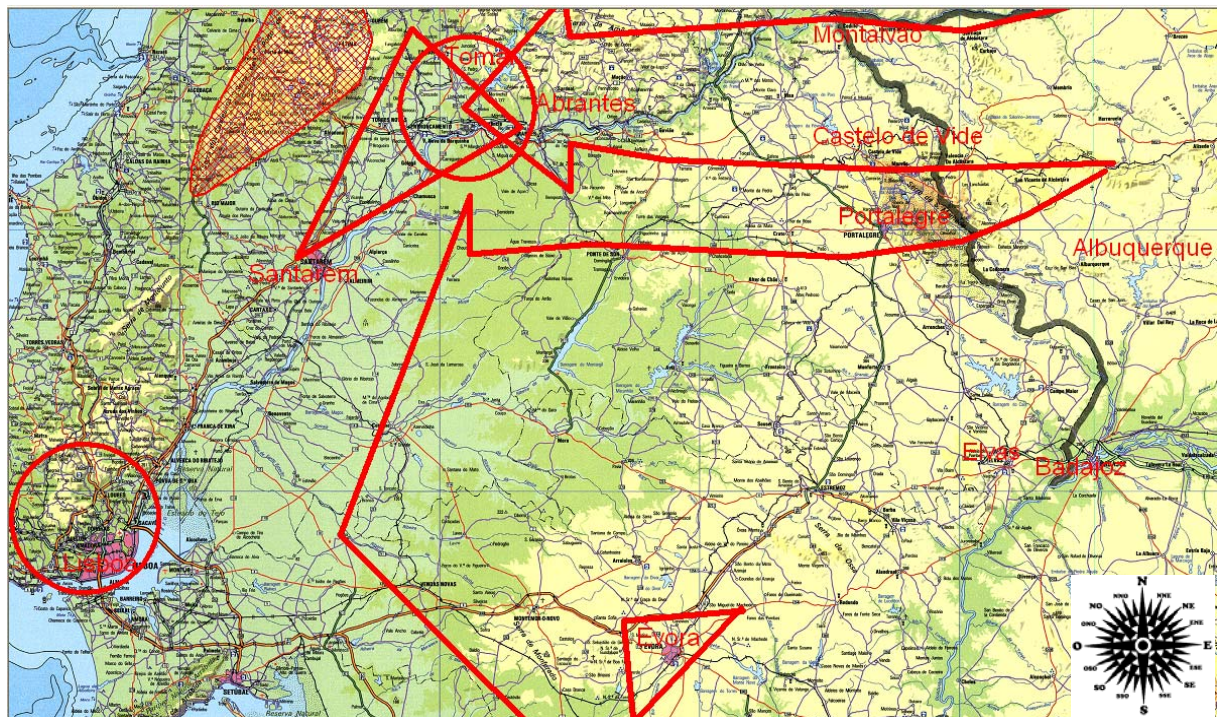


Fig. 9 – Eixo do Alentejo (EA A1 a A3)
Fonte: PCMap/IGeoE



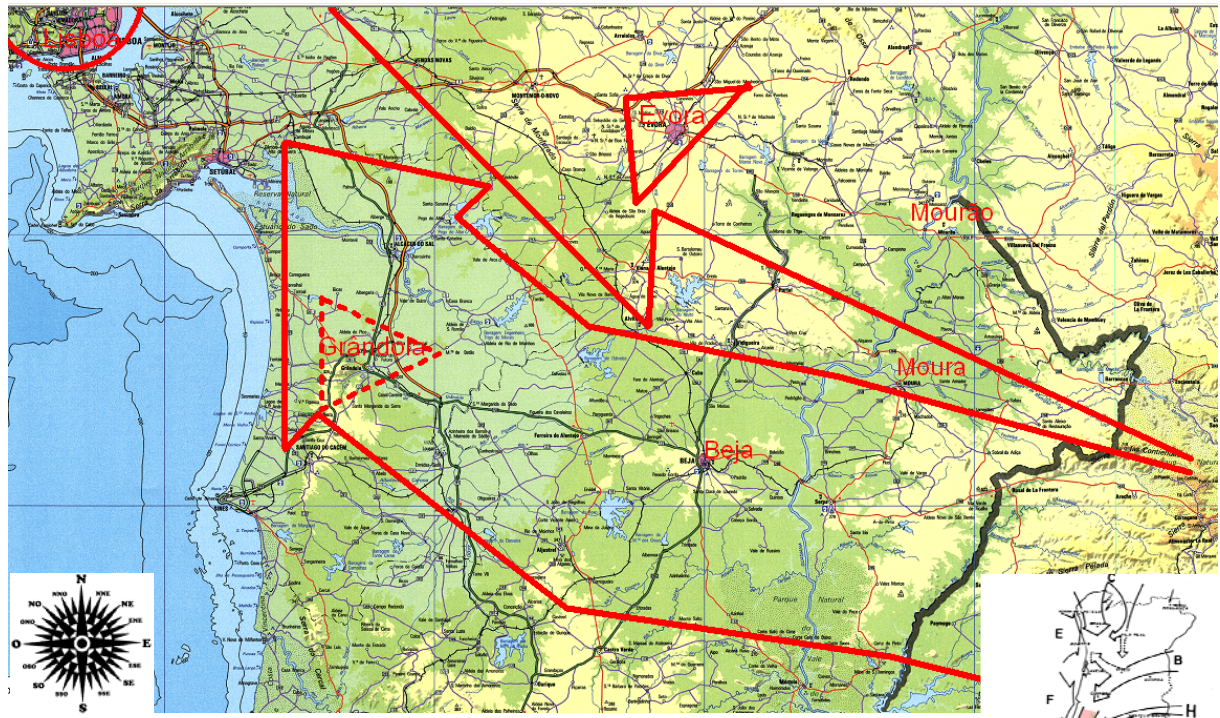


Fig. 10 – Eixo do Alentejo (Eixo A4)
Fonte: PCMap/IGeoE



Fig. 11 – Algarve (Vista Sul)
Fonte: PCMap/IGeoE

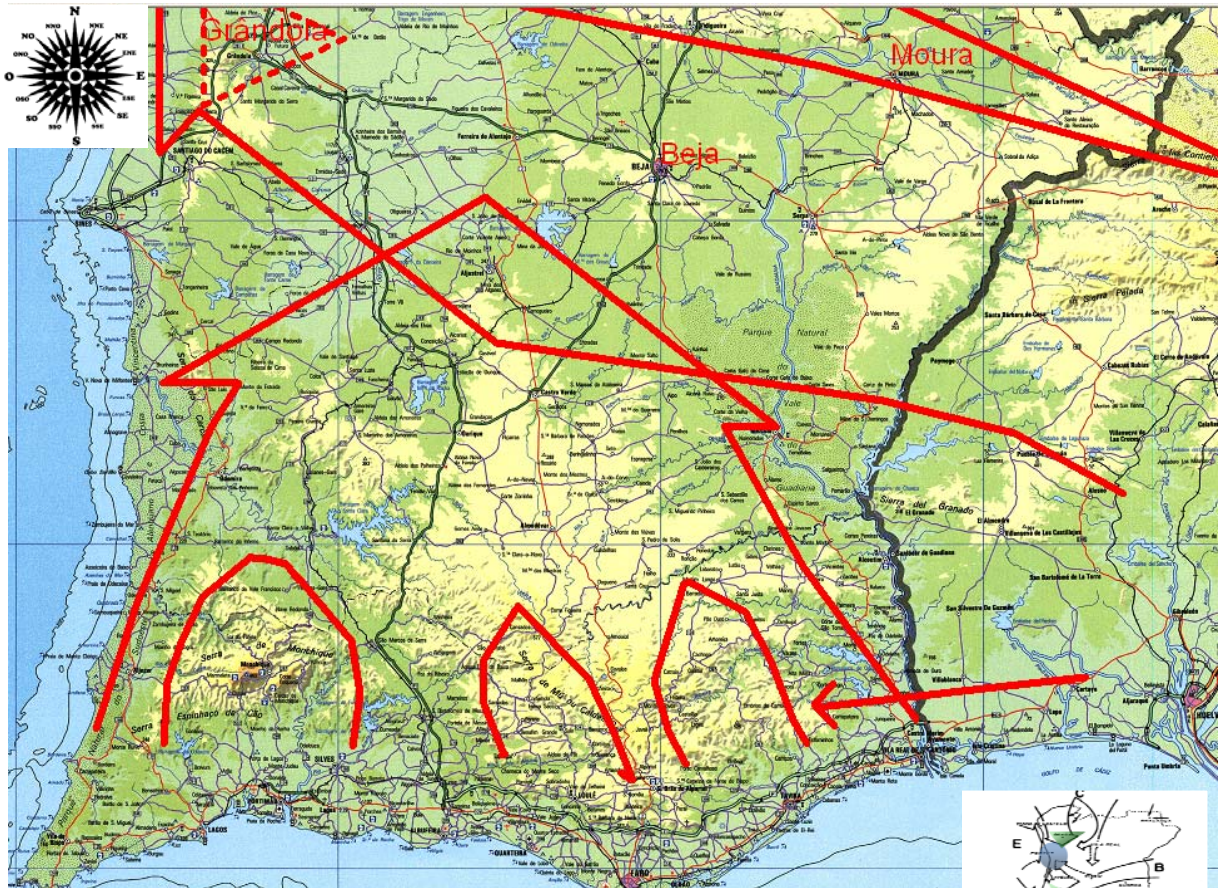


Fig. 12 – Eixo do Algarve
Fonte: PCMap/IGeoE

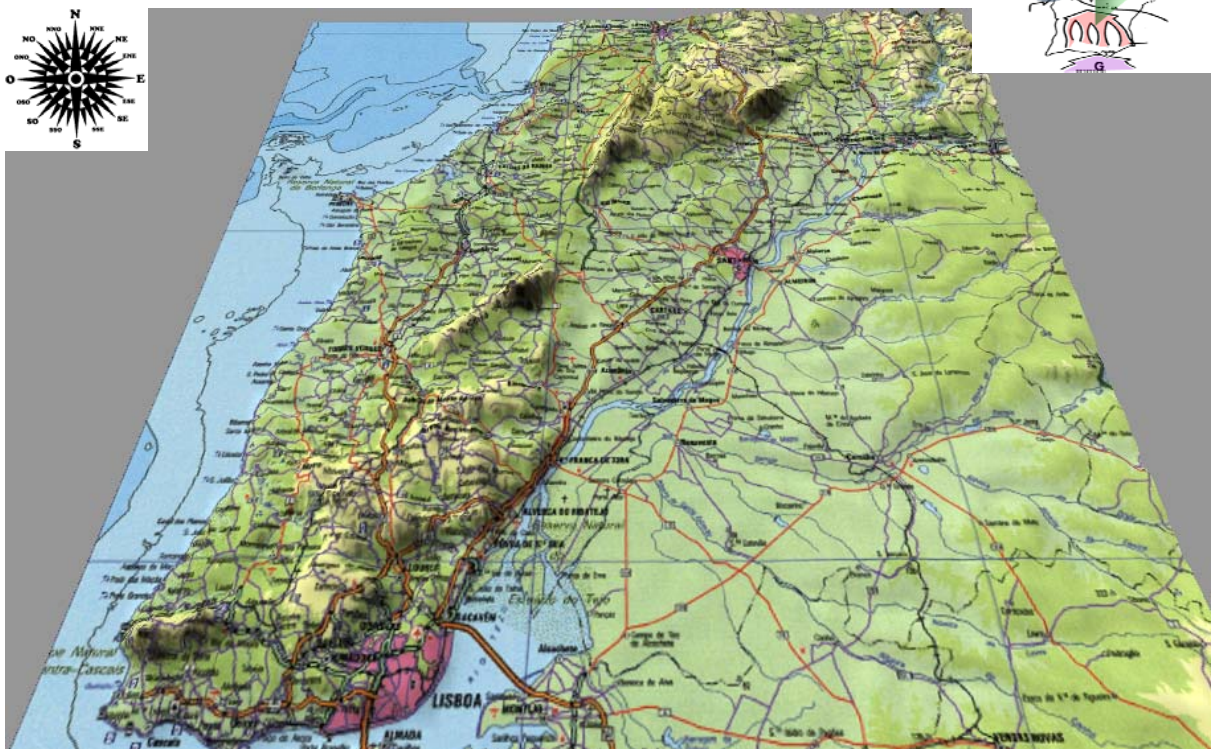


Fig. 13 – Região de Lisboa (Vista Sul)
Fonte: PCMap/IGeoE

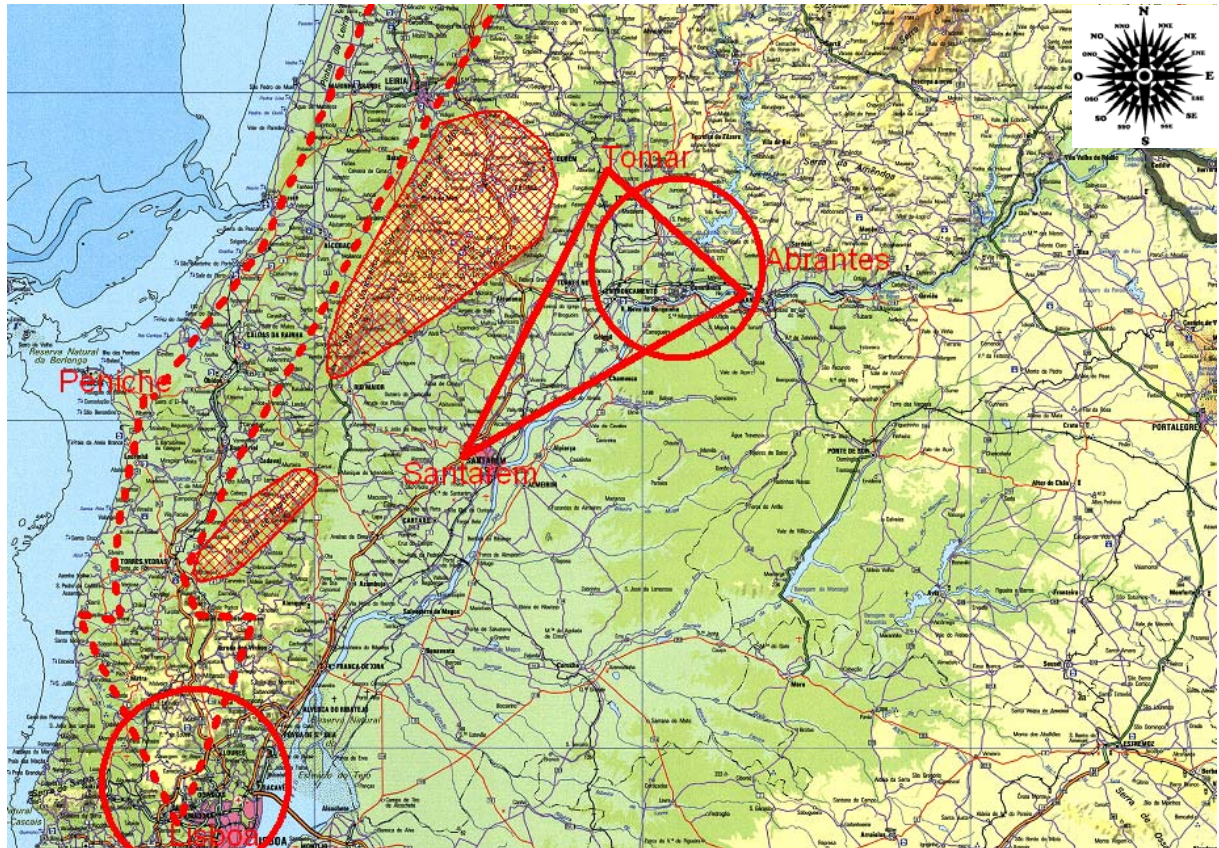
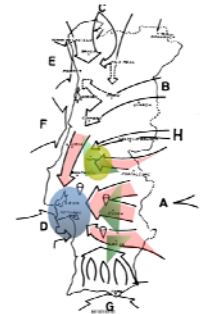


Fig. 14 – Região do Objectivo Final Lisboa (Vista Sul)
Fonte: PCMap/IGeoE





Apêndice 10 – As invasões em Portugal (1801-1811)

1. O “Exército de Observação da Girona” e a Centralidade do Eixo Estremenho



Fig. 1 – Itinerário de Junot em Espanha (1807)

Fonte: ASSUNÇÃO, M. (2001). Geografia Física de Portugal [em linha]. Porto. [referência de 12Abr08]. Disponível na internet em: <<http://web.letras.up.pt/asaraujo/geofis/t1.html>>.

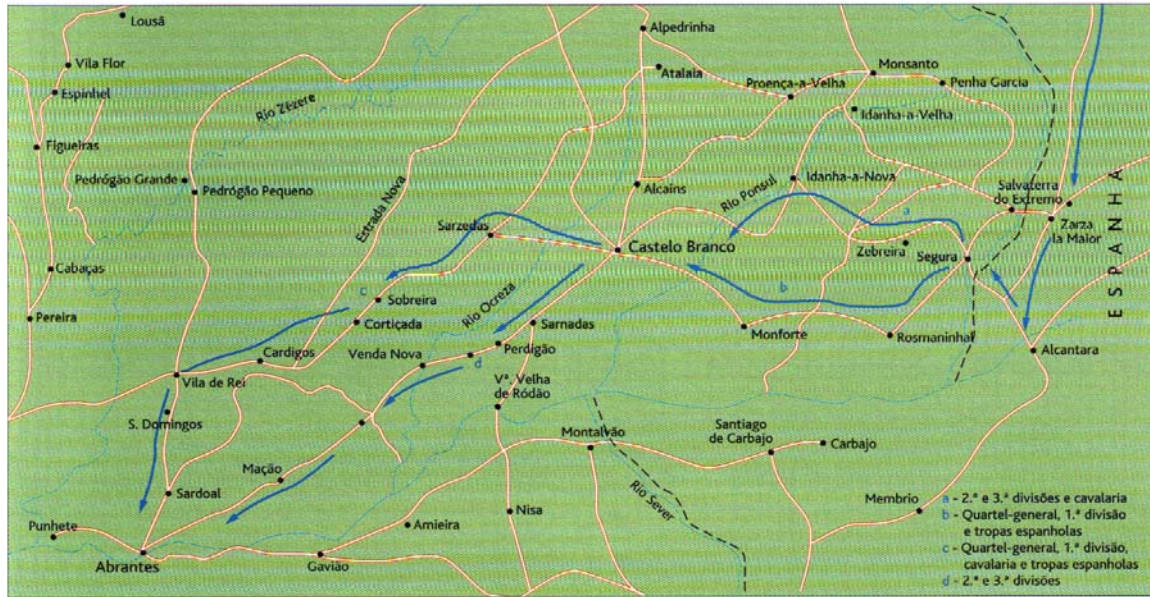


Fig. 2 – Itinerários de Junot pela Beira Baixa

Fonte: NUNES, A. P. (2004a). A PRIMEIRA INVASÃO FRANCESA. In *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN 972-42-3189-5. Direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, p.45.

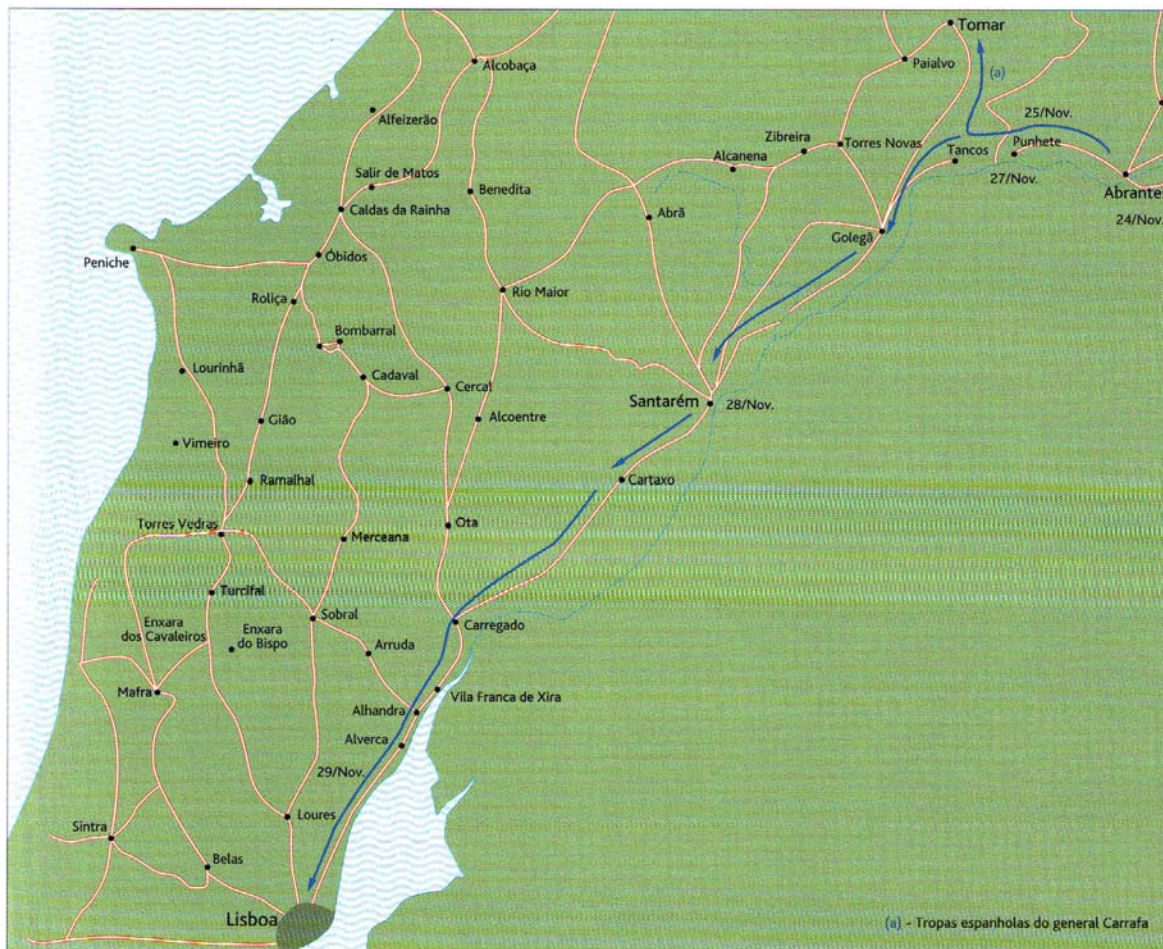


Fig. 3 – Itinerários de Junot pelo Vale do Tejo (EA H)

Fonte: NUNES, A. P. (2004a). A PRIMEIRA INVASÃO FRANCESA. In *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN 972-42-3189-5. Direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, p.45.



2. A várzea de Chaves no contexto da invasão de Soult

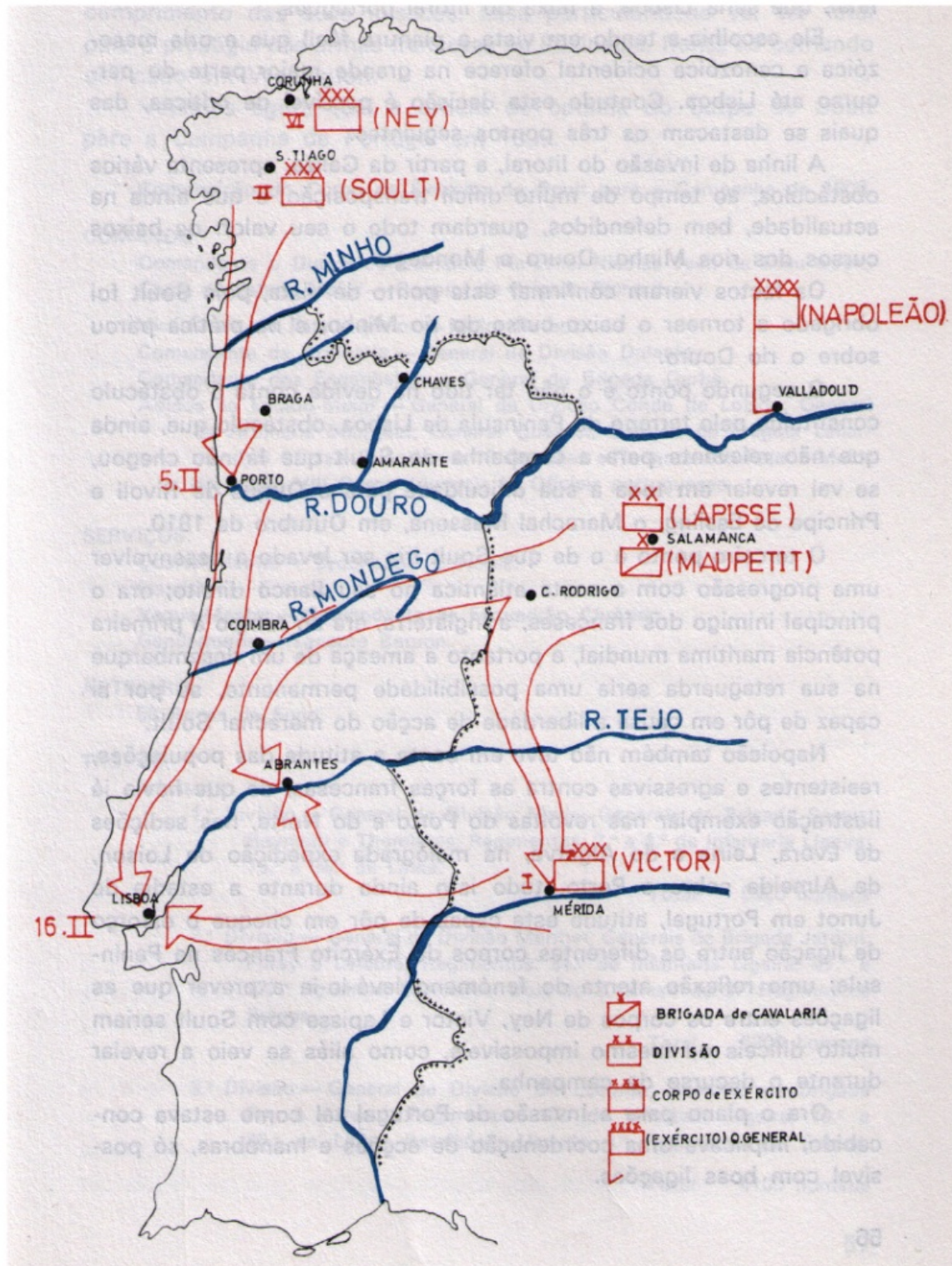


Fig. 4 – O Plano da invasão de Soult em Portugal (1809)

Fonte: AZEREDO, C. (1984). *AS POPULAÇÕES A NORTE DO DOURO E OS FRANCESES EM 1808 E 1809*. Porto: Museu do Porto, p. 55.



3. As vicissitudes de Masséna e o Eixo da Beira Alta



Fig. 5 – A ponte sobre o rio Coa, utilizada na invasão de Masséna

Fonte: BURNHAM, R. (coop 1995-2004). Action on the River Coa. In *THE NAPOLEON SERIES. Military Subjects: Virtual Battlegrounds* [em linha]. [referência de 06Mar08]. Disponível na internet em: <<http://www.napoleon-series.org/images/military/virtual/coa/photo5.jpg>>.

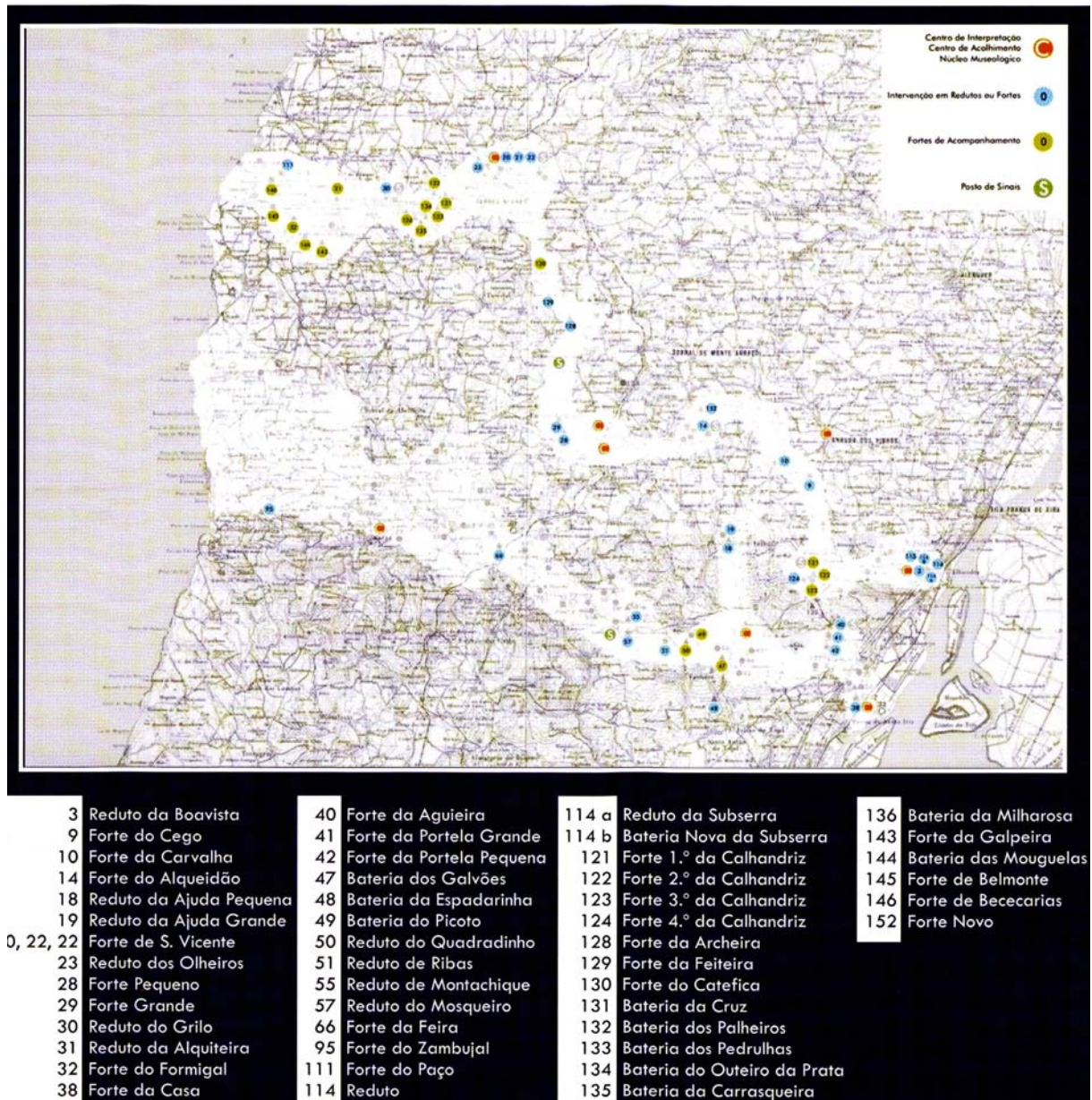


Fig. 6 – Linhas de Torres Vedras

Fonte: Folheto da Rota Histórica das Linhas defensivas de Torres Vedras: Municípios de Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral do Monte Agraço e Vila Franca de Xira. Com o apoio do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P. e do Exército Português – Direcção de Infra-estruturas do Exército.